

# OS LUGARES E AS SUAS ARQUITECTURAS DE RELAÇÃO

Construção de um Mapeamento Identitário da Cidade  
partindo das Relações entre Sujeito e Espaço.

**Mafalda de Moura Anjinho Marques dos Carvalhos**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

FCTUC, Departamento de Arquitectura, Julho 2016



**Tema:** Architecturas Vividas. Dinâmicas entre concepção e Fruição do Espaço

**Orientadores:** Professor Doutor José António Bandeirinha e Arquitecta Carolina Coelho





## **OS LUGARES E AS SUAS ARQUITECTURAS DE RELAÇÃO**

Construção de um Mapeamento Identitário da Cidade  
partindo das Relações entre Sujeito e Espaço.

A presente dissertação segue o *Antigo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* e as normas da *Associação Americana de Psicologia (APA)* para a referência bibliográfica.

As citações directas que integram o corpo de texto encontram-se em Língua Portuguesa, de forma a proporcionar uma leitura mais fluida do mesmo. No caso de citações em língua estrangeira, é feita a tradução e incluída a citação original em nota de rodapé.

Emprega-se a forma *apud* para referenciar a fonte primária na impossibilidade de consulta da mesma.

Agradeço à Professora Carolina por pela infinita disponibilidade e pela confiança transmitida. Ao Professor Bandeirinha pelo acompanhamento sempre atento deste trabalho. À Ju pela energia contagiante e pelo incentivo.

Aos meus pais e às minhas irmãs acreditarem sempre em mim e por todo o apoio que me deram ao longo do curso.

Ao Pedro por ter estado sempre lá.



## SUMÁRIO

<i>RESUMO / ABSTRACT</i>	<i>11</i>
<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>15</i>
<b><i>1. A CIDADE COMO UM SISTEMA DE RELAÇÕES</i></b>	
Interpretações Relacionais da Cidade	27
O Rizoma como sistema	35
A Cidade e a Metrópole	49
<b><i>2. RELAÇÕES ENTRE SUJEITO E ESPAÇO CRIADORAS DE IDENTIDADE E COLECTIVIDADE</i></b>	
O Sujeito e o Espaço enquanto elementos	61
O Lugar como resultado	67
A Identidade do Lugar e a criação de uma Colectividade	75
O Papel das Architecturas de Relação	81
<b><i>3. O MAPEAMENTO PARA RECONHECER A IDENTIDADE DO LUGAR E DA CIDADE</i></b>	
O Mapa como instrumento de representação intencional da Cidade	97
Abordagens e Métodos Possíveis	101
Mapeamento Identitário da Cidade:	
os Lugares e as Architecturas de Relação como coordenadas	113
Coimbra como Caso de Estudo Exemplificativo	121



#### **4. COIMBRA: MAPEAMENTO IDENTITÁRIO A PARTIR DE TRÊS PRAÇAS**

Integração no Rizoma da Cidade: <i>Escala Urbana</i>	<b>133</b>
Relação entre os Lugares: <i>Escala de Aproximação</i>	<b>141</b>
O Lugar e as suas Arquitecturas de Relação: <i>Escala de Detalhe</i>	<b>153</b>
• <i>O Largo da Sé Velha</i>	
• <i>A Praça 8 de Maio</i>	
• <i>A Praça da República</i>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>181</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b>	<b>191</b>
<b>FONTES E CRÉDITOS DAS IMAGENS</b>	<b>201</b>
<b>ANEXOS</b>	





## RESUMO

Este trabalho tem por objectivo aprofundar a relação entre o sujeito e o espaço urbano, tendo por base uma ideia da cidade que se realiza na associação da sua parte construída com sistemas imateriais, permitindo a estes últimos concretizarem-se no território e serem potenciados através dele.

Na perspectiva de que a identidade é produto desta relação, propõe-se a elaboração de um método de mapeamento da mesma, tomando os lugares representativos da cidade e as suas *arquitecturas de relação* (conceito de autor) como coordenadas: pontos físicos onde a subjectividade das relações humanas se funde com a estrutura material da cidade.

Avança-se ainda com uma aplicação exemplificativa deste método a três praças da cidade de Coimbra, tendo por objectivo testar a transposição para a prática dos conceitos desenvolvidos e justificar a importância e utilidade do reconhecimento da identidade de cada lugar e do seu contexto enquanto ferramenta para a intervenção na cidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Relação Sujeito / Espaço, Rizoma, Mapeamento, Identidade, Lugares.



## ABSTRACT

The present work aims to examine the existent relationship between the dweller and the urban space, based on an idea of the achievement of the city through the relation of its constructed part with immaterial systems, allowing the latter to materialize itself on the territory and to be strengthened by it.

Considering identity as a product of this relationship, it is proposed the elaboration of a methodical mapping approach, having as coordinates the city's most representative places and theirs *architectures of relation* (author's concept): both physical points where the subjectivity of human relations is merged with the material structure of the city.

It is also proposed an exemplary application of this approach to three squares of Coimbra, with the intent to test the practical transposition of the mentioned concepts and to justify the importance and utility of acknowledging the identity of each place and its particular context as an architectural design tool.

## KEY WORDS

Subject / Space Relationship, Rhizome, Mapping, Identity, Places



## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objectivo aprofundar a relação que se traça entre o sujeito e o espaço urbano como geradora de identidade, tendo por base uma ideia da cidade que se realiza na relação de elementos e sistemas materiais, mais facilmente identificados, com outros imateriais, não menos importantes para esta construção. Pretende-se ainda partir desta relação específica para o desenvolvimento de um método de mapeamento da identidade da cidade, com vista ao seu possível reconhecimento no espaço e conseqüente valorização, fazendo uso dos lugares como coordenadas.

No aprofundamento dos conceitos que vão sendo apresentados, é por vezes necessário recorrer, numa primeira abordagem, a disciplinas como a Filosofia ou as Ciências Sociais, para melhor compreender o significado e a natureza de cada um destes conceitos. No entanto, estes desenvolvimentos são sempre feitos tendo em vista a sua transposição posterior para o campo da Arquitectura.

A originalidade deste trabalho prende-se com esta leitura proposta da cidade, entre o material e o imaterial; um pensamento contínuo ao longo de toda a dissertação, que vai sendo gradualmente concretizado. Inicialmente abordado na cidade de uma forma genérica, através da procura uma ideia de cidade que permitisse esta conjugação, esta premissa é continuada na análise de uma das relações da cidade que se desenvolve nesta articulação, relação sujeito/espaço, empreendendo-se, num segundo momento, a sua transposição para a prática por meio do desenvolvimento do referido método de mapeamento da identidade da cidade, produto desta relação.

É colocada a hipótese da identidade se construir no encontro destas duas dimensões, através do relacionamento do sujeito (individual ou colectivo) com o espaço, formando lugares que, no seu conjunto constroem a identidade da cidade, sendo por isso considerados como coordenadas nesta procura identitária no espaço. Num mundo cada vez mais homogéneo, onde redes físicas e incorpóreas se multiplicam (transportes, comunicações, conectividade, etc.), alterando a relação do sujeito com o espaço e, no limite, a identidade das cidades e até a sua existência; é cada vez mais necessário repensar a ideia de cidade, encontrando novas formas de leitura do território que permitam uma melhor compreensão do existente e uma maior flexibilidade na inclusão de novos elementos.



Com vista à concretização destes objectivos, considerámos pertinente uma primeira aproximação à cidade como um sistema de relações. Assim, no primeiro capítulo, *A Cidade como Sistema de Relações*, procura-se estabelecer uma forma de leitura da cidade, conciliando as dimensões materiais e imateriais, que nos permita posteriormente avançar para o aprofundamento de uma das suas relações.

Neste ponto, recorreremos em primeiro lugar à referenciação de algumas experiências e movimentos que surgiram entre 1950 e 1960, onde se procurava repensar a cidade tentando definir qual o papel da arquitectura na tradução das múltiplas relações que compõem a cidade e qual a posição do sujeito perante esta estrutura. A partir destas leituras torna-se evidente um gradual reconhecimento da cidade como uma construção que transcende os seus limites físicos, articulando realidades materiais, como o espaço e as suas infraestruturas, que geralmente se configuram em estruturas hierárquicas e centralizadas, com outras realidades imateriais, como o sujeito ou as redes de conectividade, estas já organizando-se em sistemas abertos, não-hierárquicos, acentrados e em constante mutação.

Na demanda por uma ideia de cidade que permita a coexistência destas duas dimensões e destas duas ordens de sistemas, surge o conceito de “rizoma”. Desenvolvido no âmbito da Filosofia por Deleuze e Guattari (2007), este conceito é na realidade uma imagem de um tipo de sistema aberto, de entradas múltiplas e em constante mutação, que promove conexões sem uma ordem pré-estabelecida entre elementos de várias naturezas. Através de uma exposição dos seus princípios, propõe-se a transposição deste conceito de sistema para a cidade contemporânea, enquadrando assim a relação entre sujeito e espaço que iremos abordar.

Ainda dentro deste enquadramento prévio à análise da relação entre sujeito e espaço, é necessário salvaguardar que esta apenas se aplica à cidade, não constituindo um dos princípios da metrópole enquanto arquétipo, sendo por isso necessário um esclarecimento dos diferentes princípios inerentes a cada conceito, evidenciando o que os distingue.

Depois de validada, através do conceito do rizoma, a possibilidade de relacionarmos elementos materiais com outros imateriais, de justificado que a cidade se forma no diálogo destas duas dimensões, e de clarificado o contexto ao qual se aplica o presente estudo, estarão estabelecidas as bases para a análise das relações entre sujeito e espaço, assunto do segundo capítulo da presente dissertação: *Relações entre Sujeito e Espaço criadoras de Identidade e Colectividade*.





Como foi já brevemente referido, a relação entre sujeito e espaço implica a articulação do plano material com o imaterial, possibilidade admitida pelo rizoma: o espaço, elemento material, une-se à subjectividade das relações humanas, dando corpo a significados, memórias, história, identidade, etc. Como resultado surgem os lugares, coordenadas espaciais onde estas relações abstractas se materializam, pontos-charneira da cidade rizoma situados no encontro das suas duas dimensões, considerando-se que a identidade plural e heterogénea que constitui a essência da cidade nasce da singularidade presente em cada um dos seus lugares (Aureli, 2011, p.46). Decorrente desta formulação, avançaremos com um segundo conceito de uma coordenada identitária à escala do lugar: as arquitecturas de relação.

Não é assunto da presente dissertação definir o conceito de lugar, apenas se pretende justificar o seu posicionamento entre a espacialidade e a subjectividade, como ponto de contacto do rizoma da cidade, sendo para isso necessário recorrer a campos disciplinares mais abrangentes como a Filosofia ou as Ciências Sociais que se debruçam mais sobre esta questão.

A identidade do lugar e da cidade tornam-se assim prova de que as realidades imateriais não são independentes do espaço; estas são antes realidades híbridas que se referem tanto a elementos concretos, como, ao mesmo tempo, a elementos imateriais derivados da subjectividade inerente ao sujeito. Assim, no terceiro capítulo desta dissertação, *O Mapeamento como forma de reconhecer a Identidade do Lugar e da Cidade*, procuraremos através do mapa uma forma de reconhecer e transmitir esta realidade de natureza híbrida que é a identidade. Começaremos por distinguir entre o mapa enquanto construção mental e o mapa enquanto instrumento concreto de representação, procurando averiguar as possibilidades e os limites do segundo para o mapeamento da identidade. Propõe-se a elaboração de um método que tenha como objectivo a representação da dualidade presente nos elementos que a originam (sujeito/espaço, material/imaterial), servindo-nos para tal dos lugares e das arquitecturas de relação enquanto coordenadas onde se fundem estes dois lados do rizoma.

Antes de avançarmos para uma concretização desta proposta de mapeamento, começaremos por elencar alguns exemplos de representações, com temporalidades distintas, que conseguem intencionalmente captar e transmitir determinados aspectos imateriais da identidade da cidade, por forma a validarmos a exequibilidade desta tarefa. Na mesma linha, apresentaremos outros métodos mais recentes de mapeamento que, apesar de possuírem muitas vezes objectivos diferentes daqueles aqui traçados, contribuíram para a construção deste método, suportando muitos dos seus



princípios. Posteriormente, passaremos à apresentação deste método, almejando-se a transposição da construção teórica realizada para uma abordagem prática.

Finalmente, no quarto capítulo, *Coimbra: Mapeamento Identitário a partir de Três Praças*, procederemos a uma aplicação exemplificativa do referido método de mapeamento. Uma vez que este se assume como aberto e experimental, consideramos importante demonstrar uma possível efectivação do mesmo, salvaguardando que, consoante o caso de estudo em questão, este pode assumir contornos diferentes. Numa análise posterior, procuraremos ainda reflectir sobre este, aferindo a sua utilidade como meio de reconhecimento e comunicação da identidade da cidade e extrair elementos que nos permitam evoluir sobre os conceitos que desenvolvemos, principalmente o das arquitecturas de relação por nós avançado.

Com esta dissertação esperamos demonstrar a importância da construção de novas formas de ler a cidade para uma melhor compreensão do espaço que nos rodeia, assim como evidenciar o papel enriquecedor que dimensões imateriais podem ter na estrutura da cidade contemporânea (neste caso através da análise e mapeamento da identidade da cidade). Pretendemos ainda promover o reconhecimento da identidade da cidade através do seu espaço, consciencializando que esta construção, apesar de possuir uma dimensão imaterial, pode ser potenciada (ou fragilizada) através de intervenções físicas nos seus lugares mais representativos.



## 1. A CIDADE COMO SISTEMA DE RELAÇÕES

Poderá considerar-se que as cidades são, juntamente com a linguagem, a maior obra de arte do Homem<sup>1</sup> (Mumford, 1996, p.5). Mais do que aglomerados com vista à protecção contra factores externos, elas são provas vivas do seu imaginário e da sua capacidade de (re)invenção. O Homem constrói a cidade servindo-se da Arquitectura como forma de manifestação e de reconhecimento da sua presença (Trachtenberg, 2010, p.11; Rossi, 1977, p.25), tornando-a num meio de comunicação ancestral desta sua relação com o espaço desenvolvida ao longo dos tempos.

Se é o pensamento humano que toma forma na cidade (Mumford, 1944, p.5) então, a cidade tem de ser, à imagem deste, uma obra aberta, em constante mutação, capaz de “se realizar a si mesma segundo uma própria ideia de cidade” (Rossi,1977, p.27). Ela deve, por um lado, ser capaz de manter os seus “motivos originários”, ou seja, alguns modos de ocupação do passado cujas marcas são ainda visíveis na sua estrutura (Rossi, 1977, p.24), mas, ao mesmo tempo, deve ter a capacidade de se actualizar, respondendo às necessidades do presente.

A cidade é assim local de interacção e mediação de diferentes temporalidades mas também de realidades diversas e muitas vezes contraditórias tais como o colectivo e o individual; o público e o privado; o interior e o exterior; o móvel e o estático; os vestígios do passado e as construções do presente; etc. (Rossi, 1977, p.25; Innerarity, 2006, p.122; Ungers, 1997, p.12). É na constante redefinição destas relações herdadas e na inclusão de outras que surgem com a evolução natural da sociedade, que se encontra o potencial de regeneração do modelo de cidade.

Ao considerarmos que a cidade nasce da tensão e do cruzamento de elementos, estes podem assumir duas formas distintas: ora materiais, evidentes no território, como as infraestruturas, o edificado, etc.; ora imateriais, como a relações humanas ou a economia, (Corboz, 2001c, pp.254-255). A contemporaneidade coloca à prova esta capacidade de conjugação de elementos: os recentes desenvolvimentos tecnológicos na área da comunicação e da conectividade (como a *internet* e o *wi-fi*) levantam novos desafios à cidade. Esta justaposição do próximo e do longínquo

<sup>1</sup>Citação original: “*The city is both a physical utility for collective living and a symbol of those collective purposes [...]. With language itself, it remains the man’s greatest work of art.*” (Mumford, 1944, p.5).



(Foucault, 1986, p.1) exige o repensar do modelo da cidade, sob pena de se perderem muitas das relações herdadas, comprometendo a própria viabilidade da cidade.

Esta maior facilidade de contacto favorece trocas a longas distâncias, fenómeno usualmente conhecido por “globalização”. Uma das suas consequências é o gradual esbater dos contrastes: propagam-se as mesmas tipologias e formas arquitectónicas, as mesmas soluções um pouco por toda a parte, conduzindo a graves problemas de evolução da identidade da cidade (Rossa, 2000, p.21). Como agravante, graças aos novos meios de comunicação, a interacção social deixa cada mais de pressupor uma presença física e um espaço real, conduzindo à secundarização do espaço público e à descontinuação das relações Homem/espaço que até então moldaram a cidade (Magnaghi, 2005, pp.13-19; Innerarity, 2006, pp.89-96).

Terá a relação entre o Homem e o meio por ele habitado sofrido uma tão grave desvalorização que as cidades, veículos de transmissão desta relação, perderam a sua razão de existência? Ou será que, por outro lado, esta proliferação de redes pode constituir uma oportunidade para as cidades se reinventarem e serem ainda capazes de responder às necessidades identitárias naturais ao ser humano? As cidades precisam de recuperar o seu papel enquanto criação essencial ao desenvolvimento humano (Guattari, 2006, p.162;). Desde sempre mecanismos de articulação de realidades, elas são agora chamadas a mediar mais uma contradição, entre o global e o local, a serem capazes de integrar as novas redes mas de, em simultâneo (e também por meio delas) preservar, fortalecer e regenerar as relações desde há muito presentes na sua estrutura.

Face a estes desafios, um dos possíveis caminhos para lidar com estes paradoxos é partir da recuperação da relação entre o Homem e o espaço que ele habita como criadora de identidade e por isso factor diferenciador. Num mundo cada vez mais homogéneo, o reconhecimento e valorização da identidade como ponto de partida para a integração destes novos elementos e redes, servindo-se deles para a potenciar, pode ser a chave para a actualização e regeneração do modelo da cidade contemporânea.





## Interpretações Relacionais da Cidade

Temo-nos vindo a referir à cidade como nascida do confronto, da justaposição e da transformação das relações (materiais e imateriais) que a compõem<sup>2</sup> (Ferreira, 2015, pp.88-89). Antes de entrarmos pelo aprofundamento de uma destas relações importa ter uma ideia do que se observa<sup>3</sup> (Corboz, 2001c, p.253), neste caso de encontrar uma ideia de cidade capaz de traduzir a complexidade de relações que nela se desenvolve.

Para tal interessa, em primeiro lugar, começar por traçar um breve estado da arte de várias leituras possíveis da cidade como sistema de relações, focando algumas experiências da segunda metade do século XX, onde este tema é frequentemente objecto de estudo. Surgindo inicialmente como uma reacção ao “funcionalismo ingénuo”,<sup>4</sup> tal como colocado por Rossi (1977, pp.46-49), que marcou a arquitectura e o urbanismo do início do mesmo século, estas abordagens assinalaram uma mudança de paradigma, procurando uma visão da cidade mais centrada nas relações humanas que se desenvolvem com o espaço construído.

Como forma de contextualizar estas teorias e de justificar a crescente importância atribuída às relações como estruturadoras da realidade, convém recuar um pouco e fazer uma referência sucinta ao Estruturalismo, corrente que, apesar de surgir em 1916,<sup>5</sup> acaba por ter influência no pensamento da segunda metade do século XX (Thiry-Cherques, 2006, p.138). Em modos gerais, o Estruturalismo surge como uma tentativa de superação da multiplicidade infinita de situações possíveis (Thiry-Cherques, 2006, p.139): ao invés de analisar os vários elementos resultantes desta multiplicidade, este movimento foca a estrutura de relações que os sustenta e relaciona com outros. Ou seja, considera-se que os elementos não possuem qualquer valor autónomo, sendo exclusivamente determinados por um conjunto de relações. Deleuze, numa crítica posterior a este movimento, refere: “os elementos de uma estrutura não têm nem uma estrutura extrínseca nem uma significação intrínseca”<sup>6</sup> (1967, p.3) isto é, que o seu valor depende apenas da sua posição na estrutura (Lucan, 2010, p.480).

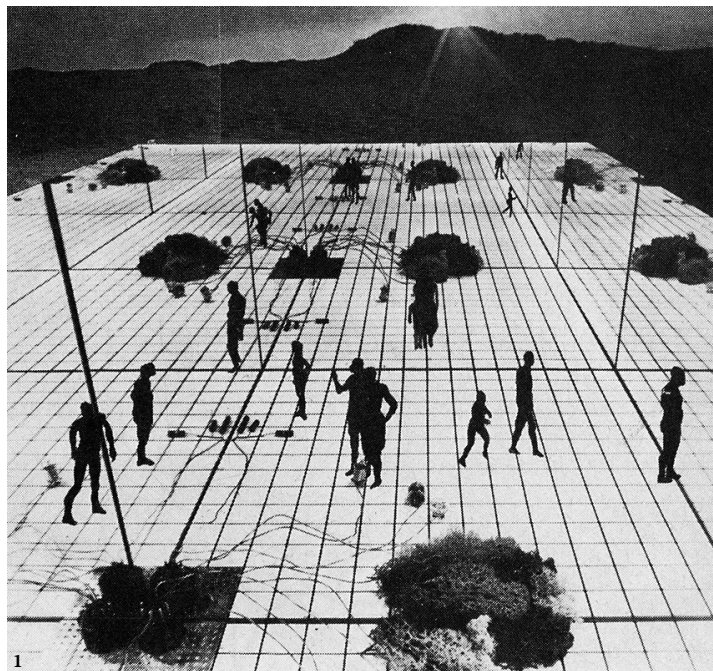
<sup>2</sup> Ver página 23.

<sup>3</sup> Citação original completa: “*Faisons donc encore un pas en posant comme principe qu'on ne peut pas observer sans avoir une idée de ce qu'on observe et que cette 'idée' s'identifie à horizon d'attente ou, plus largement, à la culture du sujet.*” (Corboz, 2001c, p.253).

<sup>4</sup> Com este termo Rossi refere-se à redução da forma aos seus aspectos meramente funcionais: “A forma é assim destituída das suas mais complexas motivações; por um lado o tipo reduz-se a um mero esquema distributivo, um diagrama de percursos, por outro a arquitectura não possui qualquer valor autónomo.” (1977, p.47).

<sup>5</sup> Considera-se que esta corrente surge com a obra *Cours de linguistique générale* (1916) de Sausurre: obra desenvolvida no campo da Linguística mas cujo pensamento é rapidamente transposto para outras áreas como a Filosofia, a Antropologia ou a Psicologia.

<sup>6</sup> Citação original: “*Les éléments d'une structure n'ont ni désignation extrinsèque ni signification intrinsèque*” (Deleuze, 1967, p.3)



*Fig.1* Superstudio. Originalmente publicado em: Architectural Record, Janeiro 1974.

Os elementos e a estrutura são vistos enquanto entidades separadas, influenciando-se mutuamente mas permitindo aos primeiros conservarem o seu valor autónomo.

Efectivamente esta corrente, apesar de assinalar a importância das relações para a existência humana, apaga por completo o papel particular do elemento: “é uma filosofia sem sujeito” (Thiry-Cherques, 2006, p.143). As estruturas, ao definirem a existência dos elementos não deixam espaço para a sua subjectividade ou para uma existência autónoma, sendo, por isso, um pensamento muito criticado pela sua causalidade extrema que remete para uma inevitável redução simplista de uma realidade múltipla e complexa.

Se no Movimento Moderno podemos ver uma influência do pensamento estruturalista no que toca à dessubjectivação da arquitectura e à simplificação da realidade através de estruturas de suporte funcional; no caso da arquitectura do pós-guerra, esta influência parece ter servido de base para uma reformulação do pensamento, assumindo novos contornos. O Homem, na particularidade que lhe é devida, torna-se de novo sujeito: apesar de depender ainda das relações que traça com os restantes elementos, relações estas que constituem o seu meio, esta estrutura não compromete o seu valor autónomo, nem aquele dos outros elementos com os quais se associa [Fig.1]. Este pensamento marca o regresso à cidade enquanto manancial de potencial simbólico e ao Homem enquanto sujeito que a habita, algo já notório nos textos introdutórios do livro do sexto C.I.A.M,<sup>7</sup> de 1947:

“Porque as nossas cidades não são compostas meramente de ruas e edifícios, nem de meros aglomerados de pessoas, mas do coração e do conteúdo da sociedade, pode então acontecer que as artes que servem esta sociedade possam ser também elas compostas das suas vontades e aspirações.”<sup>8</sup>

(Hudnut *in* C.I.A.M et Sert, 1947, p.iv)

Chama-se aqui a atenção para a importância de uma relação necessária entre os elementos que constroem o espaço, aqui exemplificados pela alusão às “ruas e edifícios”, e as pessoas que o habitam com uma cultura e aspirações próprias. Considera-se que a individualidade da sociedade deve ser espelhada nas artes, e em particular na cidade e na Arquitectura, assunto em debate neste texto.

<sup>7</sup>Sexto Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (C.I.A.M): *Can Ours Cities Survive?* - 1947, Bridgwater, Reino Unido.

<sup>8</sup> Citação original: “*Because our cities are compounded not of streets and buildings merely, nor of aggregations of people merely, but of the hearth and content of society, so it may happen that the arts which serve this society may be compounded also from its will and its aspirations*” (Hudnut *in* C.I.A.M et Sert, 1947, p.iv).

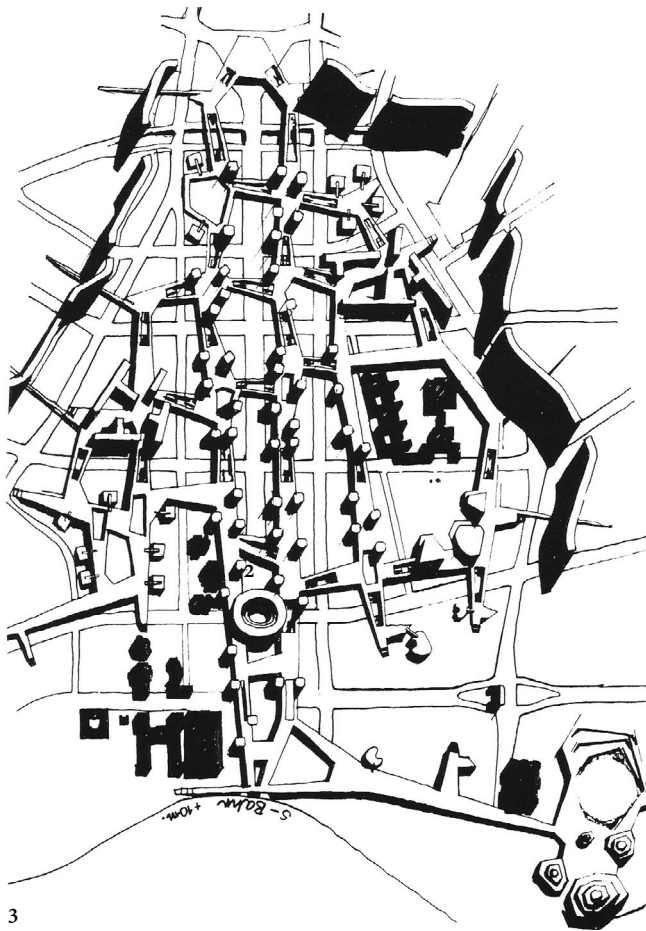
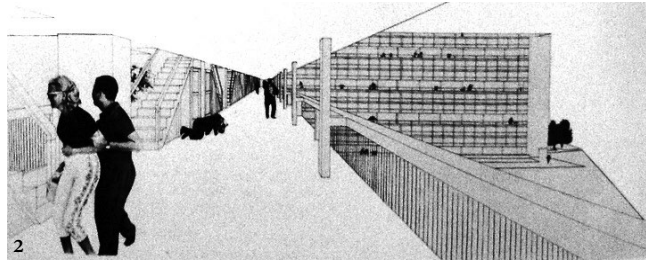


Fig.2 Alison and Peter Smithson. O conceito de "street-in-the-air" desenvolvido para o projecto de Golden Lane,1952-53.

Fig.3 Alison and Peter Smithson. Concurso para Berlin Hauptstadt, 1957. Planta.

Exemplos de "sistemas realistas" onde o preexistente é ponto de partida para o ensaio de novas formas urbanas que privilegiam as associações humanas.

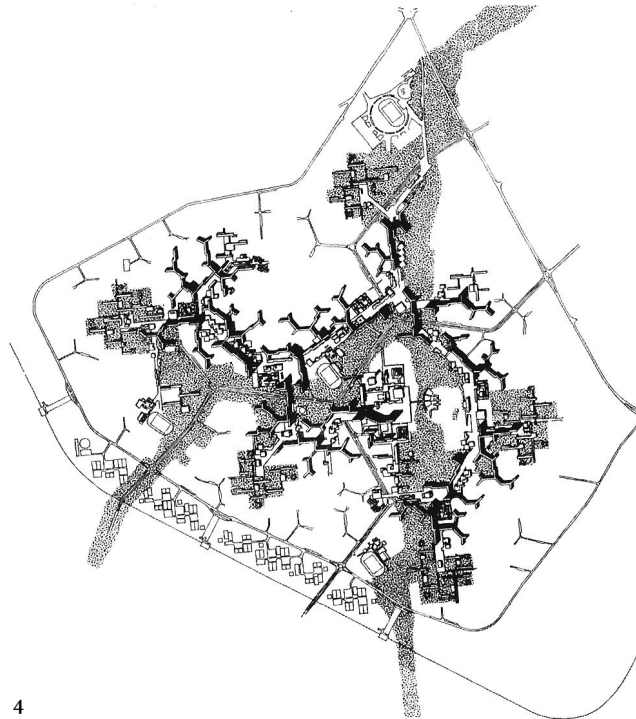
Não obstante, avanços significativos nesta matéria apenas se formalizaram em 1951 no oitavo C.I.A.M: “The Heart of the City”,<sup>9</sup> onde foram procuradas soluções de compromisso assentes na distinção entre a estrutura enquanto suporte da realidade e dos elementos com um valor autónomo próprio por ela suportados. Garantia-se, com tal distinção, a conservação da subjectividade e do simbolismo inerente a cada elemento, permitindo ao Homem em todas as suas dimensões assumir de novo um papel central.

Entre 1945 e 1975 foram muitas as interpretações dadas a esta *cidade como sistema de relações* procurando-se uma aplicação prática desta visão mais humanista da cidade através da idealização de modelos e de novas estruturas urbanas. Permitindo uma compreensão mais imediata, Montaner (2009) organiza os sistemas urbanos referentes a esta temática em duas categorias principais, tomando como critério a forma como estes se colocam perante a realidade. Temos primeiramente os sistemas realistas ou “os universos da realidade e do tempo”: *clusters, mat-buildings, megastructures*. Estes têm por base a realidade existente e tomam o tempo como uma força positiva e criativa; assumem também contornos sociais e políticos por meio do incentivo ao envolvimento dos utilizadores (*ibidem*, pp.90-115). A segunda categoria diz respeito a sistemas radicais e utópicos, onde é adoptada uma perspectiva crítica mais livre, alheada da realidade e da possibilidade de concretização (*ibidem*, pp.132-147).

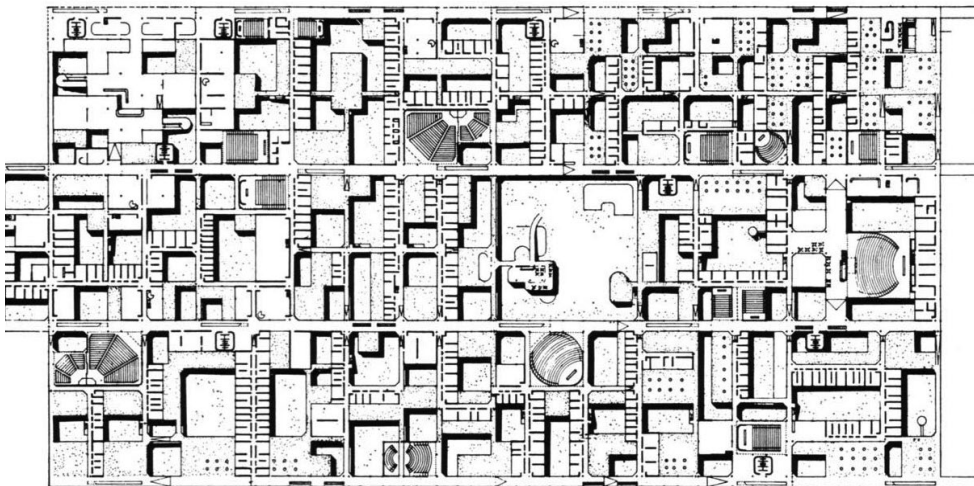
As experiências urbanas desenvolvidas por Allison e Peter Smithson entre 1952 e 1960 são encaixadas na primeira categoria. Partindo do existente, estas propostas defendem a introdução de dispositivos urbanos (como as “*streets in the air*”) como forma de criar uma nova hierarquia sobreposta ao edificado que reflectisse a “verdadeira complexidade das associações humanas” (Smithsons *apud* Lucan, 2010, p.465), na sua opinião “inadequadamente expressas” na Carta de Atenas de 1933<sup>10</sup> (Smithsons *apud* Lefavre e Tzonis, 1999, p.406). Os projectos para *Sheffield University* (1952) e para a *Golden Lane* (1952-53) [Fig.2], são exemplos da aplicação desta abordagem: composições a-formais, ou seja, independentes de princípios geométricos ou visuais, que desenham na cidade uma série de relações topológicas de associação (Lucan, 2010, pp.466-467). Mais tarde, no projecto de *Berlim Hauptstadt* (1957) [Fig.3], verifica-se um avanço sobre estas estruturas lineares: recorre-se a uma trama contínua mas descentralizada para procurar um sistema não-hierarquizado que oferecesse novas possibilidades de relações (*ibidem*, p.468).

<sup>9</sup> Oitavo Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (C.I.A.M): The Heart of the City - 1951, Hoddeston, Reino Unido.

<sup>10</sup> Citação original: “urbanism considered and developed in terms of the Athens Charter tends to produce towns in which the vital human associations are inadequately expressed”. Publicado originalmente em: Smithson, A. (1982). The Emergence of Team X. London: David Robbins; citado por Lefavre e Tzonis (1999).



4



5

*Fig.4* Georges Candilis, Alexis Josic et Shadrach Woods. *Concurso para Toulouse-le-Mirail*, 1961.

*Fig.5* Georges Candilis, Alexis Josic et Shadrach Woods. *Free University of Berlin*, 1964. Planta.

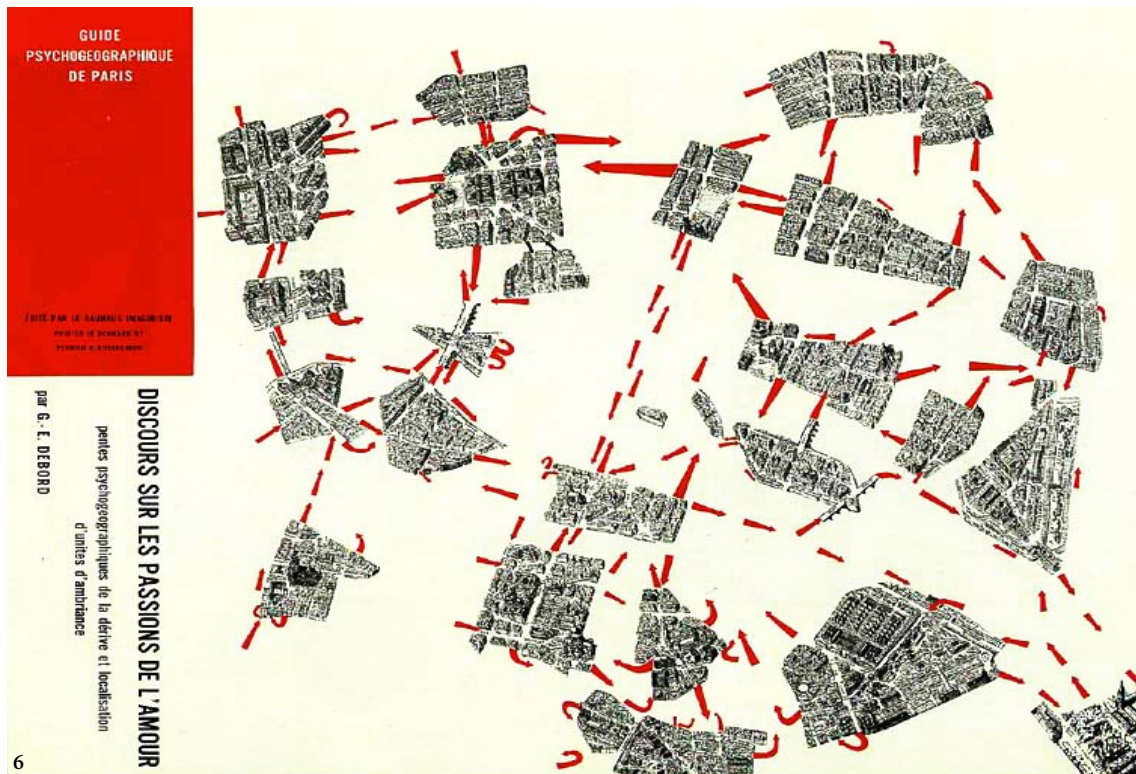
Estes projectos procuram evidenciar a importância das relações urbanas para o desenvolvimento da cidade. Todos os dispositivos apresentados procuravam uma “estética aberta” capaz de se adaptar às rápidas mudanças sociais.

Também nesta categoria dos sistemas realistas estão incluídos Candilis, Josic e Woods, com os seus projectos para *Toulouse-le-Mirail* (1961) [Fig.4] e para a *Free University of Berlin* (1964) [Fig.5]. Inspirando-se nas experiências dos Smithsons, este grupo tem como objectivo a “procura de novos sistemas capazes de iluminar as relações humanas de hoje”<sup>11</sup> (Woods, 1962, p.44). Avançam com o conceito de “*web*”, uma rede que se desenvolve horizontalmente, inicialmente não centrada mas poli-centrada pelo uso (*ibidem*, p.46). Não podendo ser reduzido a uma determinada geometria, este sistema é antes um ordenamento a grande escala que admite a existência de uma expressão individual numa escala mais aproximada (*ibidem*, p.46). A indeterminação funcional deste projecto permite uma constante reformulação do seu conteúdo, evoluindo com o tempo e dando resposta às necessidades que venham a surgir (Woods *apud* Lucan, 2010, p.471).

Relativamente aos sistemas utópicos desenvolvidos em torno da cidade como um sistema de relações, destacaremos o Movimento Situacionista que, ao colocar o Homem e, particularmente, a sua dimensão irracional ou emocional em primeiro plano, encara a cidade como o local de promoção de uma série de relações de ordem social ou lúdica (Internacional Situacionista, 1958, p.13). Aqui a lógica estruturalista é subvertida por completo: o sujeito assume-se como o elemento primário de todo o sistema, ao invés de ser um elemento determinado por ele, sendo o espaço visto como o suporte que deve proporcionar-lhe a liberdade para desenvolver as suas associações.

Dentro deste movimento, sublinharemos especificamente as *Análises Psicogeográficas* de Guy Debord (1955) [Fig.6], onde é estudada a relação entre a geografia e o comportamento humano; e a série *New Babylon* de Constant Nieuwenhuys (1956-1974) onde, por meio de maquetas, colagens e pinturas, é idealizada uma “construção espacial contínua” [Fig.7] (Nieuwenhuys, 1959, p.38). Concebida para uma sociedade futurista liberta do trabalho (*ibidem*, p.39), esta última consistia numa série de estruturas leves, libertas do solo, que funcionavam como suporte ao contacto social e lúdico necessário ao Homem:

<sup>11</sup> Citação original: “[...] l’architecture pouvait agir dans les limites de disciplines purement visuelles. Avec le renversement de ces limites [...] on ressent besoin de découvrir un cadre évident à l’urbanisme et à l’architecture à leur nouvelle échelle. [...] De nouveaux systèmes architecturaux sont nécessaires pour illuminer ces rapports [humains].” (Woods, 1962, p.44).



6



7



8

Fig.6 Guy Debord. *Guia Psicogeográfico de Paris*, 1957.

Fig.7 Constant Nieuwenhuys. *New Babylon*, 1964. Maqueta.

Fig.8 Constant Nieuwenhuys, *New Babylon* 1964. Pintura.

Exemplos de “sistemas utópicos” onde o Homem era elemento primário de todas as relações que ocorriam na cidade.



“[...]nós sabemos que as construções futuras que prevemos deverão ser bastante flexíveis para responder a uma concepção dinâmica da vida, criando a nossa envolvente em relação directa com os modos de comportamento em constante mutação. A nossa concepção de urbanismo é então social.”<sup>12</sup>

(Nieuwenhuys *apud* Internationale Situacioniste, 1959, p.38)

Na sua visão, as relações têm uma única temporalidade: são construídas a cada momento, fruto das vontades expressas por este habitante a quem chama “*Homo Ludens*”<sup>13</sup> (Nieuwenhuis, 1974, p.2), sendo a cidade reduzida a uma arquitectura de estrutura modular com a capacidade de providenciar o espaço necessário para albergar todas as relações criadas [Fig.8]. O Homem é caracterizado no expoente máximo da sua subjectividade como elemento que domina todas as relações da cidade, mas, em contrapartida, o existente, a memória e as permanências são cuidadosamente omitidos deste cenário, uma vez que elas podem constituir elementos que condicionam as relações do sujeito.

Muitas das experiências aqui referidas foram consideradas por alguns autores ingénuas, banais, utópicas ou ideológicas (Lefavre e Tzonis, 1998, p.6). De facto, apesar das suas poucas hipóteses de concretização poderem sugerir uma alienação da realidade, o que se procurou ensaiar nestas obras vai para além da materialização alcançada. Transparece uma preocupação com a adaptação da arquitectura e dos seus sistemas urbanos às relações complexas que compõem a cidade e à forma como o Homem se coloca perante elas. Aspirava-se por um sistema flexível que promovesse a articulação das dimensões abstractas inerentes à sociabilização humana, com o espaço da cidade e com todos sistemas que a cidade comporta. No sub-capítulo que se segue avançaremos com a proposta de um sistema possível que explora esta articulação.

## O Rizoma como um Sistema Possível

Argumentar que um qualquer sistema de relações ou uma qualquer figura é mais ou menos adequada do que qualquer outra na leitura da cidade contemporânea não é um dos objectivos deste trabalho; para além de que, como vimos anteriormente, são muitas as interpretações possíveis

<sup>12</sup> Citação original: “[...] nous savons que les constructions futures que nous envisageons devront être assez souples pour répondre à une conception dynamique de la vie, créant notre entourage en relation directe avec des modes de comportement en changement incessant. Notre conception de l’urbanisme est donc sociale.” (Nieuwenhuis *apud* Internationale Situacioniste, 1959, p.38).

<sup>13</sup> O autor recupera este termo inicialmente desenvolvido por Johann Huizinga em *A Study of the Element of Play in Culture* (1938), onde se assume a libertação do potencial lúdico dormente em cada Homem como forma de libertação do seu ser social.



destes conceitos. No entanto, para abordar uma das relações do sistema da cidade, importa começar por esclarecer a que tipo de sistema nos referimos e quais os seus princípios.

Como vimos, as experiências do pós-guerra apresentadas têm como ponto comum o reconhecimento da existência na cidade de uma outra lógica não-hierárquica e acentrada que espelha uma série de relações complexas e não necessariamente materiais,<sup>14</sup> tal como formulado por Lynch:

“O sistema hierárquico, embora conveniente a alguns dos nossos actos do pensamento abstracto, pareceria uma negação à liberdade e complexidade de ligações de uma grande cidade.”

(Lynch, 2008, p.116)

No debate sobre qual o modelo de ordenamento físico do território capaz de traduzir esta ordem não-hierárquica denota-se alguma dificuldade na transposição destas teorias para a prática projectual. De facto, apesar de todos os projectos apontarem a necessidade de uma salvaguarda da flexibilidade própria das relações imateriais que compõem a cidade, todos eles procuram a fixação destas por meio de dispositivos urbanos, mais ou menos pragmáticos ou exequíveis. A possibilidade de mutação e adaptação destas estruturas, por meio da modulação ou da reconfiguração destes dispositivos, era considerada como condição que acautelava esta flexibilidade. No entanto, estas alterações requerem sempre uma ponderação, retirando-lhe a capacidade de traduzir na íntegra a imediatez destas relações humanas em constante redefinição.

O sistema aqui proposto assume-se como uma ideia abstracta, uma forma de leitura do território que poderá influenciar a maneira como intervimos nele. Retomando alguns dos conceitos introduzidos pelas experiências apresentadas, procurou-se um sistema flexível e aberto que se adaptasse à realidade da cidade contemporânea. Um sistema que reconheça a importância das relações que se traçam entre todos os elementos que compõem a cidade, capaz de valorizar o existente e de, simultaneamente, de promover a inclusão com novos elementos.

Referimos anteriormente que os elementos justapostos na cidade podem ser tanto materiais como imateriais;<sup>15</sup> seguindo esta lógica, também as relações que se desenvolvem entre eles podem pertencer a estas duas ordens. Distinguimos então dois tipos de relações possíveis: as materiais, visíveis no

<sup>14</sup> Nas experiências apresentadas era considerada a dimensão social do Homem como uma das relações presentes na cidade.

<sup>15</sup> Ver página 23.



*Fig.9* O rizoma na Botânica.

“O rizoma como caule subterrâneo distingue-se [...] das raízes e radículas. O rizoma em si mesmo tem formas muito diversas, desde a extensão superficial ramificada em todos os sentidos até às concreções em bolbos e tubérculos.” (Deleuze e Guattari, 2007, p.43)

território (como por exemplo as relações entre edifícios, redes de sistemas de circulação, redes de infraestruturas, etc.) e outras imateriais que, segundo Corboz, seguem geralmente um sistema de configuração em rede, sobrepondo-se e fundindo-se com os sistemas materiais (referimo-nos por exemplo às redes de comunicação, de trocas comerciais, mas também às associações entre pessoas e às linhas de movimento que elas traçam no território, etc.). Apesar de estas últimas não poderem ser fixadas no território, podem ser referenciadas e potenciadas a partir dele.

Em suma, não se pretende dar primazia à estrutura ou aos elementos que ela relaciona, uma vez que se considera que ambos são indissociáveis e que se condicionam e definem mutuamente, mas antes abordar a relação existente entre eles. Propomos então a compreensão da cidade enquanto produto deste cruzamento entre relações materiais ou físicas presentes no território - de ordem geralmente hierárquica e regulada - com uma série de relações imateriais de configuração aberta, não-hierárquica, acentrada e em constante mutação, procurando-se um sistema que articule estas duas ordens.

O conceito de *rizoma*, tal como exposto por Deleuze e Guattari em 1972 no livro *Capitalismo e Esquizofrenia* (2007), apresenta um tipo de sistema capaz de dar resposta a esta visão. Este texto vem apenas sistematizar a ideia de que o modelo de concepção arbórea da realidade, ou seja, como um sistema hierarquizado, estruturado e facilmente apreendido, é insuficiente para expressar a complexidade da mesma, sendo necessário um novo sistema. O rizoma é então uma alegoria que faz uso de uma noção proveniente da Botânica para permitir a visualização de uma configuração sistémica múltipla, aberta, anti-genealógica e acentrada, capaz de construir uma nova “imagem do mundo” (Deleuze e Guattari, 2007, pp.21-49) [Fig.9].

Independentemente deste texto ter surgido dentro do campo disciplinar da Filosofia, mais concretamente da Metafísica, são inúmeras as referências feitas a aplicações prévias deste sistema, nomeadamente no campo da Ciência, da Sociologia, da Linguística e da Psicologia.<sup>16</sup> A estas disciplinas podemos juntar ainda a Arquitectura e o Urbanismo, visto que a procura por sistemas acentrados e não hierárquicos capazes de expressar a complexidade da realidade também se manifestou nas experiências do pós-guerra que apresentámos anteriormente<sup>17</sup> e noutras do mesmo período como a *Ville Spatiale* de Yona Friedman (1952-62) [Fig.10] ou a *City Interchange* dos Archigram (1963) [Fig.11]. Em leituras mais recentes destes projectos é por vezes utilizada a figura do rizoma, mesmo que esta lhes seja posterior, como forma de ilustrar os princípios por eles

<sup>16</sup> Nestas aplicações anteriores à publicação deste texto apesar de já explorarem tipos de sistemas com estes mesmos princípios, não é feita a analogia com a figura do rizoma, visto que esta é pela primeira vez introduzida na obra em questão..

<sup>17</sup> Ver páginas 27-35.

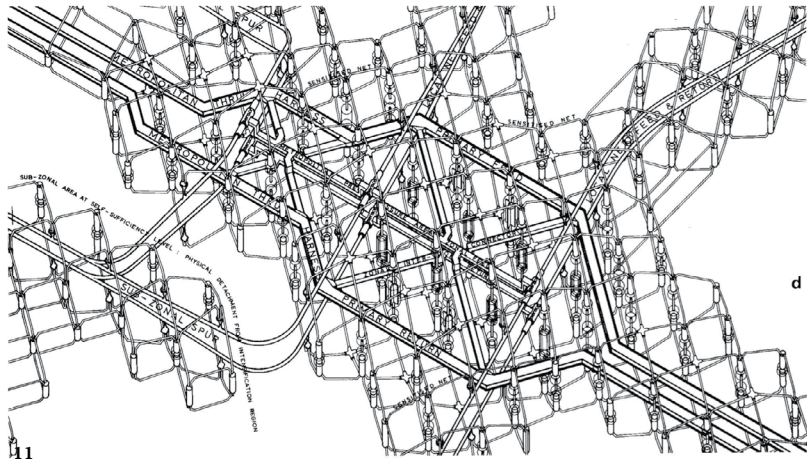
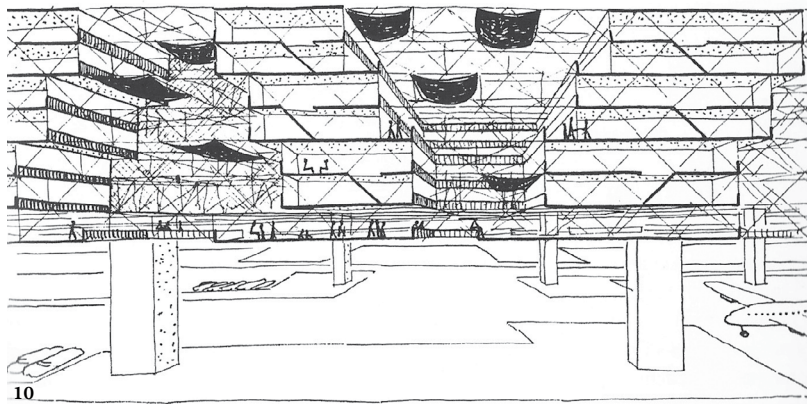


Fig.10 Yona Friedman. *Quartier Spatiale*, 1958-62.

Fig.11 Ron Herron (Archigram). *City Interchange project*, 1963.

Procuravam-se sistemas acentrados e não-hierárquicos capazes de traduzir a complexidade inerente às estruturas urbanas.

advogados. Veja-se por exemplo o caso da análise do projecto para *Berlin Hauptstadt* (1957) dos Smithsons<sup>18</sup> feita por Lucan:

“Esta [proposta de Berlin Hauptstadt] marca uma etapa suplementar dentro da problemática da trama contínua, de uma estrutura horizontal que se assemelha a uma estrutura em rizoma, se tivermos em conta a definição que lhe é dada por Gilles Deleuze e Félix Guattari de um ‘sistema acentrado, não-hierárquico’ [...]”<sup>19</sup>

(Lucan, 2010, p.468)

A pertinência da aplicação do rizoma à cidade é desde logo brevemente sugerida pelos próprios Deleuze e Guattari que fazem referência à cidade de Amesterdão como sendo uma “cidade-rizoma com os seus canais-caules” (Deleuze e Guattari, 2007, p.36). Já mais recentemente, outros arquitectos contemporâneos recorrem também à figura do rizoma como forma de se referirem a uma “forma [urbana] gerada pelo processo de crescimento espontâneo, em contínua transformação”, tal como foi aferido por Jauregui relativamente à organização das favelas do Rio de Janeiro e de Salvador da Bahia (Jauregui *apud* Montaner, 2009, p.183).

Na proposta aqui avançada, os princípios do rizoma, tal como enunciados por Deleuze e Guattari (2007), são recuperados como guias para uma forma de pensar a cidade contemporânea, sendo que nos parágrafos seguintes procederemos à sua enumeração e subsequente explicação da sua pertinência para uma leitura actual da cidade. Posteriormente, uma vez colocado este pano de fundo, de todas as relações que compõem a cidade-rizoma iremos focar apenas a relação desenvolvida entre o Homem e o espaço.

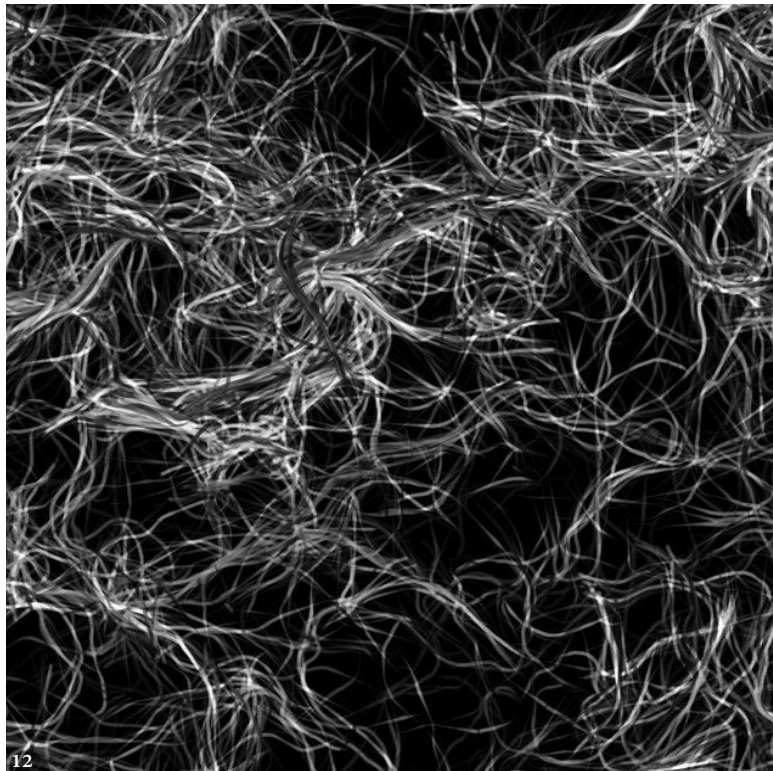
O primeiro e segundo princípios que caracterizam a estrutura em rizoma referem-se aos “*Princípios de Conexão e de Heterogeneidade*” e afirmam que:

“Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro, e tem de sê-lo[...]. Num rizoma[...] elos semióticos de qualquer natureza são conectados com modos de codificação muito diversos, elos biológicos, políticos, económicos, etc. [...]”

(Deleuze e Guattari, 2007, pp.25-26)

<sup>18</sup> Ver página 41.

<sup>19</sup> Citação original: “Elle [proposte Berlin Hauptstadt] marque une étape supplémentaire dans la problématique d’une trame continue, d’une nappe horizontale ressemblant à une structure en rhizome, si l’on retient la définition qu’en donneront Gilles Deleuze et Félix Guattari d’un «système acentré, non hiérarchique» [...]” (Lucan, 2010, p.468).



*Fig.12* Casey Reas e Ben Fry. *Process 7*. 2005

“Uma multiplicidade não tem sujeito ou objecto, mas apenas determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que ela mude de natureza. [...] A noção de unidade nunca aparece senão quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante ou um processo correspondente à subjectivação [...].” (Deleuze e Guattari, 2007, p.27)



O sistema rizomático é então, em primeiro lugar, marcado por uma capacidade de conexão transversal à natureza dos elementos conectados, sendo esta alcançada por meio de “elos semióticos”, aqui entendidos como uma série de actos diversos capazes de transpor as iniciais barreiras disciplinares (*ibidem*, p.26). Se considerarmos a cidade como o resultado de uma conjugação de relações materiais e imateriais que se desenvolvem num determinado território, isto é, com um lado físico e outro incorpóreo então, qualquer sistema que a ela possamos associar deve assegurar esta capacidade de conexão como condição-base para a articulação desta dualidade.

Surge assim uma imagem da cidade como um emaranhado de ligações de várias naturezas: sociais, políticas, funcionais, económicas, históricas, etc.; que conectam espaços com sujeitos; sujeitos com infraestruturas e redes; ou mesmo redes com memórias individuais ou colectivas. Tudo se interliga no rizoma da cidade gerando uma configuração de relações particulares e com uma identidade própria.

No terceiro princípio enunciado por Deleuze e Guattari, o “*Princípio de Multiplicidade*”, é reforçado a inexistência de uma ordem hierárquica subjacente à organização deste sistema pois esta limitaria necessariamente a multiplicidade de conexões possíveis:

“O rizoma não se deixa reduzir nem ao Um nem ao múltiplo.[...] Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direcções movediças. Não tem começo nem fim, mas tem sempre um meio, pelo qual cresce e transborda. Constitui multiplicidades lineares de  $n$  dimensões sem sujeito nem objecto [...]”

(Deleuze e Guattari, 2007, p.43)

Sem uma lógica geradora ou um elemento primordial que o origina por meio de operações rastreáveis (como a adição, multiplicação, subtracção ou divisão), o rizoma, enquanto sistema aberto e infinitamente conectável, corresponde a uma ordem diferente daquelas concebidas pelo Homem, abrindo uma nova forma de pensar o mundo que nos rodeia sem que haja um limite imposto por uma qualquer regra operacional [Fig.12].

Este princípio, no entanto, arrasta consigo uma questão pertinente que, à primeira vista, pode parecer ameaçar toda a construção aqui proposta: se a cidade é uma construção do Homem então a sua morfologia corresponde a uma lógica hierárquica, pois apenas esta pode ser racionalizada e apreendida na totalidade pela mente humana. Como podemos então utilizar a figura do rizoma como forma de pensar a cidade se esta tem uma lógica contrária a um dos seus princípios basais?



Se, por um lado, a cidade enquanto construção espacial concreta obedece às leis da geometria e da topologia (Norberg-Schulz, 1980, p.13) seguindo, pelo menos no caso do modelo de cidade ocidental,<sup>20</sup> uma ordem hierárquica que torna a cidade compreensível e legível para o utilizador (Lynch, 2008, p.10); por outro, ela possui também uma estrutura imaterial, esta sim, correspondendo a uma lógica múltipla e infinitamente conectável seguindo os princípios do rizoma.

No entanto, a questão de como é possível a admissão da convivência desta dualidade sistêmica dentro de uma mesma realidade mantém-se. Tomando exclusivamente os princípios até agora enunciados depreendemos que um sistema com infinitas possibilidades de conexão, que permite a relação entre elementos de várias naturezas, tem necessariamente de admitir a relação com sistemas de outras ordens, mesmo que estas lhe sejam opostas, reforçando assim os seus princípios em vez de os comprometer. Os próprios autores avançam com esta hipótese, fazendo uso da imagem da árvore ou da raiz, figuras de ordem hierárquica, como contraponto à figura do rizoma na ilustração desta questão:

“Há estruturas de árvores ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um ramo de árvore ou uma divisão de raiz podem pôr-se a lançar rebentos em rizoma. [...] Ser rizomorfo é produzir caules e filamentos que têm ar de raízes ou, melhor ainda, conectam-se com elas ao penetrar no tronco, com o risco de as fazer servir para novas utilizações estranhas.”

(Deleuze e Guattari, 2007, pp.35-36)

Também Corboz (2001c), referindo-se ao território, admite a existência desta dialética entre o “território como superfície”, referindo-se ao conjunto de relações fixas e geograficamente definidas (que correspondem às relações materiais), e o “território como sistema de redes”, uma série de relações em constante definição (as relações imateriais, tal como aqui propomos), reconhecendo a necessidade de “inventar uma dialética capaz de definir estas relações”<sup>21</sup> (*ibidem*, p.254).

<sup>20</sup> Reiteramos que o objecto de estudo da presente dissertação é a cidade europeia, não podendo ser feita uma generalização a outras cidades com diferentes lógicas.

<sup>21</sup> Citação original: “Le territoire comme surface est un héritage du XIXe siècle [...] Inutile de souligner à quel point cette conception est devenue impraticable [...], nous contraignent à formuler tous ou presque tous les problèmes territoriaux comme des systèmes de réseaux. Une surface a un périmètre, alors qu’un réseau n’a que des points terminaux; [...] les réseaux n’abolissent pas les surfaces, ce qui nécessite d’inventer une dialectique capable d’en définir les relations.” (Corboz, 2001c, p.254).



O quarto princípio, o “*Princípio da Ruptura Assignificante*”, expõe a capacidade do sistema rizomático, quando quebrado ou interrompido, se reconstituir mediante novas ligações:

“Um rizoma pode ser interrompido, quebrado num sítio qualquer, retoma segundo esta ou aquela das suas linhas e segundo outras linhas. [...] Qualquer rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais [...] se territorializou, se organizou [...]; mas compreende igualmente linhas de desterritorialização. [...] Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas arrisca-se sempre a encontrar sobre ela organizações que reestratificam o conjunto [...]”

(Deleuze e Guattari, 2007, pp.28-29)

Se visualizarmos a estrutura do rizoma como um emaranhado de linhas que representam as relações que o compõem, poderemos distinguir entre as “linhas segmentares”, sobre as quais o rizoma se consolidou e “territorializou”, e outras, as “linhas de fuga”, que por serem “desterritorializadas”, pontas soltas se quisermos, formam o potencial dinâmico do sistema, permitindo a evolução e constante reconfiguração do mesmo (*ibidem*, pp.28-29). Assim, enquanto que pontos do sistema apresentam uma certa estabilidade das suas relações, outros estão ainda expectantes de concretização, de melhor se conectar à estrutura.

No caso da cidade, estes nódulos de relações estáveis, mais alicerçados, tornam-se evidentes na sua malha construída, sendo possível encarar algumas permanências ou alguns lugares mais representativos como testemunho destas relações mais robustas e duradouras (mais dificilmente quebradas). Inversamente, podem existir algumas relações imateriais que aguardam por uma concretização na malha urbana ou também espaços físicos expectantes de uma ligação à estrutura imaterial da cidade. São nestas “linhas de fuga” que devem ser procuradas as oportunidades para a introdução de novas relações com o potencial de reforçar toda a estrutura do rizoma existente, ao mesmo tempo que a actualizam.

Por último, o quinto e sexto princípios, o “*Princípio de Cartografia e de Decalcomania*”, referem-se à forma de representação deste sistema. Uma vez desprovido de qualquer lógica generativa, de qualquer “eixo genético”, o rizoma não pode ser “decalcado” ou reproduzido (*ibidem*, p.32). Se tomarmos por exemplo a reprodução de uma qualquer realidade geométrica, podemos-nos servir das suas formas geométricas-base para a compreender ou recorrer a uma decomposição dos seus planos. Ora o rizoma não possui qualquer regra que nos guie, os seus elementos não partilham um código genético, de uma lógica evolucionista, composicional ou funcional; não têm sequer



*Fig.13* Christian Norberg-Schulz. *Villagio circolare. Palombara Sabina, Lazio.*

As cidades são testemunhos da relação a longo prazo entre o Homem e o espaço que ele habita, com um identidade, simbolismo, história e memória própria.

naturezas semelhantes. A única forma proposta pelos autores para o reconhecimento do rizoma é através do seu mapeamento uma vez que “o mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre si mesmo, constrói-o. [...] É aberto, conectável, em todas as suas dimensões, desmontável, invertível, susceptível de receber informações constantemente” (*ibidem*, p.32).

Enquanto que um decalque, meio de representação que os autores opõem ao mapa, remete necessariamente para uma estrutura original invariável e estática; o mapa permite entradas múltiplas, tratando-se não de uma reprodução mas de uma forma de orientação e reconhecimento deste sistema. Nesta perspectiva, a única forma de reconhecer e tratar a cidade-rizoma é através do seu mapeamento, não nos referimos especificamente ao mapa na sua forma de suporte mais convencional, mas sim ao mapa enquanto construção metodológica que pode assumir variadas formas mentais, virtuais ou físicas.<sup>22</sup>

## Cidade e Metrópole

Antes de avançarmos para o aprofundamento de uma das relações da cidade-rizoma: a relação entre o Homem e o espaço; importa primeiramente traçar a distinção entre a *cidade*, objecto de estudo da presente dissertação, e a *metrópole*, visto que se considera que apenas a primeira tem como um dos seus princípios esta relação, e conseqüentemente apenas a esta poderá ser aplicado a construção teórica e prática que iremos propor adiante.

Se a cidade enquanto rizoma nasce de uma conexão de elementos, podemos considerar que esta relação entre o Homem e o espaço é uma das suas motivações originais, ou seja, uma das primeiras linhas lançadas no rizoma. Esta ligação pressupõe mais do que uma dimensão física ou prática, desenvolve-se também num plano abstracto pelas associações e significados que desencadeia [Fig.13].

No entanto, a crescente alienação do Homem em relação ao espaço da cidade, cada vez mais evidente nos tempos que correm, não só por causa das novas tecnologias como também pela afirmação de uma lógica produtivista e de especulação económica generalizada, compromete esta relação-base. A falha deste princípio fundamental da cidade transforma-a num outro tipo de aglomerado urbano: a metrópole.

<sup>22</sup> O aprofundamento do mapa como forma ferramenta de compreensão destas relações será abordado no capítulo 3, páginas 97-101.

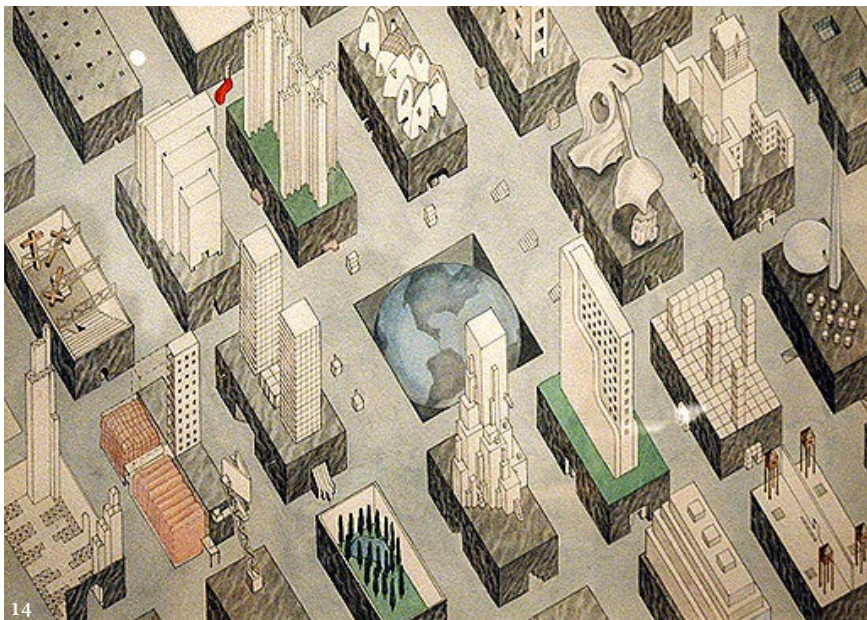


Fig.14 Rem Koolhaas. *The City of the Captive Globe*. 1972

*“They [the new settlements] consist of buildings ‘freely’ placed within a park-like space. Streets and squares are no longer found, and the general result is a scattered assembly of units [...]”* (Norberg-Schulz, 1980, p.189)



Se a sociedade é tanto construída como representada pelas construções e espaços que cria (Innerarity, 2006, p.107), então a metrópole corresponde a uma sociedade assente em valores diferentes daqueles da cidade. Esta distinção é definida por Magnaghi em *The Urban Village* (2005), uma obra desenvolvida no contexto da “Abordagem Territorialista” da Escola de Florença:<sup>23</sup>

“A cidade é um processo cultural complexo com uma identidade histórica enraizada não só em elementos económicos, mas também em mitos, projectos sociais, eventos simbólicos e na construção de espaços públicos. [...]A metrópole é a negação da cidade [...] apagando a natureza particular do lugar, eliminando diferenças, identidade e complexidade. Ela cobre o território com funções económicas e ‘não-lugares’ aos quais falta identidade, relações e história.”<sup>24</sup>

(Magnaghi, 2005, p.9)

Enquanto que a cidade deve ter como princípio fomentar as relações que a compõem em prol do colectivo que a habita, sendo por isso capaz de gerar dimensões simbólicas como identidade, história, cultura e memória; a metrópole promove apenas relações de eficiência e relegando para um segundo plano relações com outras quaisquer motivações (*ibidem*, pp.14-19). Nesta última, no limite, o contexto é remetido para a condição de “terreno” (“*site*”) onde são dispostos uma série de edifícios de dinâmicas autocentradas (Norberg-Schulz, 1980, pp.189-190), onde a escassez de elementos com os quais o utilizador se possa identificar reforça o distanciamento em relação ao espaço público [Fig.14]:

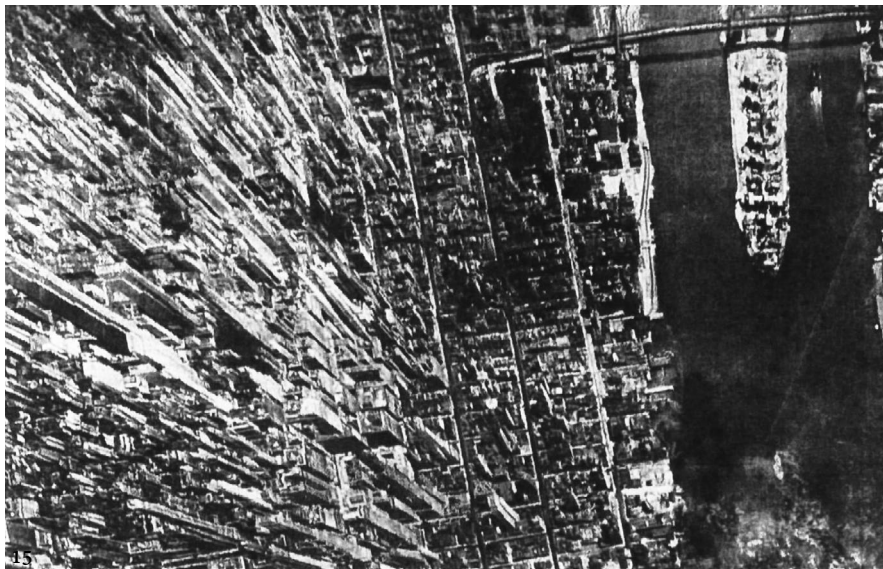
“A globalização do indivíduo e da família no espaço metropolitano é aleatório e anómico. A relação é uma de alienação e de não-identidade. A organização do espaço despidido de lugares colectivos, é estranha ao indivíduo e à comunidade.”<sup>25</sup>

(Magnaghi, 2005, p.66)

<sup>23</sup> Esta abordagem defende que: “*The sustainability of the human environment is seen in terms of building up systems of virtuous relations between the three constituent components of the territory itself: the natural environment, the built environment and the anthropic environment.*” (Magnaghi, 2005, p.42). Estas relações são vistas como condições necessárias para a criação de identidade e história, necessidades intrínsecas ao Homem. Para um maior aprofundamento desta abordagem ver Magnaghi (2005), Fanfano (2001) e Marguccio (2009).

<sup>24</sup> Citação Original: “*The city is a complex cultural process with historical identity rooted not only in economic constituent elements, but also in myths, social projects, symbolic events and the construction of public spaces. [...]The metropolis is the negation of the city [...] effacing the special nature of place, eliminating differences, identity and complexity. It covers the territory with economic functions and «non-places» lacking identity, relations and history.*” (Magnaghi, 2005, p.9).

<sup>25</sup> Citação original: “*The globalization of the individual and the family in the metropolitan space is fortuitous and anomic. The relation is one of alienation and non-identity. The organization of space stripped of collective places, is alien to the individual and the community.*” (Magnaghi, 2005, p.66).



*Fig.15 OMA. Manhattan - the archetype of the Metropolitan Condition. 1977*

“Até que ponto se pode hoje realizar nos novos espaços aquela relação entre cidade e civilização da qual procedem o nosso conceito e as nossas práticas de cidadania?” (Innerarity, 2006, pp.108-109)

Ao contrário das metrópoles, as cidades podem ser consideradas promotoras de subjectividade, uma vez que elas incitam a que o Homem se relacione com elas e por isso desempenham também um papel activo na sua modelação, tal como salienta Guattari quando se refere à cidade enquanto “máquina de sentido” (Guattari, 2006,p.158):

“As cidades são imensas máquinas [...] produtoras de subjectividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, são menos os seus aspetos de infraestrutura, de comunicação e de serviço, do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana.”

(Guattari, 2006, p.172)

O termo “máquina” aqui empregue é a recuperação de um conceito desenvolvido pelo mesmo autor em colaboração com Deleuze numa obra anterior àquela já aqui referida (2007). Este termo não é uma referência a uma lógica funcional baseada na eficiência, mas antes interpretado enquanto mecanismo que existe a partir da articulação e interacção de vários elementos articulados com vista a uma determinada finalidade, neste caso a produção de subjectividade<sup>26</sup> (*idem*, 2006, pp.158-178).

Somos levados a reflectir sobre se será a metrópole o modelo do futuro, o único capaz de acompanhar as dinâmicas impostas pela sociedade contemporânea [Fig.15] ou se, pelo contrário, existe a possibilidade de afirmação das cidades como modelo mediador das mesmas. É irrefutável que a resposta às necessidades funcionais da população, realçadas nos princípios da metrópole, seja também um dos propósitos da cidade mas, tal como apontado por Rossi, considera-se que estas “funções, simples ou múltiplas, que a cidade sucessivamente satisfaz são momentos na existência da sua estrutura[...].” (1977, p.61), não se podendo reduzir a essência da cidade a elas.

Por meio destes pontos de vista, compreendemos que a diferenciação destes dois termos não se prende com uma questão de tamanho: as metrópoles não são cidades aumentadas, embora frequentemente uma lógica puramente económica induza a um aumento exponencial da área construída. Também não se trata de uma questão de evolução: as metrópoles não são uma simples evolução da cidade mas antes nascem do desvio de um dos seus princípios basilares.

<sup>26</sup> Nas palavras do autor: “O alcance dos espaços construídos vai bem para além das suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstractas [...] portadoras de universos incorporais [...] que podem trabalhar no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no sentido de uma re-singularização da subjectividade individual e colectiva.” (Guattari, 2006, p.158).



Ainda dentro desta diferenciação, resta-nos salvaguardar que, na prática, distinguir entre o que é uma cidade e uma metrópole raramente é incontestável, razão pela qual se optou por não referir exemplos concretos nesta exposição. Mesmo que, por exemplo, exista num determinado momento um dado núcleo urbano com uma lógica de desenvolvimento exclusivamente económica, os elementos herdados do passado - vindos de um tempo recuado onde esse núcleo era ainda cidade - podem continuar a motivar relações de outra ordem que não a funcional ou a económica.<sup>27</sup> Embora estando à partida condicionada a capacidade de actualização e de reinvenção da identidade, a identidade passada pode ainda existir, sendo que, por esse motivo, este núcleo não pode ser rotulado exclusivamente de metrópole ou de cidade.

Através da exposição extremada destes dois conceitos procurou-se apresentar de forma clara os princípios ideológicos atribuídos a cada um deles. Uma vez exposta a forma de leitura da cidade através das suas relações que iremos utilizar tomando os princípios do rizoma como guias, e identificada a relação que pretendemos analisar: a relação entre o Homem e o espaço; foi necessário especificar o objecto de estudo a tratar nos capítulos seguintes, visto que esta relação e, conseqüentemente, o método de mapeamento que iremos desenvolver com base nela, apenas é aplicável à cidade e não à metrópole enquanto arquétipos. Posto isto, podemos avançar com o aprofundamento desta relação da cidade-rizoma com vista a compreender em que medida esta participa na formação da identidade de uma cidade.

<sup>27</sup> Razão pela qual estes elementos patrimoniais são muitas vezes vistos como relíquias a preservar, paralisando sob o signo da conservação as dinâmicas relacionais que ainda se faziam sentir em torno deles. Sobre esta assunto ver Riegl (2013); Giedion *et al.* (1943) e Choay (2006).



16

Fig.16 Sarantis Zafropoulos. *Sem título*. Desenho.

A cidade como um complexo de relações entre vários elementos

## 2. RELAÇÕES ENTRE SUJEITO E ESPAÇO CRIADORAS DE IDENTIDADE E COLECTIVIDADE

O carácter da cidade-rizoma encontra-se na configuração particular das suas relações, na forma específica como os seus elementos se cruzam, sejam eles objectos ou sujeitos, materiais ou imateriais, visíveis ou invisíveis, perenes ou efémeros, recentes ou herdados do passado [Fig.16]:<sup>1</sup>

“Uma cidade deve abraçar uma hierarquia de sistemas configurativos sobrepostos.[...] Todos os sistemas devem estar familiarizados uns com os outros de tal forma que, a sua interacção e impacto combinado possam ser vistos como único sistema complexo - polifónico, multirítmico, caleidoscópico e ainda [...] em toda a parte compreensível.”<sup>2</sup>

(Van Eyck, 1993, p.340)

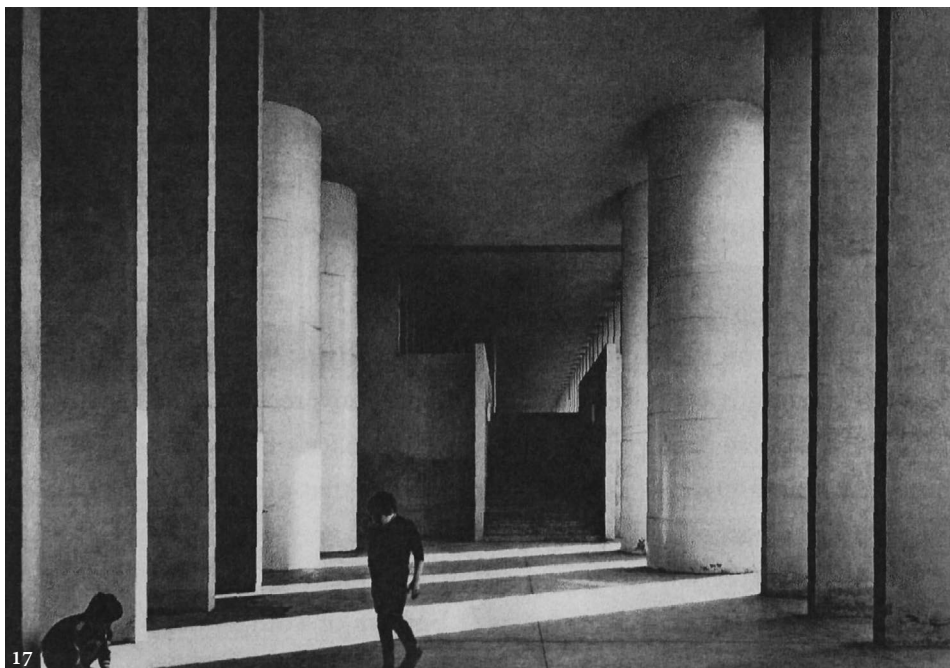
De todas as relações que desenham uma cidade, optámos por investigar uma cuja natureza primária constitui, na nossa opinião, a finalidade última de qualquer cidade: a relação entre o Homem e o espaço. Nascida da necessidade humana por estabilidade, esta relação é uma das bases de articulação de todas as outras que compõem a cidade, tanto pela importância fundamental destes elementos, como pela complexidade que ela compreende.

Em primeiro lugar, importa salientar que esta relação é um exemplo de uma conexão da cidade-rizoma que se desenvolve em simultâneo nos dois planos do sistema já referidos anteriormente: o material e o imaterial. Ou seja, ela articula sistemas imateriais, não-hiérarquicos, acentrados em constante mutação (de configuração rizomática), derivados da subjectividade das relações humanas, com sistemas materiais concebidos pelo Homem de configurações fixas e hierárquicas, que constroem o espaço que ele habita e que regulam esta interacção física.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Evoca-se aqui o primeiro princípio do rizoma, o “Princípio de Conexão e Heterogeneidade”, onde os elementos que compõem o rizoma, sistema que adoptamos para a leitura da cidade, se conectam independentemente da sua natureza. Ver página 41.

<sup>2</sup> Citação original: “A city should embrace a hierarchy of superimposed configurative[...] All systems should be familiarized one with the other in such a way that their combined impact and interaction can be appreciated as a single complex system - polyphonic, multi-rhythmic, kaleidoscopic and yet [...] everywhere comprehensible.” (Van Eyck, 1993, p.340).

<sup>3</sup> Esta hipótese de conjugação de dois tipos de sistemas é admitida no terceiro princípio do rizoma “Princípio de Multiplicidade”. Ver página 42.



*Fig.17* Aldo Rossi. *Housing Complex: Portico of D block seen from the north*, GA45. 1981

“[...]não vivemos numa espécie de vácuo, no qual se colocam indivíduos e coisas [...]. Vivemos, sim, numa série de relações que delineiam sítios decididamente irredutíveis uns aos outros [...]” (Foucault, 1986, p.3)



O segundo aspecto a sublinhar desta relação é a sua capacidade de condicionar e influenciar a definição de cada um dos elementos participantes: se o espaço da cidade existe para servir o Homem, ao mesmo tempo, este necessita do espaço para garantir a sua segurança, fomentar um sentimento de pertença, e para, através dele, criar relações com os seus pares (Vaz, 2006, p.220) [Fig.17]. Isto não significa que o espaço e o sujeito se fundam ou desapareçam enquanto elementos autónomos, apenas que esta relação incita à redefinição destes elementos, enriquecendo as suas identidades autónomas (Vaz, 2006, p.194). Nesta perspectiva, pode-se considerar que a dimensão social pressupõe mais do que a simples interacção entre sujeitos, tal como apontado por Lefebvre (1968), ela é também definida pelo espaço e por outros elementos que moldam estas interacções:

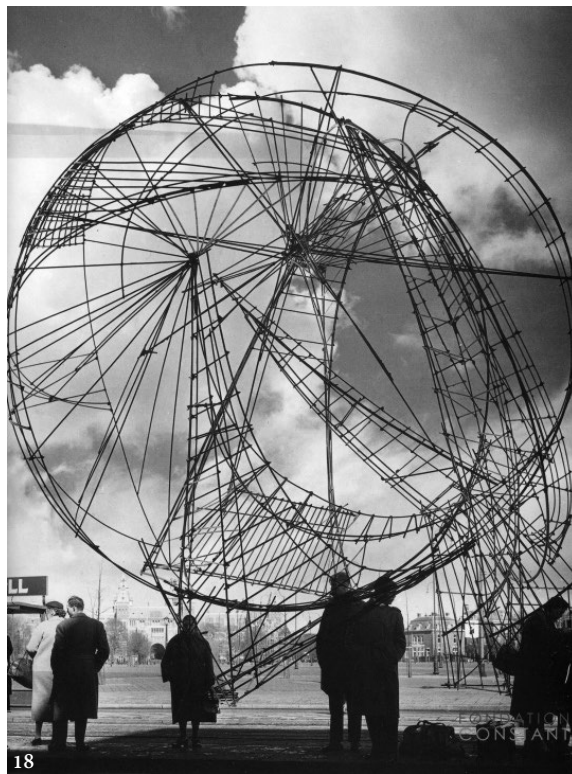
“Se a realidade social implica certas formas e certas relações, se ela não se pode conceber de forma homóloga à do objecto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem as suas ligações, sem se conectar aos objectos, às coisas.”<sup>4</sup>

(Lefebvre, 1968, p.57)

Por último, a importância da relação Homem/espaço prende-se igualmente com a sua capacidade de gerar identidade e de facilitar a criação de uma colectividade: ao desenvolver referências espaciais e simbólicas comuns em diferentes sujeitos, esta torna-se ponto de partida para o desenvolvimento de uma identidade comum da cidade, tal como iremos aprofundar mais à frente. Face a uma realidade presente cada vez mais homogénea é cada vez mais determinante a valorização daquilo que distingue: se as relações puramente materiais são mais facilmente susceptíveis a uma uniformização, é na sua articulação com as relações imateriais que reside todo o potencial diferenciador. Ao invés de vermos esta relação como potencialmente divergente dos desenvolvimentos tecnológicos da sociedade contemporânea, é possível considerá-la como uma base para a integração de outras redes, numa lógica de articulação inversa, frequentemente referida por uma lógica “*bottom-up*”<sup>5</sup> (Magnaghi, 2005, p.77; Fanfano, 2001, p.7). Assim, em vez de uma força homogeneizadora que dilui a identidade da cidade, parte-se da singularidade desta relação colocando as novas redes e tecnologias ao serviço da mesma, criando uma dinâmica heterogénea que a potencia.

<sup>4</sup> Citação original: “*Si la réalité sociale implique des formes et des rapports, si elle ne peut se concevoir de façon homologue à l’objet isolé, sensible ou technique, elle ne subsiste pas sans attaches, sans accrochage aux objets, aux choses.*” (Lefebvre, 1968, p.57)

<sup>5</sup> O termo “*bottom-up*” retirado de Magnaghi (2005) é um termo originalmente proposto por Brecher e Costello em *Global Village or Global Pillage? Economic Reconstruction from the Bottom up* (1995), referindo-se a: “[...] *movement of bottom-up globalization based on strong local organizations within a self-help network, and strategic alliances with analogous movements all over the world [...]*” (Magnaghi, 2005, p.77). Este conceito é igualmente utilizado por Fanfano (2001) que o interpreta como “*modalità di strutturazione sistemica delle relazioni fra centri ‘a partire’ dalle qualità e dalle ricorse che ciascun luogo (nodo) è in grado, o intende, mettere in gioco.*” (Fanfano, 2001, p.7).



*Fig.18* Constant Nieuwenhuis. *Ruimtecircus geprojecteerd op het Museumplein*. Photomontage. 1956

O sujeito e o espaço enquanto elementos que se relacionam e condicionam mutuamente.

## O Sujeito e o Espaço enquanto Elementos

O aprofundamento desta relação entre o sujeito e o espaço impõe que, num primeiro momento, se proceda a uma precisão destes termos. A escolha do termo de *sujeito* para designar o Homem que se relaciona com o espaço, tem por finalidade evidenciar a subjectividade inerente a este elemento como característica essencial para esta relação. Se, como Guattari refere: “[...] a construção e a cidade constituem objectos que [...] trazem igualmente uma função subjectiva” (2006, p.177) então, elas só estão completas na presença de um sujeito que lhes atribui significado e existência. Por outro lado, a abrangência deste termo permite ainda que seja usado tanto como referência a um ser único, um indivíduo; como a um colectivo (Lopes, 2006, p.139), vistos que ambos possuem uma subjectividade própria. Esta dualidade de significado foi uma das razões de escolha deste termo, sendo que, ao longo da presente dissertação, manteremos esta possibilidade em aberto, admitindo ambas as leituras.

Optou-se por não se empregar, neste contexto, o termo *utilizador* uma vez que este realça o carácter servidor do espaço face a alguém que usufrui do mesmo, apontando para uma relação unilateral, o que, do ponto de vista aqui defendido, é uma visão simplista do espaço baseada em critérios meramente funcionais. Por outro lado, rejeitámos igualmente o termo de *cidadão*, por considerarmos que este remete frequentemente para um universo legislativo;<sup>6</sup> e, da mesma forma, afastámos o termo de *habitante* ou de *residente* por também estes, em Língua Portuguesa, serem “términos estadísticos para se referirem à pessoa que vive permanentemente numa localidade”<sup>7</sup> (Trígal, 2010, p.213). Assim, não consideramos que a pertença administrativa a uma cidade constitua um dos requisitos necessários para se estabelecer uma relação com o espaço ou identificar-se com ele,<sup>8</sup> sendo a palavra *sujeito*, de significação mais neutra e aberta, a que melhor se enquadra nas premissas aqui colocadas.

<sup>6</sup> Na definição do conceito de cidadania, Trígal evidencia esta questão: “La idea actual de ciudadanía está íntimamente vinculada a los derechos civiles y políticos en un determinado ámbito territorial [...]” (2010, pp.130-131).

<sup>7</sup> Citação original: “Término estadístico para referirse a la persona que vive permanentemente en una localidad [...]. É ainda apontada como derivação possível de “habitante” o termo “habitante vinculado no residente”: “conjunto de personas censables que tienen algún tipo de vinculación con el municipio en cuestión, ya sea porque residen allí, porque trabajan o estudian allí, o porque, no siendo su residencia habitual suelen pasar allí ciertos períodos de tiempo[...]” (Trígal, 2010, p.213).

<sup>8</sup> Até porque a maior mobilidade que deriva da melhoria das redes de transporte contemporâneos permite um relacionamento com áreas distintas, sem que haja necessariamente qualquer vínculo administrativo.



O conceito de *espaço*, por outro lado, apesar de facilmente apreendido dada a frequência de utilização do termo, apresenta algumas dificuldades aquando da sua definição. Muitos autores servem-se, por essa razão, das suas propriedades como forma de caracterização: Lynch, por exemplo, definia o espaço através da articulação de cinco elementos-chave: “cruzamentos, vias, limites, bairros e pontos marcantes” (2008, p.52); já Giedion defendia que ele era modelado na dialéctica entre a “arquitectura como volume” e como “espaço interior” (1971, p.5); Norberg-Schulz, interpreta espaço por meio de propriedades “topológicas” - ou seja descritivas, onde para além de incluir as duas abordagens acima referidas, acrescenta a “centralidade, direcção e ritmo” como princípios - e por meio de propriedades “geométricas” relativas à ordem imposta aos seus limites (1980, p.13).

Num outro prisma, o das Ciências Sociais, o espaço é geralmente considerado como “um suporte físico e social e um código cultural”, servindo de cenário às redes de interacção entre indivíduos (Lopes, 2006, p.137). Se esta perspectiva nos remete para uma relação unilateral de um elemento servidor (espaço) e outro servido (sujeito); outras abordagens mais recentes deste mesmo campo disciplinar assumem já um compromisso, reconhecendo o espaço como um elemento igualmente determinante do sujeitos. Assim, considera-se o espaço simultaneamente como “factor autónomo” - “contentor de relação social” ou suporte de relações - e como “condicionante da acção social”<sup>9</sup> (Silva, 2006, p.194):

“O espaço não é [...] um simples recipiente de diversas formas sociais, mas constitui um resultado material específico e, enquanto factor autónomo [...] comporta constrangimentos e possibilidades da (inter)acção social e produz efeitos próprios [...]”

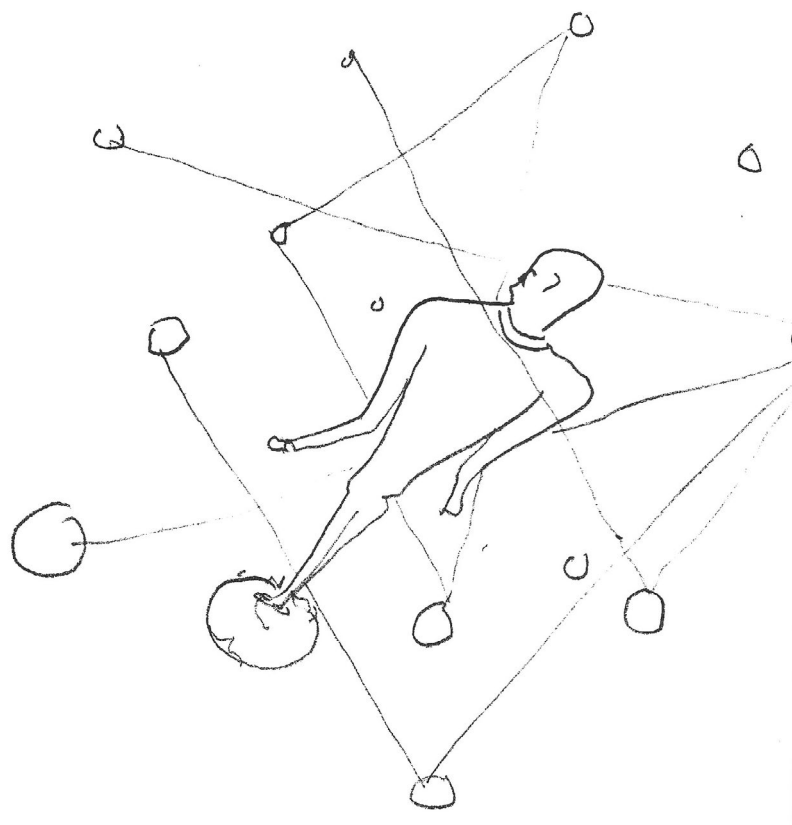
(Silva, 2006, p.194)

Segundo este autor, o espaço enquanto “factor autónomo” tem características próprias - morfológicas ou topológicas, se recuperarmos a definição de Norberg-Schulz (1980, p.13) - que, quando relacionadas com um sujeito (colectivo ou individual) produzem “efeitos estruturantes”,<sup>10</sup> suportando e condicionando ao mesmo tempo a interacção social; e “efeitos estruturais”,<sup>11</sup> tais como

<sup>9</sup> Nestas definições do campo das Ciências Sociais, entenda-se o “social” enquanto as relações que se desenvolvem apenas entre sujeitos, e não na perspectiva acima colocada de “relações heterogéneas entre elementos” (Latour, 2005, p.5). Não sendo o âmbito desta dissertação definir o que é ou não social, considera-se que este conceito que abrange mais do que a interacção entre sujeitos, integrando pelo menos também a sua interacção com o espaço, sendo este o sentido assumido em toda a construção teórica original aqui desenvolvida.

<sup>10</sup> O autor define os “efeitos estruturantes” como aqueles que “[...]contribuem para formar e manter certas redes de interacção[...]” (Silva, 2006, p.194).

<sup>11</sup> Por “efeitos estruturais” o autor entende como aqueles “[...]estruturais ao nível da consciência, na medida em que contribui para construir/manter certas imagens ou representações [...]” (Silva, 2006, p.194).



*Fig.19* Edmund Bacon. *Sem título*. Desenho.

O sujeito existe mediante a relação que trava com outros elementos presentes no seu meio, a sua identidade forma-se através do contacto e do confronto com outras realidades.

o simbolismo e as representações desenvolvidas (Silva, 2006, p.194) [Fig.19]. Este compromisso necessário entre a materialidade autónoma do espaço e os efeitos que a sua relação com o sujeito produz é também reconhecido na Arquitectura relativamente ao espaço construído pelo Homem, nomeadamente por autores como Lynch:

“Precisamos de um meio ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico.[...] a clareza de estrutura e a vivacidade de identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos fortes.”

(Lynch, 2008, p.122)

Como vimos, em todas estas abordagens existe um ponto comum: todas associam o espaço a uma realidade concreta e material que ganha uma outra dimensão através da relação com o sujeito; o que vai variando entre elas é a maior ou menor influência atribuída ao espaço na sua relação com o sujeito. Já enquanto “factor autónomo”, ou seja, no seu estado prévio à interacção com o sujeito, considera-se que o espaço é desprovido de qualquer simbolismo ou significação.

O espaço construído, objecto de estudo desta dissertação, é, ao contrário do espaço natural, concebido com uma determinada intenção, fruto de uma primeira relação de um sujeito com um espaço; a questão de ele ser à partida “a-significante” ou neutro adquire contornos ambíguos, visto que ele não existe sem esta relação preliminar com o sujeito. Na perspectiva de Guattari (2006), os vários elementos com os quais o sujeito se relaciona nunca perdem o seu “sentido a-significante”, pois isso significaria a perda do seu “factor autónomo” (*ibidem*, p.162). No entanto, também este autor admite que o espaço construído, por possuir esta finalidade de relação, é um elemento excepcional, uma vez que ele nasce da intenção de expressar esta relação, podendo induzir uma determinada associação ou de evocar um determinado significado ou representação no sujeito (Guattari, 2006, pp.169-177).

Desta relação entre sujeito e espaço, surge uma terceira entidade mediadora: o lugar. No sub-capítulo seguinte, recorrendo a disciplinas como a Filosofia e as Ciências Sociais, que tratam directamente a natureza deste conceito, procuraremos validar a importância deste elemento na articulação das duas dimensões do rizoma da cidade, material e imaterial, presentes nos elementos que compõem esta relação.





## O Lugar como resultado

Considera-se que esta dupla dimensão, simultaneamente material e imaterial, que caracteriza a relação entre sujeito e espaço, se desenvolve fundamentalmente em duas fases: uma primeira de reconhecimento, por parte do sujeito, das características físicas inerentes ao espaço, ou seja, de relacionamento físico por meio do seu movimento, da forma como olha, pelas sensações registadas etc. Já num segundo momento, seja motivado por um contacto quotidiano ou por uma maior familiaridade com o espaço em questão, seja fruto de qualquer estímulo que apela à sua subjectividade, o sujeito desenvolve um conjunto de significações e simbolismos que projecta neste espaço, por exemplo, associando-o a uma memória (pessoal ou colectiva), a uma representação histórica ou mesmo a uma determinada situação ou sentimento. O contrário assume-se como igualmente válido: como referido anteriormente, no espaço construído podem existir à partida significados e simbolismos intencionais no seu desenho ou que nele foram sendo projectados ao longo do tempo, possuindo estes espaços, analogamente, a capacidade de os transmitir ao sujeito, não estando dependentes de uma eventual atribuição de significado por parte destes.

Desta relação do sujeito com o espaço surge, enquanto uma terceira entidade indissociável destes dois elementos, o lugar. Defende-se que este conceito mantém esta dupla dimensão dos elementos que o originam, podendo ser visto como a materialização no espaço de uma parte da dimensão imaterial da cidade que, neste caso, deriva da subjectividade inerente ao sujeito que com ele se relaciona. Ou seja, coloca-se a possibilidade de o lugar funcionar como ponto-charneira, onde os dois planos do rizoma da cidade, material e imaterial, se tocam, produzindo identidade. Procurando validar esta dualidade de dimensões que se atribui a este conceito, recorreremos a áreas disciplinares mais abrangentes, como as Ciências Sociais e a Filosofia, sendo estas premissas posteriormente concretizadas retomando a Arquitectura como campo de análise.

Assim, no campo das Ciências Sociais, embora denotando-se sempre uma ênfase do papel do sujeito face ao espaço, como aliás seria espectável neste campo disciplinar, é reconhecido que o lugar é uma realidade que condensa estas duas dimensões, atribuindo um espaço concreto a uma construção social imaterial. Neste sentido, recuperamos uma citação de Vaz que toma como referência o trabalho de Rémy e Voyè, afirmando:



*Fig.20 O espaço natural e o espaço construído. Aigues-Mortes. 2016*

Enquanto que o espaço natural transcende as relações que com ele se traçam, concretizando-se independentemente destas, é apenas mediante esta relação com o sujeito que o espaço construído realiza uma das finalidades para o qual foi criado.

“Se ao nível da interacção social um lugar não constitui um mero contentor [...] mas representa o local de encontro que possibilita aos actores sociais diversos contextos de transacção e modos de coexistência [...] isto significa que o lugar detém, além de contornos físicos, uma dimensão de co-presença humana, ou seja de significação simbólica.”

(Vaz, 2006, p.220)

Também no campo da Filosofia, Guattari (2006) faz alusão a este paradoxo aparente da deslocação da subjectividade para uma determinada realidade material: referindo-se especificamente ao produto desta relação entre o sujeito e o espaço, ao lugar tal como aqui o definimos, o autor confirma que este possui, em certa medida, uma subjectividade a que chama de “subjectividade parcial” por não corresponder à transposição integral da subjectividade inerente ao sujeito (*ibidem*, p.161). Mais, defende que o lugar, seja autonomamente ou no seu conjunto, constitui “focos de subjectivação”, incentivando ao desenvolvimento de novas relações com outros sujeitos (*ibidem*, pp.158-178).

Antes de mais avanços, e decorrente da distinção feita anteriormente entre o espaço natural e o espaço construído pelo Homem, aludindo-se à relação com o sujeito como uma das finalidades do segundo mas não do primeiro,<sup>12</sup> é pertinente aplicar esta mesma distinção ao lugar. Embora se considere que esta relação sujeito/espaço esteja presente nos dois tipos de lugar - lugares naturais e construídos - ela assume um valor diferente no último, objecto de estudo da presente dissertação. Na passagem de um espaço construído, criado com a finalidade de se relacionar com o sujeito, para um lugar construído, mediante a concretização desta relação, há uma realização do primeiro. O mesmo não acontece com no espaço natural, onde a relação com o sujeito, ou seja a sua transformação em lugar, não concretiza qualquer finalidade deste [Fig.20].

Para além do mais, a construção desta relação do sujeito com o espaço construído pelo Homem, palco de sucessivas apropriações do passado, é condicionada pelas marcas evidentes destas passagens, sejam elas físicas ou abstractas (como a história, a memória colectiva, os significados que são transmitidos etc.) o que não acontece com um espaço natural, podendo este tipo de lugar ser considerado como um “palimpsesto”,<sup>13</sup> adoptando o termo de Corboz (2001b, p.228).

<sup>12</sup> Ver página 65.

<sup>13</sup> “Un ‘lieu’ n’est pas une donnée, mais le résultat d’une condensation. Dans les contrées où l’homme s’est installé depuis des générations, a fortiori depuis des millénaires, tous les accidents du territoire se mettent à signifier.[...] Le territoire, tout surchargé qu’il est de traces et de lectures passées en force, ressemble plutôt à un palimpseste.” (Corboz, 2001b, p.228)



*Fig.21* Christian Norberg-Schulz. *The bridge. Zurich.*

A ponte como condição para o relacionamento do sujeito com o espaço e para a realização da arquitectura. O “*dwelling*” como o processo de transformação de um espaço em lugar.

À relação que se desenvolve entre o sujeito e o espaço construído, Heidegger (1993) denomina-a de “*dwelling*”. A tradução deste termo para a Língua Portuguesa, ainda na linha do significado de *habitante* que vimos anteriormente,<sup>14</sup> fica aquém do sentido que lhe é atribuído nas línguas germânicas. Mais do que o mero acto de residir ou pertencer a uma certa localidade, *habitar* no sentido de “*dwelling*” refere-se precisamente ao acto de o sujeito se relacionar com a arquitectura, dando-lhe existência e propósito. Este autor vê no acto de construir, *to build*, uma primeira expressão do habitar (“*to dwell*”), uma vez que este pressupõe já uma primeira concretização da relação desenvolvida entre o sujeito/*dweller* e o espaço:

“1. Building is really dwelling.

2. Dwelling is the manner in which mortals are on the Earth.

3. Building as dwelling unfolds into building that cultivates growing things and the building that erect buildings.

[...] We do not dwell because we have built, but we build and have built because we dwell, that is, because we are dwellers.”<sup>15</sup>

(Heidegger, 1993, p.350)

Segundo esta linha de pensamento, o acto de *dwelling* é a forma de o sujeito se relacionar com o espaço que habita, ou seja, é o processo de criação de um lugar, sendo ainda reconhecido que este é indispensável à condição humana. Heidegger clarifica este acto fazendo uso da imagem da “ponte”, traçando, em paralelo, uma análise do simbolismo do mesmo [Fig.21]. Considerando que esta segunda vertente se afasta dos objectivos da presente dissertação, optou-se por recorrer à leitura mais sintética e apontada que Richardson faz desta mesma passagem:<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Ver página 61.

<sup>15</sup> Excepcionalmente optámos por não traduzir esta citação por considerar que isto desvirtuaria o sentido das mesmas, afastando-as do significado originalmente atribuído.

<sup>16</sup> Citação retirada por Norberg-Schulz da obra de W.J.Richardson (1974). Heidegger. *Through Phenomenology to Thought*. The Hague, p.585



Fig.22 Christian Norberg-Schulz. *Veduta della città dal castello.*

Os limites do lugar como características que determinam a forma como o sujeito se relaciona com o espaço.

“A ponte une o Ser a uma certo ‘local’ que nós podemos chamar de ‘lugar’. Este ‘lugar’, no entanto, não existia como uma entidade antes da ponte (apesar de sempre terem existido muitos ‘locais’ nas margens do rio[...], mas ganha corpo com a ponte. O propósito existencial da construção (arquitetura) é então o de tornar ‘locais’ em ‘lugares’ [...]”<sup>17</sup>

(Richardson *apud* Norberg-Schulz, 1980, p.18)

Nesta leitura é sublinhado o papel da ponte, metáfora para o acto de *dwelling*, enquanto condição necessária à realização da arquitectura e à constituição do lugar. Esta construção unifica as margens, ligando o Homem a outros espaços (“*sites*”) permitindo que este se relacione com eles, atribuindo-lhes uma razão de existência, tornando-os lugares (*ibidem*, pp.354-8).

Na passagem desta visão metafísica do lugar para o campo da Arquitectura e do Urbanismo, Norberg-Schulz (1980) salienta a importância dos limites como características físicas que determinam o modo como o sujeito se relaciona com o espaço (“*to dwell*”). Na sua perspectiva, a forma como o lugar é enclausurado - tanto pelo seu “grau de abertura” em relação ao que lhe é exterior, como pelas centralidades e direccionalidades que cria - é um dos principais factores que lhe confere especificidade [*Fig.22*]:

“Todos estes ‘lugares’ começam a sua existência [...] pelos limites. [...] A qualidade distintiva de qualquer lugar construído pelo Homem é a clausura, e o seu carácter e propriedades espaciais. [...] Os limites determinam o grau de clausura (‘abertura’) assim como a direcção espacial, o que constituem dois aspectos do mesmo fenómeno.”<sup>18</sup>

(Norberg-Schulz, 1980, p.58)

Descrito o fenómeno que conduz à criação de lugares e validado o seu papel enquanto elemento que se situa entre a dimensão material e imaterial do rizoma da cidade, aqui expressas na relação entre o sujeito e o espaço construído; avançamos agora para o aprofundamento da sua identidade, em busca de uma concretização deste termo, retomando para tal o campo disciplinar da Arquitectura.

<sup>17</sup> Citação original: “The bridge gathers Being into a certain «location» that we may call a «place». This «place», however, did not exist as an entity before the bridge (although there were always many «sites» along the river-bank [...]), but comes-to-presence with and as the bridge. The existential purpose of building (architecture) is therefore to make a site become a place [...]” (Richardson *apud* Norberg-Schulz, 1980, p.18).

<sup>18</sup> Citação original: “All these ‘places’ begin their ‘presencing’ (being) from the boundaries. [...] The distinctive quality of any man-made place is enclosure, and its character and spatial properties are determined by how it is enclosed. [...] The boundaries determine the degree of enclosure (‘openness’) as well as the spatial direction, which are two aspects of the same phenomenon.” (Norberg-Schulz, 2006, p.58).





## A Identidade do Lugar e a criação de uma Colectividade

A identidade de um lugar é um conceito de difícil definição. De facto, não é possível referirmo-nos a ela de forma abstracta, autonomizando-a por completo de um contexto físico particular. Convém, então, começar por uma breve análise do termo de identidade no seu sentido mais genérico: a semântica da palavra. Dos muitos significados que esta pode assumir, destacam-se dois principais que aprofundaremos, aplicando-os posteriormente ao lugar. Se, num primeiro sentido, a identidade surge enquanto “conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa, graças às quais é possível individualizá-lo” (Houaiss, 2011); numa outra abordagem, a identidade é referenciada como a “consciência da persistência da própria personalidade” (*ibidem*), isto é, como um processo de realização de algo em si mesmo.

Transpondo, como forma de clarificação, a questão para a *identidade humana*, verifica-se que reduzi-la ao mero reconhecimento do conjunto de características físicas e psicológicas que alguém possui, seria uma visão bastante limitadora. Por esta razão considera-se geralmente, no campo das Ciências Sociais, a identidade como um processo de constante definição e concretização do próprio instigado pelo confronto com outros indivíduos, objectos ou situações (Lopes, 2006; Vaz, 2006). Nesta linha, Lopes (2006) citando Baugnet, identifica três dimensões dentro da identidade, referindo-se respectivamente ao olhar do indivíduo sobre ele próprio, ao olhar de outros sobre si e à relação com tudo o que o rodeia:

“[...]a identidade constrói-se na relação do sujeito com o outro e com o ambiente, articulando três dimensões interconectadas: a intra-individual, a inter-individual e a relação com o meio ambiente.”

(Baugnet *apud* Lopes, 2006, p.139)

Se, aqui, a identidade é frequentemente assumida como a realização de alguém por meio das relações que estabelece, na Arquitectura esta duplicidade semântica reaparece. Lynch (2008), por exemplo, assume a identidade como o conjunto de características que permitem a distinção de um dado objecto enquanto “entidade separável” (*ibidem*, p.16) indo ao encontro do primeiro significado enunciado. De um outro ponto de vista, autores como Norberg-Schulz (1980) ou Sepe (2013), referindo-se especificamente à identidade do lugar, admitem a coexistência de ambas as conotações, resolvendo a questão com uma precisão terminológica: quando se referem ao conjunto de características que distinguem um lugar de outro, na linha do primeiro significado



introduzido, utilizam a expressão “carácter do lugar”; vendo-o como uma parte importante da construção da “identidade do lugar”, termo que utilizam referindo-se exclusivamente à constante realização do mesmo através das relações que estabelece, remetendo para o segundo significado indicado (Norberg-Schulz, 1980, p.66; Sepe, 2013, p.5).

Em relação ao “carácter do lugar”, Sepe organiza estas características em oito categorias, incluindo para além de atributos físicos, outros de ordem imaterial. A primeira categoria proposta refere-se ao “carácter ambiental”, a atmosfera e o ambiente inerente ao lugar; segue-se o “carácter histórico”, muito evidenciado por Rossi que encarava a cidade, depositária de história, como um artefacto e ao mesmo tempo uma pista para a compreensão do presente (1977, p.169). A terceira categoria refere-se ao “carácter urbano”, ou seja à materialidade e forma de um dado lugar, apreendida através dos limites. De seguida, o “carácter sensorial” remete-nos para as várias sensações despertadas no sujeito ao percorrer o lugar, enquanto que o “carácter psicológico” se refere à forma como este lugar concretiza as nossas necessidades de conforto, segurança e afiliação. Finalmente, o “carácter antropológico” diz respeito à forma como o sujeito lê o este lugar, as associações que faz e as referências posicionais que utiliza, algo muito aprofundado pelas investigações de Lynch (2008); e o “carácter sociológico” que aborda o lugar como suporte e mediador das relações entre sujeitos (Sepe, 2013, pp.5-10).

Relativamente ao termo de “identidade do lugar”, como vimos, estes autores reservam-no para se referirem à identidade enquanto processo contínuo com vista à realização da própria ideia de lugar. Sendo o acto de “dwelling”, tal como descrito por Heidegger<sup>19</sup> (1993), o processo de realização da arquitectura por meio do seu relacionamento com o sujeito, criando os lugares, então é também a partir deste acto que a identidade do lugar vai sendo construída e redefinida ao longo dos tempos. Norberg-Schulz reforça esta premissa colocando a identidade e a orientação como consequências directas do processo de habitar e apontando a importância do carácter do lugar neste processo:

“Quando um homem habita [*dwells*], ele é simultaneamente localizado no espaço e exposto a um certo carácter ambiental. As duas funções psicológicas envolvidas podem ser chamadas de ‘orientação’ e ‘identificação’. [...] Sem reduzir a importância da orientação [...] habitar pressupõe acima de tudo identificação.”<sup>20</sup>

(Norberg-Schulz, 1980, pp.19-20)

<sup>19</sup> Ver página 71.

<sup>20</sup> Citação original: “*When a man dwells, he is simultaneously located in space and exposed to a certain environmental character. The two psychological functions involved may be called «orientation» and «identification». [...] Without reducing the importance of orientation [...]dwelling above all presupposes identification.*” (Norberg-Schulz, 1980, pp.19-20)



Fig.23 Jarqueline Tyrwhitt, Sert e Rogers. *Praça Rockefeller*, Nova Iorque. 1952.

A relação que se forma entre vários sujeitos (individuais ou colectivos) com determinados espaços da cidade, permite a criação de uma série de referências comuns onde estes se sentem representados, formando uma colectividade.

Também Hague e Jenkins reiteram que o processo de criação de identidade decorre da relação em constante construção entre o sujeito e o lugar, ou seja do *dwelling*,<sup>21</sup> que atribui um significado à existência do lugar e aos elementos que o caracterizam. Podemos assim concluir que, segundo estes autores, a identidade do lugar se forma na articulação dos dois significados possíveis deste conceito:

“É o processo de receber, selectivamente reconstruir, e recomunicar uma narrativa que constitui a identidade e transforma o espaço em lugar.”<sup>22</sup>

(Hague and Jenkins *apud* Sepe, 2013, p.5)

Assim, verifica-se que ambas as leituras do termo “identidade do lugar” podem coexistir, uma vez que estas se referem a realidades que se completam. Para além do mais, em qualquer um destes significados - a identidade do lugar como as suas características ou como o processo de realização do próprio - constata-se a conjugação elementos materiais e imateriais,<sup>23</sup> na linha da premissa validada anteriormente sobre a natureza do lugar como elemento entre estas duas dimensões.

Para além da identidade que surge a partir da relação desenvolvida entre sujeito e espaço, elas permitem igualmente a criação de um sentimento de pertença. Quando muitos sujeitos (colectivos ou individuais) participam e constroem a identidade de um mesmo lugar então, este grupo de anónimos, por meio desta partilha, passam a ter algo em comum que os une, tornando-se numa colectividade [Fig.23]:

“[...] é através dos mesmo espaços, reconhecidos como elementos de enraizamento local, que se forjam as representações colectivas do território e a que se associa um sentimento de pertença.”

(Vaz, 2006, p.220)

O facto de vários sujeitos se reverem num dado lugar contribui para a criação de o que Guattari apelida de uma “subjectividade colectiva” (2006, p.162), formada a partir das mesmas referências, apesar de estas serem experienciadas individualmente de forma diferente por cada um. É sobre esta colectividade, fundada sobre um mesmo lugar ou sobre um mesmo conjunto de lugares, que se constrói a memória colectiva e a História, que por sua vez estimulam esta unidade.

<sup>21</sup> Ver página 71.

<sup>22</sup> Citação original: “It is the process of receiving, selectively reconstructing, and recomunicating a narrative that constitutes identity and transforms a space into a place” (Hague and Jenkins *apud* Sepe, 2013, p.5).

<sup>23</sup> No caso da primeira abordagem, atente-se aos diferentes tipos de carácter enunciados por Sepe (2013) referidos na página 77.



Fig.24 Vista da Piazza della Rotonda. Roma.

Fig.25 Foto aérea da Piazza della Rotonda. Roma.

O edifício do Panteão molda as relações dos sujeitos com o espaço, determinando o modo como este lugar é experienciado.

Numa cidade, considera-se que a colectividade, à semelhança da identidade, é criada por meio da existência de uma rede de espaços significantes: os lugares. Estes pontos de referência comuns, ora nascidos de uma prática quotidiana, ora alicerçados no seu significado, na sua história e memória; reforçam a representatividade do colectivo no espaço urbano, fomentando este sentimento de pertença.

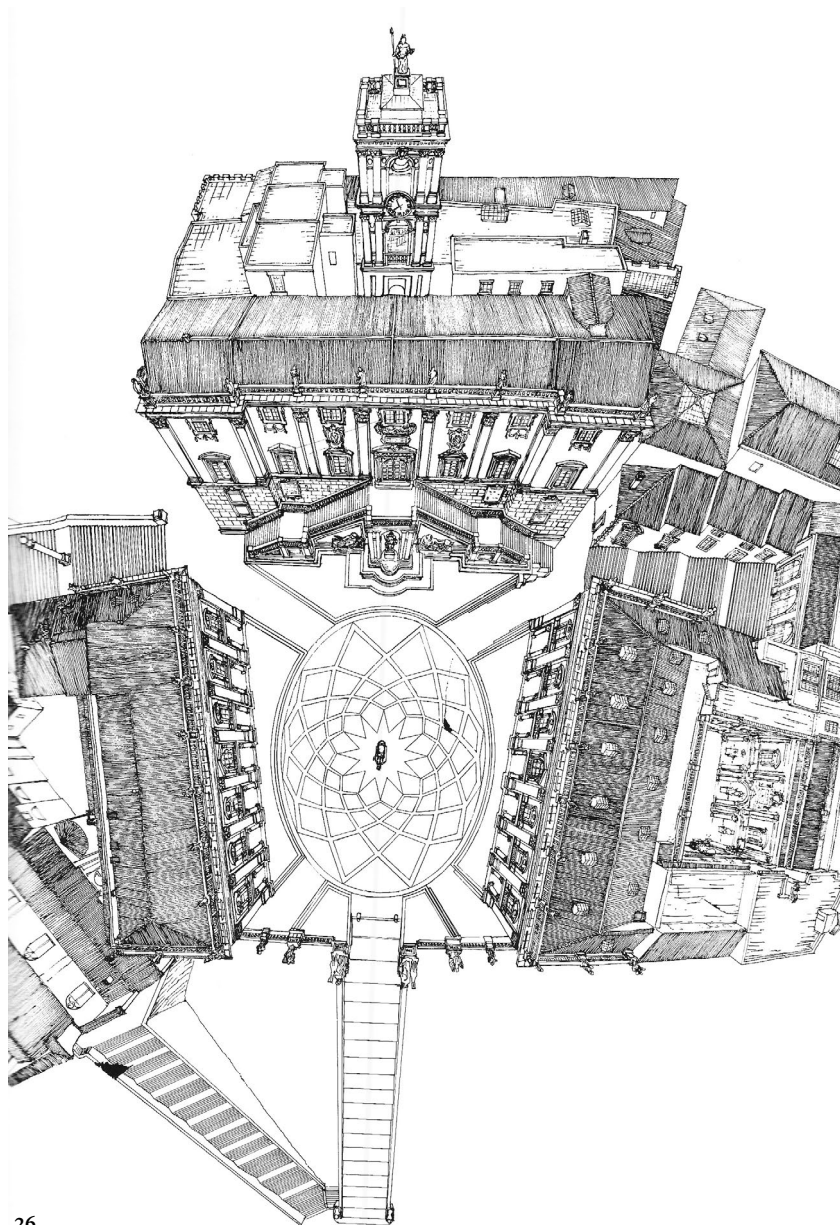
## O Papel das Architecturas de Relação

Da análise dos vários lugares que compõem a cidade surgiu a necessidade de procurar um novo termo que se referisse exclusivamente aos elementos que, na sua estrutura, concentram as relações que o sujeito desenvolve com um determinado espaço ou lugar. O termo de *arquitecturas de relação* aqui introduzido, escolhido de forma a evidenciar as capacidades relacionais destas arquitecturas com o sujeito, refere-se então a elementos materiais existentes no espaço que fomentam uma forte união entre as duas dimensões que coexistem no sistema rizomático da cidade (o material e o imaterial) por meio do seu desenho, sendo dentro do lugar os elementos que mais se aproximam deste encontro. Assim, estas arquitecturas podem ser tanto edifícios, públicos ou privados<sup>24</sup> (por exemplo igrejas, a câmara municipal, residências, etc.) como o próprio desenho do lugar, no caso de praças ou jardins, ou mesmo de um traçado de um bairro ou de uma rua.

As arquitecturas de relação possuem, regra geral, um vínculo de complementaridade e de definição do lugar, podendo existir nele (no caso de edifícios) ou coincidir com ele (caso se trate do seu próprio desenho). Se um lugar nasce da relação do sujeito com o espaço, estes elementos concretos assinalam e representam estas relações, são pontos onde se condensam relações de vários sujeitos. Tomando como exemplo a *Igreja de Notre-Dame* em Paris ou o *Panteão* em Roma [Fig.24 e 25], compreendemos que estes edifícios são, pelo seu desenho, o foco das relações que se traçam no lugar onde se encontram, neste caso as praças que os precedem, sendo por isso elementos-chave na leitura da identidade desse lugar. Por outro lado, se considerarmos a *Praça do Capitólio* de Miguel Ângelo em Roma [Fig.26], percebemos que, aqui, a arquitectura de relação está no próprio desenho do lugar, mesmo que um dos edifícios que a limita tenha características morfológicas que o destaquem. Em qualquer um dos casos, sejam estas arquitecturas edifícios ou o desenho de um espaço, elas espelham, através seu desenho, um encontro das dimensões imateriais do relacionamento de um sujeito com um espaço, permitindo-nos reconhecer parte desta dimensão intangível.

<sup>24</sup> Embora sejam geralmente públicos pois isso facilita o relacionamento com um número significativo de sujeitos, fortalecendo a sua representatividade.





26

Fig.26 Edmund Bacon. Perspectiva da Praça do Capitólio.

A arquitetura de relação presente nesta praça é o seu próprio desenho, sendo ele que medeia relação com o sujeito e que concentra a identidade deste lugar.



É importante esclarecer que estas arquitecturas de relação podem ser tanto elementos que geram lugares, através da difusão das relações desenvolvidas com o sujeito; como podem, inversamente, surgirem ou serem criadas num lugar previamente existente, como forma de reforçar as suas dinâmicas e as suas relações. Mas, enquanto que os lugares não têm necessariamente de ter um desenho (podem ser, por exemplo, espaços que resultam naturalmente da malha urbana) as arquitecturas de relação têm o desenho como condição, pois é nele que se reflecte e sintetiza a identidade do lugar, sendo, ao mesmo tempo, o factor que molda a forma como o sujeito se relaciona com o mesmo.

Por princípio, as arquitecturas de relação não tem de ter qualquer valor artístico, histórico ou de antiguidade (embora sejam factores que incentivem a relação com o sujeito). Por exemplo: num bairro, numa vila, ou mesmo numa cidade, pode eventualmente existir um elemento (seja ele uma praça, um edifício, etc.) de traçado recente, sem uma importância histórica ou artística; no entanto este elemento, através do seu desenho, mesmo que este não apresente nenhuma característica excepcional, fomenta a relação entre os sujeitos e este espaço, gerando dinâmicas e criando uma identidade e colectividade, sendo por isso uma arquitectura de relação.

Antes de mais avanços na caracterização destas arquitecturas e da sua relação com o lugar, é importante fazer-se referência às suas escalas de grandeza. Efectivamente, nenhum destes conceitos impõem um critério de dimensão ou importância, isto é, uma casa, por exemplo, pode ser um lugar da mesma forma que uma praça, mesmo que apenas para um grupo restrito de sujeitos. Podem assim existir *micro e macro lugares* e, conseqüentemente, *micro e macro arquitecturas de relação* desde que se cumpram as condições base de relação com o sujeito (sendo que, quanto mais pequena é a escala, maior é a probabilidade de que o lugar em questão coincida com a arquitectura de relação<sup>25</sup>). Reconhecendo que não é possível limitar este conceito apenas a espaços que se relacionem com um número considerável de sujeitos, uma vez que o objecto de estudo desta dissertação é a formação da identidade colectiva numa cidade e o seu posterior mapeamento por meio dos seus lugares e arquitecturas de relação, debruçar-nos-emos aqui sobre os lugares de representação alargada, ou seja, capazes de se relacionarem com um número significativo de sujeitos, e sobre as arquitecturas de relação neles presentes mais representativas da identidade destes lugares.

<sup>25</sup> Veja-se o exemplo dado anteriormente de uma casa: a arquitectura de relação, elemento que pelo seu desenho concentra as relações do sujeito (neste caso do agregado familiar) não pode ser reduzido a uma das divisões mas é geralmente o desenho de toda a casa ou das suas áreas comuns. No caso de um quarto ele pode ser, para um sujeito individual, simultaneamente lugar e arquitectura de relação.



27

*Fig.27* National Theater, Londres. 2016

Exemplo de uma arquitectura de relação recente que veio reforçar as dinâmicas de um lugar da cidade.

No caso destas arquitecturas de relação com maiores amplitudes de relacionamento, acontece que estas são, muitas vezes, permanências no tecido urbano.<sup>26</sup> Sendo a colectividade de uma cidade uma construção a longo prazo, é lógico que uma permanência apresente vantagens em relação a outras arquitecturas mais recentes para desempenhar este papel: a sua presença ao longo de gerações permite-lhe um contacto mais alargado com maior número de sujeitos, ganhando simbolismo e passando a fazer parte da memória colectiva e atingindo, assim, uma maior área de influência. Reciprocamente, estas permanências devem igualmente a sua inércia às relações que foram criando com os sujeitos que, por ainda se reverem nelas, promovem a sua presença no tecido urbano mesmo depois de muitas destas terem perdido a seu uso original. No entanto, é preciso ter em conta que nem todas as permanências são à partida arquitecturas de relação, elas têm antes de mais de possuir a capacidade de, para além de evocarem relações passadas, inspirarem novas relações com os sujeitos.

Não pretendemos aqui afirmar que uma arquitectura de relação recente não pode atingir igual amplitude representativa, apenas assumir que uma persistência tem alguma vantagem em cumprir estes requisitos. Podemos sempre encontrar exemplos recentes de arquitecturas de relação que geraram elas próprias lugares de representação colectiva alargada, como o *Museu Guggenheim* de Bilbao (1992); ou de outras que conseguiram representar e potenciar a identidade de um lugar reforçando assim o rizoma relacional da cidade, como o *National Theatre* (1976) [Fig.27] ou a *Millennium Bridge* (2002) em Londres.

Em linha com esta afinidade entre as arquitecturas de relação e as permanências, encontramos um outro conceito, igualmente próximo, que convém distinguir: o de *monumento*. Também aqui o mesmo princípio se aplica: apesar algumas arquitecturas de relação poderem ser monumentos, nem todos os monumentos são necessariamente arquitecturas de relação de grande representatividade. O termo *monumento* advém de “*monere*” substantivo latino que significa recordar ou advertir, referindo-se, segundo Choay, a um “artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem ou fazer recordar” (2006, p.16). Para além deste valor de memória, pode ainda ser dotado de um valor artístico, histórico ou de antiguidade, conforme aponta Riegl (2013); no entanto, o valor de relação com o sujeito que está na base da constituição de uma arquitectura de relação, não é um requisito, podendo um monumento estar, por exemplo, integrado na malha urbana e ser dotado de um claro valor histórico ou artístico, mas não possuir a capacidade de fomentar uma relação no

<sup>26</sup> Considere-se aqui o termo de *permanências* de acordo com a formulação proposta por Rossi: “[...] passado que ainda experimentamos. [...] podem relevar-se através dos monumentos, sinais físicos do passado, mas ainda através da persistência dos traçados e do plano.” (1977, p.64). Ainda nesta sequência lógica, salientando a relação constante com os sujeitos da cidade, o autor acrescenta: “[...] pretendo afirmar apenas que o processo dinâmico da cidade tende mais para a evolução do que para a conservação e que na evolução os monumentos se conservam e representam factos propulsores do mesmo desenvolvimento” (1977, p.67).



*Fig.28* Rua da Sofia. Coimbra.

Rua criada na primeira metade do século XVI para albergar os colégios afectos à universidade, edifícios ainda hoje presentes na sua malha. Apesar do seu reconhecido valor de antiguidade, este conjunto de monumentos não tem, no presente, a capacidade de desenvolver novas relações com o sujeito, não podendo por isso ser considerada uma arquitectura de relação.

presente com os sujeitos, não merecendo, por esta razão, a designação de arquitecturas de relação, veja-se por exemplo a *Rua da Sofia* em Coimbra [Fig.28]. Existem ainda outros monumentos que, pelo seu isolamento, são incapazes de gerar lugares, veja-se por exemplo o *Santuário de Delfos* na Grécia, ou mais próximo do nosso contexto, as *Ruínas de Conímbriga*.

Por vezes, quando as arquitecturas de relação correspondem a monumentos, os critérios de conservação museológica que lhes são aplicados (Choay, 2006, p.224) podem comprometer a flexibilidade das dinâmicas entre sujeito e lugar necessárias às arquitecturas de relação. Referimo-nos às práticas que colocam estes elementos numa “bolha a-temporal, protegida e selada do passado e do futuro” (Trachtenberg, 2010, p.5). Não enveredando por uma análise exaustiva destas práticas de conservação, consideramos apenas que um equilíbrio deve ser encontrado, permitindo, por um lado, a flexibilidade necessária ao relacionamento com o sujeito e à actualização das suas dinâmicas, mas garantindo também a salvaguarda dos elementos que incorporam a identidade do lugar.

O conceito de arquitecturas de relação aqui apresentado não é de forma alguma uma inovação, mas antes uma sistematização de referências comuns presentes no discurso de vários autores que aludem a diferentes propriedades do que se considera ser possivelmente uma mesma realidade. Começando por disciplinas exteriores à Arquitectura, no campo da Filosofia, o conceito de “heterotopias” de Foucault (1986), coloca em evidência a capacidade que alguns espaços apresentam de relacionarem uma dimensão material com outra imaterial através da sua configuração:

“Há também [...] espaços reais - espaços que existem e são formados na própria fundação da sociedade - que são algo como contra-sítios [...]. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade.”

(Foucault, 1986, p.3)

O autor recorre ao espelho como metáfora para clarificar este conceito: as “heterotopias” podem então ser vistas como elementos físicos que têm a capacidade particular de nos apontar para outros elementos que não têm lugar. São uma espécie de portal, um instrumento que nos permite dar um espaço, *territorializar*, realidades sem corpo. As arquitecturas de relação, tal como expostas, revêm-se neste conceito: também elas são compostas de elementos materiais que existem num determinado tempo e espaço físico, funcionando, paralelamente, como portais que nos remetem para uma parte imaterial do rizoma relacional da cidade (neste caso para as relações humanas que com este se traçam) através dos quais é possível construir realidades sem corpo como a identidade, memória, ou a colectividade.



Já dentro da Arquitectura, é frequentemente reconhecido o papel que certas arquitecturas desempenham enquanto referências comuns da identidade e colectividade de uma cidade. Kostoff, por exemplo, utiliza o termo “marcos territoriais de identidade comum”<sup>27</sup> para designar uma série de edifícios públicos que distinguem a cidade de uma simples manta de residências<sup>28</sup> (2009, p.40). Também nesta linha de pensamento, Van Eyck (1993) faz uso do conceito de “mecanismos de identificação”<sup>29</sup> para se referir a elementos que sejam referências comuns aos habitantes da cidade e que enquadrem a sua associação cívica. Ainda que, na sua interpretação, seja enfatizado o papel orientador destes elementos, na linha das interpretações de Lynch (2008, p.16), não são descurados os seus valores enquanto elementos agregadores de uma colectividade:

“Ao nível da cidade muitos mecanismos de identificação de relações estreitas entre eles serão necessários para estabelecer uma escala rica de compreensão. Os mecanismos de identificação podem ser artefactos - novos ou históricos[...]. No passado eram normalmente uma igreja, um palácio, uma muralha [...]. Esses mecanismos de identificação [...] não só articulam visualmente mas também enquadram a associação cívica entre as pessoas.”<sup>30</sup>

(Van Eyck, 1993, pp.341-342)

Numa outra perspectiva, podemos assinalar alguma proximidade das arquitecturas de relação com o conceito do “tipo territorial” desenvolvido no âmbito da *Abordagem Territorialista* da Escola de Florença já aqui brevemente referida,<sup>31</sup> embora assumindo-se os contextos diferentes. Os territorialistas consideram que a identidade e a história apenas se formam através da harmonia dos três elementos que, a seu ver, compõem o sistema da cidade - o ambiente “natural”, “antrópico” e “construído” (Marguccio, 2009, p.78). O “tipo territorial” designa o conjunto de elementos onde estas dimensões se relacionam numa determinada “morfologia relacional” (Marguccio, 2009, p.81), emanando identidade. Este ponto é precisamente uma das ideias principais das arquitecturas de relação, embora, na perspectiva aqui apresentada, não seja considerado o ambiente natural, no sentido aqui utilizado do ecossistema natural, enquanto factor de relevo.

<sup>27</sup> Termo original: “*landmarks of common identity*” (Kostoff, 2009, p.40).

<sup>28</sup> Embora seja esta a perspectiva do autor, consideramos discutível a exclusividade de aplicação deste termo a edifícios de carácter público, tal como foi referido na página 81.

<sup>29</sup> Termo original: “*identifying devices*”. (Eyck, 1993, p.341)

<sup>30</sup> Citação original: “*At a city level many closely-related identifying devices will be necessary to establish a rich scale of comprehensibility. Identifying devices can be artefacts - new or historical [...]. In the past it was often a church, a palace, a great wall[...]. Those identifying devices [...] not only articulate visually but also frame the civic association between people.*” (Van Eyck, 1993, pp.341-342)

<sup>31</sup> Ver página 51.





Mas talvez o conceito que mais se aproxima deste das arquitecturas de relação seja o conceito de “facto urbano” exposto por Rossi (1977). Toma-se por facto urbano um qualquer elemento, seja ele um edifício, uma rua ou um bairro (*ibidem*, p.38) que, na sua forma, acumula uma série temporalidades e de memórias colectivas que lhe conferem uma “riqueza de motivos” tendo, segundo o autor, uma natureza em muito semelhante a uma obra de arte (*ibidem*, pp.36-37). Apesar deste conceito incluir alguns dos princípios apresentados das arquitecturas de relação, nestas últimas procura-se evidenciar as relações que se traçam no tempo presente com o sujeito através do seu desenho como condição-base destes elementos, sendo outras questões como a temporalidade, de importância central na abordagem de Rossi, aqui desvalorizadas, admitindo-se a possibilidade de uma arquitectura de relação se tratar de um elemento de data recente.

Apesar de nenhum destes termos coincidir integralmente com aquele por nós proposto das arquitecturas de relação, o reconhecimento por parte destes autores da maioria das questões abrangidas por este conceito permite um maior suporte do mesmo. Se uma cidade pode ser entendida como uma “multitude de lugares” (Norberg-Schulz, 1980, p.6) e se a identidade de cada lugar é moldada pela sua arquitectura de relação, então podemos considerar que aprofundar estes elementos que dão singularidade ao lugar é um passo importante para compreensão da identidade plural da cidade. Assim, ao nível do lugar, as arquitecturas de relação assumem, através do seu desenho, um papel centralizador da identidade do mesmo, moldando a sua relação com o sujeito, à semelhança dos lugares que, a uma escala mais abrangente, funcionam também como coordenadas físicas para o mapeamento da identidade da cidade.



### 3. O MAPEAMENTO COMO FORMA DE RECONHECER A IDENTIDADE DO LUGAR

Admitindo que a cidade, como desenvolvido no primeiro capítulo, é construída por uma profusão de relações de diferentes naturezas e em constante mudanças seguindo os princípios de um sistema de configuração rizomática, tal como enunciados por Deleuze e Guattari<sup>1</sup> (2007, pp.21-50); o mapa é desde logo apontado por estes autores como forma de decifrar este sistema complexo.<sup>2</sup> Por natureza nunca definitivo, ao contrário do decalque, este é sempre receptivo à actualização da informação que transmite, relacionando-se directamente com as realidades para as quais remete:

“O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre si mesmo, constrói-o. [...] O mapa faz ele próprio parte do rizoma. É aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, invertível, susceptível de receber modificações constantemente.”

(Deleuze e Guattari, 2007, p.32)

Tendo sempre em mente que o rizoma não é um conceito criado especificamente para ser aplicado à cidade mas antes uma proposta genérica de um tipo de sistema; o “mapa” aqui referido não se trata de uma alusão directa à cartografia convencional, apesar de a transposição proposta do conceito de rizoma para a cidade o possa erroneamente sugerir. Mais do que um instrumento de representação, o mapa é também uma alegoria para um tipo de construção mental, uma forma de pensar de maneira ilimitada, multidisciplinar e rizomática.<sup>3</sup>

No aprofundamento desta transposição do sistema do rizoma para a cidade, ambas acepções do conceito de mapa são relevantes, assumindo posições complementares. Se, para pensar a cidade-rizoma, é necessário traçar um mapa mental das suas relações materiais e imateriais; já para comunicar ou analisar algumas destas relações, ou mesmo para reconhecer alguns dos elementos e a forma como se conectam ao resto do sistema, surge a necessidade de produzir cartografias, representações físicas, que foquem alguns aspectos da construção mental que é a ideia da cidade-rizoma:

<sup>1</sup> Princípios estes enunciados no Capítulo 1, páginas 35-49.

<sup>2</sup> Ver o quinto e sexto princípio do rizoma formulados por Deleuze e Guattari (2007), página 49.

<sup>3</sup> Ao nível semântico a palavra mapa pode ser a “representação de algo descrito ou figurado com clareza” (Houaiss, 2011), não sendo necessariamente uma referência directa à cartografia convencional.

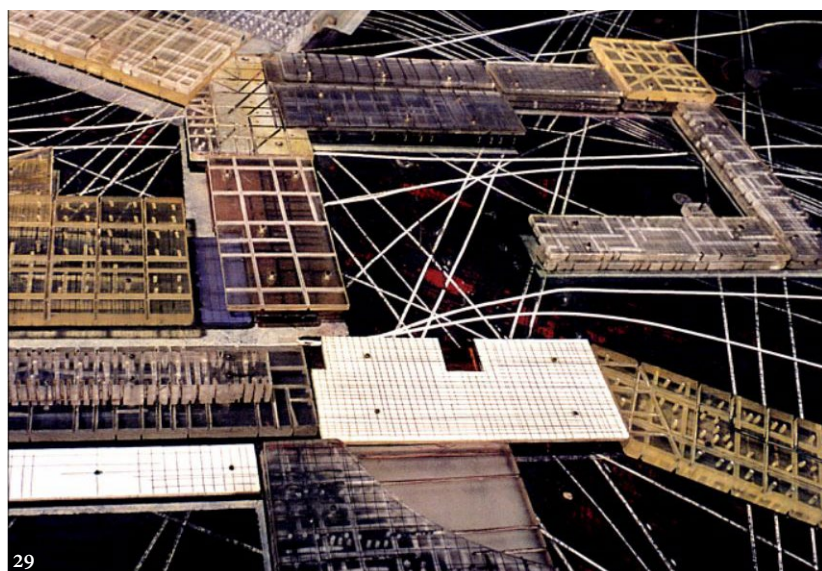


Fig.29 Constant Nieuwenhuys. *New Babylon*, 1964. Maqueta.

Propõe-se uma leitura de cidade através do mapeamento das suas relações, considerando que a transposição da mesma para um suporte físico (mapa como instrumento) implica uma selecção de pequenos aspectos desta realidade que se pretendem transmitir.

“A ideia fundamental de um mapa é a visão simultânea de um território onde a percepção directa é impossível por definição. Redução do real dentro das suas dimensões e dentro dos seus componentes, o mapa conserva portanto as relações originais dos elementos retidos.”<sup>4</sup>

(Corboz, 2001b, p.218)

Portanto, segundo esta definição genérica de Corboz, o mapa, em qualquer uma das duas construções (mental ou real) têm como objectivo tornar a realidade legível por meio de uma construção das suas relações. No entanto, esta passagem de um mapa mental ilimitado, para um meio de representação implica sempre um empobrecimento da primeira: tal como “o mapa não é o território” (Latour, 2005, p.133), também o seu mapeamento físico não é a materialização fiel do seu mapa mental; contudo, trata-se de uma operação necessária para a compreensão e estudo de aspectos desta realidade.

No primeiro capítulo desta dissertação, socorrendo-nos da imagem do rizoma, descrevemos um possível tipo de mapa mental a partir do qual lemos a cidade, para que no segundo capítulo pudéssemos aprofundar um tipo de relação que participa deste rizoma: as relações entre sujeito e o espaço enquanto criadoras de lugares e de identidade. Neste terceiro momento, propomos explorar a hipótese de transposição do mapa mental da identidade da cidade, resultado desta relação estudada, para um mapeamento físico e concreto. Para isso propõe-se o desenvolvimento de um método que procura uma forma de mapear parte desta identidade como uma realidade que se desenvolve entre a dimensão material e imaterial do rizoma da cidade, recorrendo, com esse fim, aos lugares e suas arquitecturas de relação como coordenadas espaciais onde estas duas dimensões se encontram.

Como ponto de partida procuraremos uma primeira validação do mapa enquanto instrumento de comunicação desta construção metafísica através da análise de alguns exemplos, seguida de um aprofundamento de alguns métodos desenvolvidos por vários autores a serem tomados como referências de suporte para a apresentação posterior do método de mapeamento aqui proposto e consequente concretização.

<sup>4</sup> Citação original: “*L’idée fondamentale d’une carte, c’est la vision simultanée d’un territoire dont la perception directe est impossible par définition. Réduction du réel dans ses dimensions et dans ses composantes, la carte conserve pourtant les relations originales des éléments retenues.*” (Corboz, 2001b, p.218).

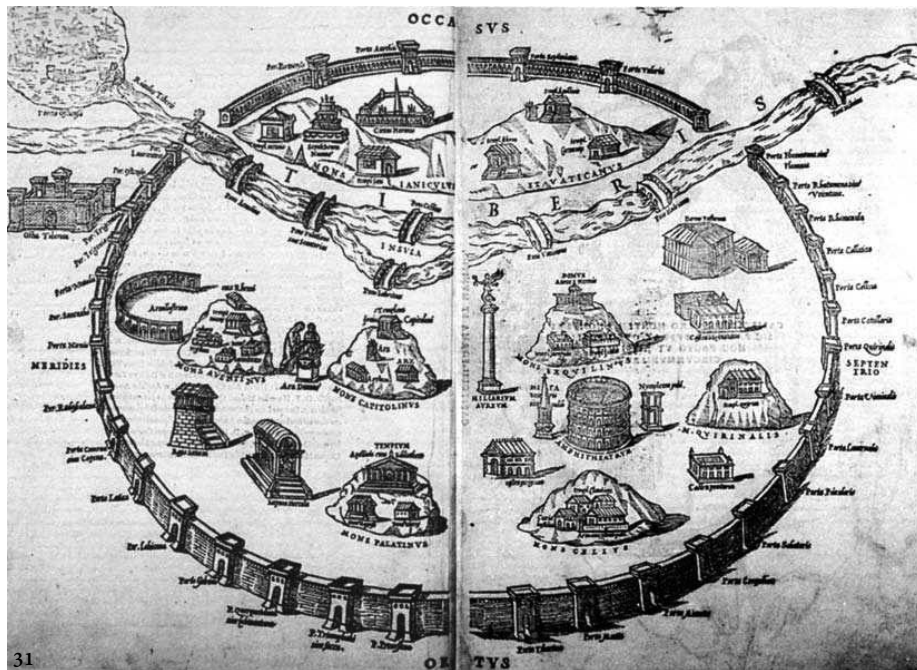


Fig.30 Taddeo di Bartolo. *Circular View of Rome*, 1413-1414. Fresco da Capela do Palácio de Siena.

Fig.31 Fabio Calvo. *Antiquae urbis Romae cum regionibus simulachrum*, 1537.

"[...] the city form that was not reduced to a single overall logic, but revealed itself through the city's individual architectures and their relationship with the surrounding geography [...]" (Aureli, 2011, p.95)

## O Mapa como Instrumento de Representação Intencional da Cidade

O mapa enquanto instrumento é um elemento facilitador das duas operações inerentes ao acto de habitar (*to dwell*) referidas por Norberg-Schulz: a “orientação” e a “identificação” (1980, p.19), tendo por isso, ao longo dos tempos, assumido um papel relevante na forma de ordenar e representar o território. Aquando da elaboração de um qualquer mapeamento, seja com o objectivo de promover uma orientação mais clara, seja para a representação da identidade; é feita uma selecção dos conteúdos a incluir, permitindo uma visão mais compreensível sobre partes do real. Esta escolha dos elementos a incluir em detrimento de outros suprimidos deixa transparecer uma intencionalidade inculcada por quem os representa.

No âmbito da presente dissertação, mais do que o mapa enquanto instrumento de orientação, procuramos abordar o mapa enquanto metodologia de reconstrução das relações presentes na cidade, neste caso aplicada ao mapeamento da sua identidade, permitindo a síntese de alguns aspectos desta realidade complexa. Assim, não restringimos o mapa-instrumento à sua forma cartográfica mais convencional, mas antes admitimos todos os suportes capazes de cumprirem este propósito, tais como: representações pictóricas, descrições, esboços, fotografias, vídeos, etc.<sup>5</sup>

As várias representações da cidade de Roma são particularmente ricas deste ponto de vista. A partir do século XVI há uma tomada de consciência da complexidade *sui generis* desta cidade (Aureli, 2011, p.89): os artefactos romanos envoltos no tecido urbano medieval começam a gerar interesse e a serem redescobertos pelos habitantes, surgindo a necessidade de elaborar novas representações pictóricas, mapas, que não só levantassem estes eventos mas que fossem igualmente capazes de transmitir uma ideia de conjunto que identificasse a cidade. A representação de Bartolo feita em 1413 [Fig.30] ou a de Calvo de 1527 [Fig.31] mostram a cidade através de uma série de elementos marcantes dispostos de forma desconexa, como um “arquipélago de monumentos” flutuando num espaço em branco (*ibidem*, p.98). Transmite-se apenas a posição de uns elementos em relação aos outros, sendo o restante contexto urbano omitido, aludindo à intenção de suprimir a Roma medieval. Estes elementos são tomados como pontos representativos da identidade da cidade, senão da presente, pelo menos da identidade ambicionada; podendo aproximar-se do conceito de

<sup>5</sup> Segundo Magnaghi, limitar o mapa a este tipo de cartografia seria limitar as suas potencialidades impedindo-nos de analisar aspectos que não os de natureza quantitativa: “The representations of a territory is reduced to quantitative abstract descriptions of extrinsic features of places (position, size and functions) while all the intrinsic features capable of connoting identity, characters and types never appear.” (2006, p.92).

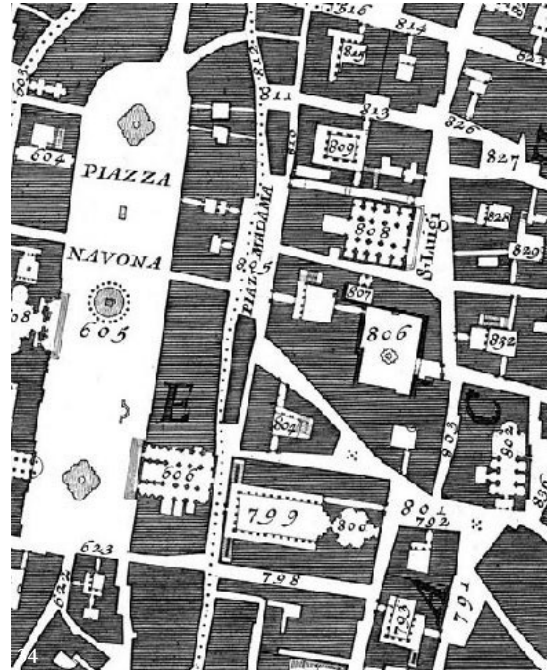
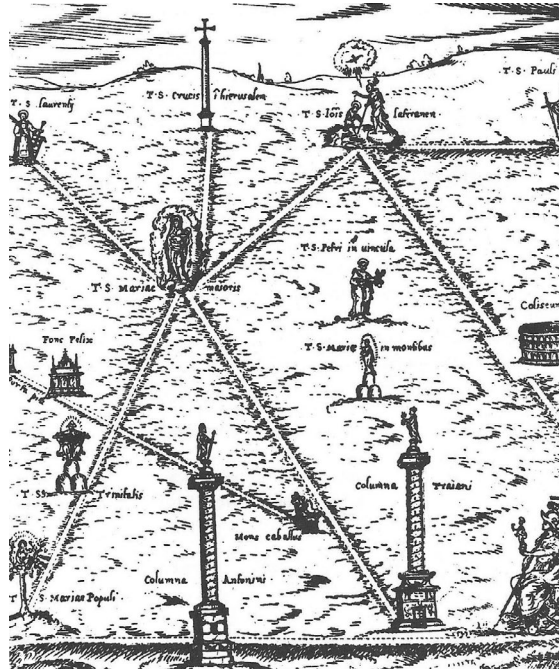


Fig.32 Antonio Bordino. *Veduta Schematica del Piano Stradale Ideato da Sisto V*, 1588.

Fig.33 Lodovico Ughi. *Iconografica Rappresentazione della inclita Città di Venezia*, 1729.

Fig.34 Giambattista Nolli. *Nuova Pianta di Roma*, 1748.

O mapeamento como um meio de transmitir uma ideia de cidade que transcende o levantamento do seu espaço construído.



arquitecturas de relação.<sup>6</sup> Assim, recorreram-se a arquitecturas representativas da cidade como forma de sintetizar, numa visão de conjunto, a identidade da mesma; podendo estas serem ainda vistas, segundo Aureli, como “pontos de partida para a reconstrução da cidade” (*ibidem*, p.100).

No século XVI, a reforma urbana do Papa Sisto V procura redireccionar a identidade de Roma da antiguidade clássica para o Cristianismo, afirmando a cidade, através do enaltecimento das suas basílicas, como centro desta religião ao invés de como antiga capital do Império Romano. Esta mudança reflecte-se nos mapas da época: Bordino em 1588 representa Roma através das suas basílicas [Fig.32] mas acrescentando uma informação ao legado dos seus predecessores, entre os elementos representados ele traça umas “linhas de força” que os conectam, reconhecendo a importância de uma visão de um conjunto relacionado onde todos os elementos interagem entre si e com os sujeitos, neste caso peregrinos, que praticam e alimentam estas associações (Bacon, 1995, p.139). Para além desta consciencialização da existência de uma identidade plural mas una que se desenvolve através da relação entre os vários elementos notáveis presentes no sistema urbano, assistimos igualmente à descoberta do papel do mapa na modelação de uma representação colectiva, neste caso orientada para a valorização dos monumentos representativos da Igreja Católica.

No século XVII e XVIII, em resposta ao rigor científico exigido aos homens do Iluminismo, o mapa adquire uma dimensão de levantamento. Ao invés de uma representação evocativa da essência da cidade, este torna-se um instrumento de ordenamento da realidade material e morfológica segundo métodos científicos precisos. Tome-se como exemplo os *Mapas de Cassini* (1745-48), que levantam pela primeira vez o território francês através do método de triangulação geodésica, ou, de novo no contexto italiano, a *Iconografica Rappresentazione della inclita Città di Venezia* (1729) por Ughi [Fig.33], onde eram rigorosamente assinalados os quarteirões, as ruas e os canais não sendo possível denotar uma intenção de natureza subjectiva na leitura da cidade (Corboz, 2001a, p.122). Deste mesmo período data a *Nuova Pianta di Roma* (1748) por Nolli [Fig.34] que, embora dotada de um grande rigor científico, recorre à distinção de elementos marcantes - espaços abertos, ruínas da antiguidade, igrejas e outros monumentos - da restante estrutura urbana, representada a cheio (Aureli, 2011, p.109). Ao contrário dos exemplos anteriores deste mesmo período, existe aqui a conjugação de dados concretos com uma intencionalidade de destacar alguns elementos notáveis que, pela sua capacidade de resumirem partes da identidade da cidade e de representarem uma colectividade alargada, se evidenciam da restante malha da cidade.

<sup>6</sup> Para o conceito das arquitecturas de relação ver páginas 81-91.

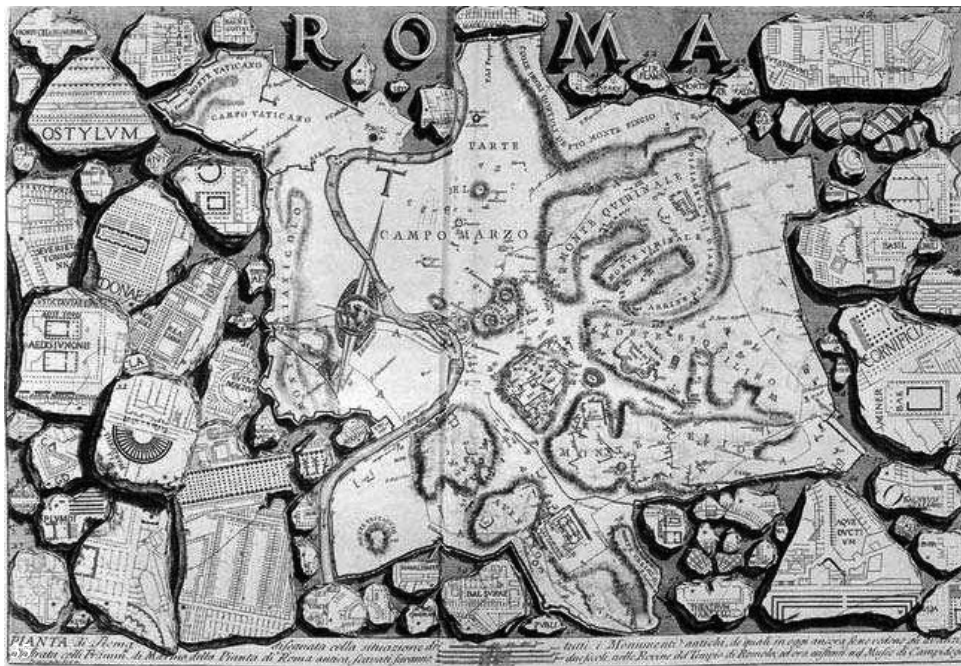


Fig.35 Giovanni Battista Piranesi. *Pianta di Roma*, 1756. Originalmente publicada em *Le antichità romane*.

Fig.36 Giovanni Panini. *Roman Capriccio: The Pantheon and other monuments*, 1735.

A procura de uma ideia de cidade partindo dos monumentos e ruínas dispersos pelo território.

A *Pianta di Roma de Piranesi* (1756) [Fig.35], elaborada pouco depois da de Nolli, faz uso do mapa como forma de manifesto da ideia da cidade. Apagando a estrutura urbana recente, foca-se a individualidade de alguns elementos da antiguidade, considerando que “a forma da cidade resulta da insolúvel confrontação entre a individualidade das suas partes” (*ibidem*, p.131). Enquanto que Nolli baseia a sua representação no contraste entre elementos públicos marcantes com o restante tecido, Piranesi recorre a uma representação figura-figura, um aglomerado de elementos na linha das primeiras representações aqui apresentadas, na tentativa de representar Roma na essência da sua forma arquitectónica (*ibidem*, p.137). A descontextualização dos fragmentos que enquadram o mapa central, retirados de um antigo mapa de Roma, procura retratar a condição da própria cidade, onde estes pontos se encontram soltos e sem relações vinculativas com o novo tecido, apesar de este envolver, vendo na sua integração uma forma de abordar a regeneração da cidade (*ibidem*, pp.138-139).

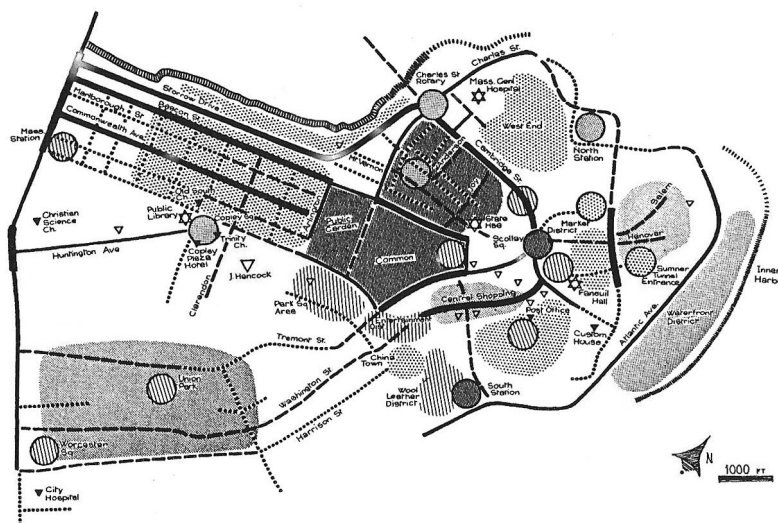
Embora pertencentes a diferentes períodos, cada um destes mapas, nos orientam para a construção mental que é a identidade da cidade. Como exemplificado com os mapas de Cassini (1745-48) e de Ughi (1729), para captar esta identidade não basta um levantamento científico e rigoroso da realidade, uma vez que, nesse caso, estaria-se a abordar exclusivamente o espaço, quando a identidade é também fruto da relação com o sujeito. É através da inclusão de uma intencionalidade de nos remeter para o sujeito que pratica e percepção o espaço, aqui através do destaque de elementos arquitectónicos notáveis em muito semelhantes aos lugares e às arquitecturas de relação, que é possível uma aproximação à identidade da cidade.

## **Abordagens e Métodos Possíveis**

A procura de um método que permitisse concretizar este mapeamento da identidade da cidade e que fosse ao encontro das premissas levantadas pela construção teórica apresentada, conduziu-nos a uma investigação de uma série de métodos propostos por vários autores, com princípios muito distintos. Não tendo sido encontrado um método que se integrasse completamente no âmbito desta dissertação, mas reconhecendo a pertinência e validade de algumas abordagens para cumprir os objectivos traçados, optámos por uma breve apresentação daqueles que se revelaram mais significativos para o desenvolvimento do método de análise proposto mais adiante, mas reconhecendo sempre a existência de outros métodos possíveis que poderiam ser igualmente considerados.

Legenda das figuras 35 a 46

VIA	CRUZA- LIMITE	MENTO BAIRRO	ELEM. MARCANTE
mais de 75%			
50-75%			
25-50%			
12,5-25%			



A imagem de Boston derivada das entrevistas verbais

A imagem de Boston derivada dos esboços

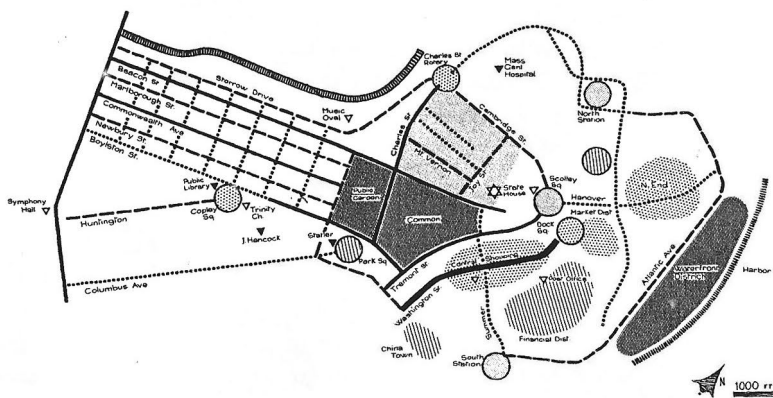


Fig.37 Kevin Lynch. Mapa da imagem de Boston derivado das entrevistas verbais e dos esboços. 1960

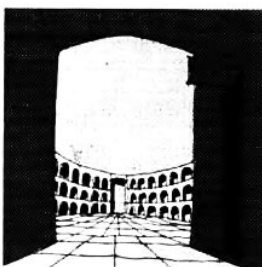
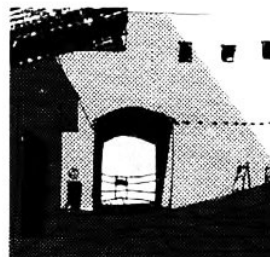
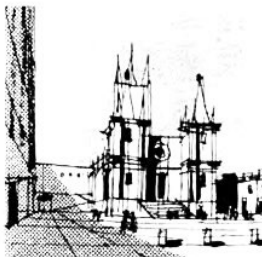
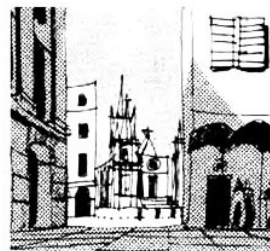
Mapa-síntese da forma como cada um dos habitantes entrevistados vê e se orienta na sua cidade, sendo que os elementos representados se organizam segundo as cinco categorias propostas pelo autor: “vias, limites, bairros, pontos marcantes e cruzamentos” (Lynch. 2008, pp.52-53)

O primeiro método que referimos é o de Lynch desenvolvido em 1960 (2008). De contornos muito concretos, este propunha-se a decodificar a imagem mental do espaço físico da cidade criada por quem o habita. Considerando que esta imagem era composta por três componentes básicos: “identidade”, “estrutura” e “significado”; Lynch apenas admite os dois primeiros como sendo relevantes para a análise da qualidade física de um dado ambiente, dada a grande diversidade inerente ao terceiro componente (*ibidem*, p.16). A sua abordagem metodológica consistia na criação de um mosaico de reconstituições mentais individuais do espaço físico através de um primeiro inquérito de resposta aberta; descrições feitas pelos habitantes, seguidas de uma confrontação com a realidade; todos estes elementos eram posteriormente compilados em mapas [Fig.37]. Por meio da identificação de certos elementos - ordenados segundo cinco categorias: “vias, limites, bairros, pontos marcantes e cruzamentos” (*ibidem*, pp.52-53) - era explorada a forma como o sujeito se orientava na sua movimentação pelo espaço. A identidade destes elementos era vista pelo autor como sendo exclusivamente o conjunto de atributos que permitem a sua distinção e o reconhecimento (*ibidem*, p.16), uma interpretação algo diferente daquela considerada na presente dissertação.<sup>7</sup>

Apesar deste método ter um objectivo diferente daquele aqui proposto - tratando da orientação do sujeito no espaço e não da identidade produzida por esta relação; ou ainda baseando a sua análise no levantamento de elementos memoráveis e não em elementos que pela sua relação com o sujeito sejam representativos da cidade ou do seu colectivo - é todavia exemplar na forma como sintetiza uma construção abstracta, a imagem que o habitante tem da cidade, num suporte de comunicação e trabalho através da elaboração de mapas. Para além do mais, a construção de Lynch evidencia a importância do papel do sujeito na compreensão da estrutura urbana que ele habita, recorrendo, entre outros meios de concretização, ao seu movimento e aos seus percursos como forma de conhecer o ponto de vista do sujeito.

Desenvolvido dez anos mais tarde, o método de Cullen (1988) constituiu igualmente uma referência importante. Sob a preposição de decompor os elementos que compõem a cidade, identificando os efeitos emocionais que estes suscitam no sujeito, Cullen divide-os em três categorias: a do “movimento e da óptica”, onde se refere aos vários momentos que pontuam a deslocação de uma pessoa num dado território; a do “local”, referindo-se aos efeitos provocados pela consciência da nossa posição no espaço relativamente a outros elementos; e a do “conteúdo”, os elementos materiais que constituem a paisagem, como a cor, textura, escala, estilo, etc. (*idem*, pp.11-13).

<sup>7</sup> Como já foi referido no capítulo 2, a interpretação de Lynch do conceito de identidade refere-se ao que outros autores consideram ser o “carácter do lugar” (ver página 75), não reconhecendo qualquer outro sentido deste conceito.



38

Fig.38 Gordon Cullen. Visão Serial. 1971.

“A progressão uniforme do caminhante vai sendo pontuada por uma série de contrastes súbitos que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso [...]” (Cullen, 1988, p.19).

No aprofundamento dos fenómenos urbanos da primeira categoria o autor serve-se da descrição de um percurso, aliada a fotografias ou esboços que retratam os momentos mais significativos, como forma de os identificar e comunicar, a esta abordagem chamou “visão serial” (*ibidem*, p.19) [Fig.38].

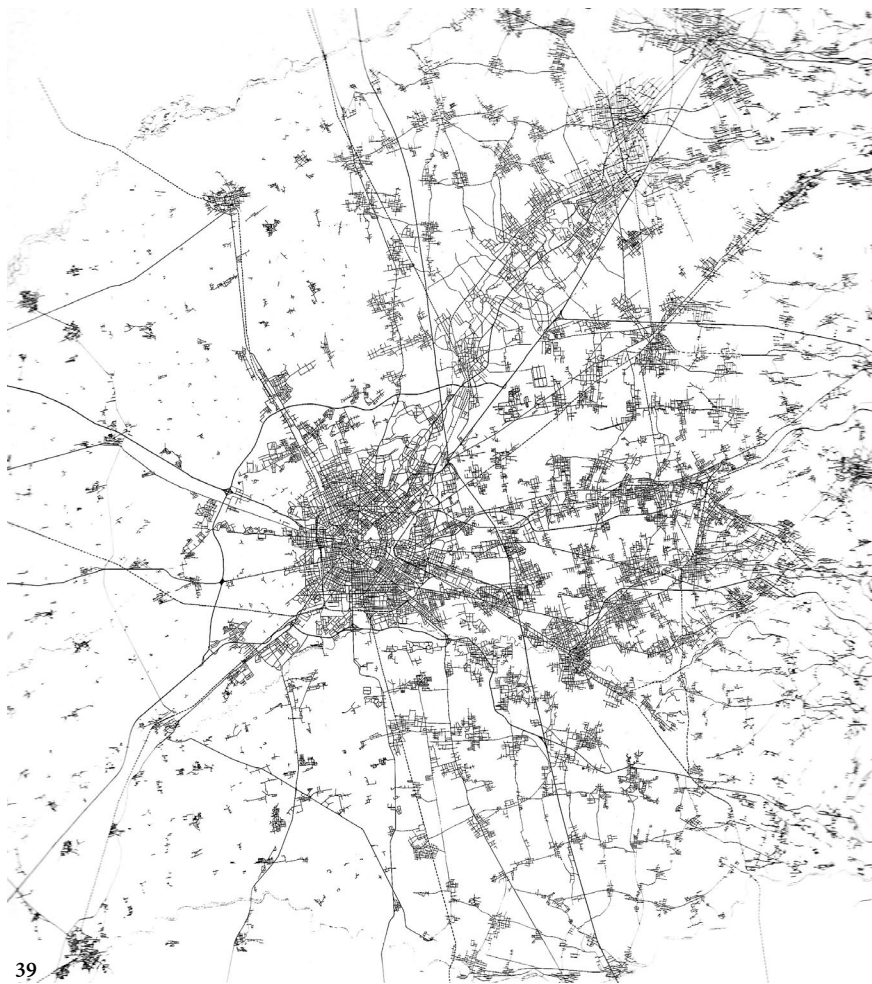
De novo, este método apresenta objectivos claramente distintos daqueles traçados para esta dissertação, focando-se na identificação de aspectos morfológicos que suscitem determinadas reacções no sujeito que percorre o espaço. Desenvolvido a uma única escala, o espaço de análise é isolado do seu contexto mais alargado, omitindo-se a presença de outros sujeitos/transeuntes. No entanto, reconhecemos validade na utilização do percurso como forma de compreender a relação numa escala próxima, entre o sujeito e o espaço, e deste tipo de registo - descrição aliada a fotografias ou esboços - como um meio de transmitir com clareza esta relação, permitindo que o leitor compreenda o cenário e seja para lá transportado. Admitimos que a simulação da deslocação do sujeito dentro do lugar permite o entendimento de aspectos morfológicos tal como eles são vistos pelo sujeito, sem que para isso se tenham de fixar quaisquer significados ou sensações que serão sempre elementos subjectivos e circunstanciais. Mas considera-se que é possível ir mais longe retratando igualmente os comportamentos dos restantes sujeitos que se encontram no lugar, permitindo assim, não só uma caracterização mais fiel da realidade do lugar (incluindo um elemento que o realiza: o sujeito), como também assegurando a inclusão de outros sujeitos, que não o autor, na sua relação com o espaço, permitindo uma contra-análise das constatações feitas.<sup>8</sup>

O terceiro método a mencionar trata-se da “*Lateral Approach*” desenvolvido por Boeri no seu ensaio *Ecletic Atlases* publicado em 1997. É aqui proposto um olhar oblíquo sobre o território conjugando uma “visão zenital”, uma vista de cima ampla onde o território aplanado permite a ilusão de uma homogeneidade; com uma “visão antropológica”, ou seja, com uma leitura a uma escala aproximada dos vários ambientes e elementos que constituem o território. Mais do que uma combinação de escalas este olhar, oblíquo ou lateral, procura aprofundar as relações entre estas duas leituras possíveis do território, procurando uma “nova correspondência entre os objectos espaciais e as imagens mentais que nele são projectadas”<sup>9</sup> [Fig.39] (Boeri, 1997,p.4).

<sup>8</sup> Este elemento do percurso será mais à frente concretizado enquanto método de análise de uma escala de detalhe do lugar. Ver página 125-127.

<sup>9</sup> Citação original: “[...] they [approaches] seek new logical correspondence between spatial things [...] and the mental images we project upon them.” (Boeri, 1997,p.4).





**Fig.39** Stefano Boeri. “O desenho propõe uma interpretação do sistema de traçados que enervam a região milanese”

“[...] Ecletic Atlases is related with the concept of changement, and suggests that we concentrate on what moves between space and society, and is normally hidden by our maps: the flux of physical territory.” (Boeri, 1997,p.6)



O ponto-chave deste método encontra-se tanto na abordagem multidisciplinar proposta como na flexibilidade de todo o processo de mapeamento, recorrendo-se às ferramentas e escalas que se consideram mais relevantes para a representação de um dado território e da relação deste com os sujeitos que o habitam. Para além da cartografia convencional, são também utilizados como materiais possíveis de análise, fotografias, descrições geográficas, levantamentos, investigações e relatórios de várias áreas disciplinares, sendo estes posteriormente conjugados numa única construção a que o autor denomina de “atlas ecléticos”<sup>10</sup> (Sepe, 2013, p.77):

“[...]eles [atlas ecléticos] procuram uma nova correspondência lógica entre elementos espaciais [...] e a imagem mental que nós projectamos sobre eles. [...] eles atacam lateralmente, movendo-se em direcção ao espaço físico e ao espaço mental, porque eles acreditam na existência de conexões profundas entre as formas de visão e as formas das coisas vistas.”<sup>11</sup>

(Boeri, 1997, p.4)

Estes “atlas ecléticos” são assim construções experimentais de entradas múltiplas que, através da observação da realidade segundo vários ângulos, procuram retratar a verdadeira complexidade dos sistemas urbanos (*ibidem*, pp.4-5). Esta abertura dos parâmetros a considerar no mapeamento (sendo apenas tidos em conta aqueles mais pertinentes para retratar um certo território urbano), assim como a leitura cruzada proposta entre diversas escalas e entre diferentes elementos e formas de análise, são princípios considerados importantes para a concretização de um mapeamento que toma a cidade como um sistema múltiplo de relações [Fig.29]. No entanto, a falta de um objectivo concreto nesta abordagem metodológica, que seja mais específico do que apenas representação do território, dificulta a selecção dos elementos a incluir no mapeamento.

O quarto método a referir é a “*Complex-Sensitive Approach*” criado por Sepe (2013), onde se propõe a representação da identidade do lugar partindo das sensações e percepções do sujeito, com o objectivo de “estabelecer um diálogo com as pessoas locais e suportar os planeadores e administradores na construção urbana sustentável e sua transformação”<sup>12</sup> (*ibidem*, p.88):

<sup>10</sup> Por “construção única” entenda-se uma compilação da informação recolhida e não necessariamente a síntese desta a um único elemento de suporte.

<sup>11</sup> Citação original: “[...] they [eclectic atlases] seek new logical correspondence between spatial things [...] and the mental image we project upon them. [...] they attack laterally, moving at once toward physical space and mental space, because they believe in the existence of profound connections between the forms of vision and the forms of things seen.” (Boeri, 1997, p.4).

<sup>12</sup> Citação original: “The main products are two final complex maps, one of analysis and one of design [...] in order to establish a dialogue with local people and support planners and administrators in sustainable urban construction and transformation.” (Sepe, 2013, p.88).



## LEGEND

<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">●</span> <b>place of historical and artistic interest</b> 1- Pantheon, 2- Fountain with obelisk, 3- Palazzo Cini, 4- Hadrianeum, 5- Telecommunication building, 6- Fontana di Trevi, 7- Church</li> <li><span style="color: yellow;">●</span> <b>space with commercial function</b></li> <li><span style="color: blue;">●</span> <b>space with residential function</b></li> <li><span style="color: purple;">●</span> <b>places with offices and residences</b></li> <li><span style="color: yellow;">●</span> <b>places of commerce selling local souvenirs</b></li> <li><span style="color: yellow;">●</span> <b>places of commerce selling local e non-local souvenirs</b></li> <li><span style="color: red;">●</span> <b>place of traditional socialization</b> 1- Rotonda Piazza and Fountain, 2- bars and restaurants with outdoor tables, 3- Piazza Trevi</li> <li><span style="color: red;">●</span> <b>place with high concentration of people</b> 1- Pantheon, 2- Pantheon colonnade, 3- Piazza Rotonda Fountain, 4- bars and restaurants with outdoor tables, 5- Via dei Pastini, 6- Via delle Muratte, 7- Fontana di Trevi, 8- Piazza Trevi</li> <li><span style="color: red;">●</span> <b>place of new socialization</b> 1- fast-food</li> <li><span style="color: purple;">●</span> <b>place of random socialization</b></li> <li><span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 10px; height: 10px;"></span> <b>empty place</b> 1- Piazza di Pietra</li> <li><span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 10px; height: 10px;"></span> <b>place of limit</b> 1- bollards marking off the concourse</li> <li><span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 10px; height: 10px;"></span> <b>place open toward the outside</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: blue;">▲</span> <b>permanent visual perception</b> 1- volute aedoue, 2- Piazza Rotonda with Pantheon, fountain, buildings, 3- floral decoration, 4- Hadrianeum, 5- Piazza del Popolo, 6- Piazza Venezia, 7- Galleria, 8- building perspective, 9- Fontana di Trevi, 10- Church</li> <li><span style="color: blue;">▼</span> <b>transient visual perception</b> 1- panel conceals the refurbishment work in progress</li> <li><span style="color: blue;">■</span> <b>permanent taste perception</b> 1- paving in porphyry</li> <li><span style="color: purple;">■</span> <b>transient smell perception</b> 1- horses, 2- smells from calorific and restaurants</li> <li><span style="color: purple;">■</span> <b>permanent taste perception</b> 1- grocer's local products, 2- typical coffee</li> <li><span style="color: purple;">■</span> <b>transient taste perception</b> 1- tastes from cafeteria and restaurants</li> <li><span style="color: purple;">■</span> <b>permanent sound perception</b> 1- water from fountain</li> <li><span style="color: purple;">■</span> <b>transient sound perception</b> 1- acqua fontana, 2- voci di persone, 3- mezzi di trasporto</li> <li><b>n</b> <b>no-influential perception</b></li> <li><b>p</b> <b>pleasant perception</b></li> <li><b>a</b> <b>annoying perception</b></li> <li><b>S</b> <b>surprising perception</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 10px; height: 10px;"></span> <b>stele marking the route for the blind</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>hawkers selling souvenirs</b></li> <li><span style="color: purple;">■</span> <b>live statue</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>horse-drawn carriage</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>graffiti</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>special paving for the blind</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>continual flow of people of different culture</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>quiet pace</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>regular pace</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>hectic pace</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>pigeons</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>small size of symbol = presence of given element in slight percentage</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>medium size of symbol = presence of given element in medium percentage</b></li> <li><span style="color: red;">■</span> <b>large size of symbol = presence of given element in considerable percentage</b></li> </ul>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

40

Fig.40 Mirichela Sepe. *Complex map of analysis of Trevi - Pantheon route*. 2013.

Mapa que sintetiza as sensações registadas no local pela autora e confirmadas através dos inquéritos aos transeuntes.

“[Esta abordagem] estuda lugares urbanos na sua complexidade. É sensitiva porque é aberta ao estímulos produzidos pelos lugares e procura identificar e representar elementos ligados a aspectos que são simultaneamente perceptuais e objectivos, permanentes e transitórios.”<sup>13</sup>

(Sepe, 2013, p.88)

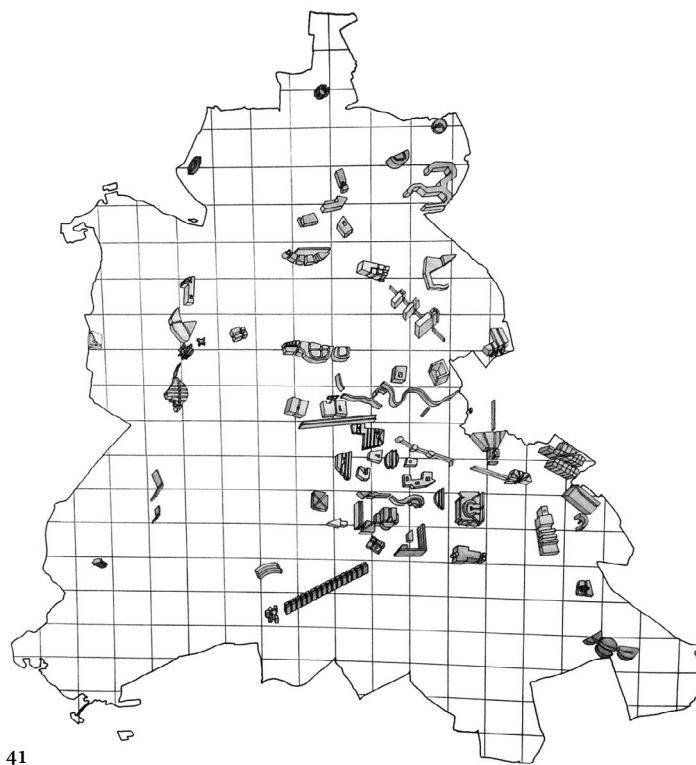
Este método desenvolve-se em várias fases: após estabelecido o caso de estudo e as categorias de análise, a autora desenvolve uma análise antecipatória onde são expostas as ideias pré-concebidas da própria em relação ao seu lugar de análise, segue-se uma fase de reconhecimento da área através de levantamentos, descrições de percursos, fotografias, etc. Seguidamente procede-se à elaboração de um questionário feito aos visitantes desse lugar e ao processamento de toda a informação recolhida num único mapa por meio de uma iconografia simplificada. Em paralelo, são assinalados os problemas detectados e feitas propostas de possíveis soluções, elaborando-se um segundo questionário com vista a confirmar a pertinência das propostas. Como produto final, traçam-se dois novos mapas: um sintetizando a identidade do lugar apreendida e outro com as propostas de alterações que a potenciem.

Distinguimos, como princípio que nos aproxima deste método, a inclusão do sujeito aquando da análise da identidade do lugar, registando a sua percepção e fazendo uso do percurso como elemento orientador da relação que este desenvolve com o lugar. Porém, perante a aplicação deste método pela a autora a casos concretos como o do percurso entre a *Fontana di Trevi* e o *Panteão* [Fig.40], é notório o isolamento desta análise relativamente a um contexto mais abrangente, pelo facto desta se desenvolver numa única escala. Com efeito, a identidade do lugar parece ser reduzida exclusivamente às sensações suscitadas no sujeito pelo espaço em questão, sendo os outros elementos de análise espacial apresentados (como a descrição do percurso, o registo fotográfico ou as cartografias) simplesmente formas de justificação ou de suporte dos aspectos sensitivos.

Por último, no ensaio *The Dialectic City* de Ungers (1997) é delineada uma estratégia para lidar com a conjugação de realidades contrastantes que compõem uma cidade. Apesar de não se tratar efectivamente de um método, visto que são apenas apontados princípios gerais para uma leitura da realidade urbana, optámos por fazer aqui referência a esta perspectiva dado o seu importante contributo para a fundamentação do método a desenvolver em seguida.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Citação original: “*The complex-sensitive approach [...] studies urban places in all their complexity. It is sensitive because it is open to all stimuli provided by the places and seeks to identify and represent elements linked to features which are both perceptual and objective, permanent and transitory.*” (Sepe, 2013, p.88).

<sup>14</sup> Ver página 113-119.



41

*Fig.41* Oswald Mattias Ungers. Rem Koolhaas, Arthur Ovaska e Peter Riemann. *The City within the City - Berlin as a Green Archipelago*, 1977.

*“The various existing elements and parts and fragments are used to build and develop a new urban structure with its own areas and places. The city made up of complementary places is open and can be interpreted [...]”* (Ungers, 1997, p.21)

O autor propõe uma aproximação à cidade através de uma conciliação de duas visões estratégicas. A primeira, “estratégia dos lugares complementares”, assenta sobre a premissa de que a cidade, inicialmente uma entidade una, se tem vindo a dissolver numa estrutura onde os lugares, agora desconexos, funcionam, na sua complementaridade, como elementos agregadores da cidade [Fig.41]:

“A cidade moderna moldada pela tecnologia e pelas exigências culturais é feita de [...] um sistema de lugares significantes, mutuamente complementares. A cidade feita de lugares complementares é aberta e pode ser interpretada, é simultaneamente confusa e adaptável, [...] aberta a inovação enquanto preserva o passado.”<sup>15</sup>

(Ungers, 1997, pp.19-21)

É considerado que cada lugar é uma entidade autónoma com uma identidade própria mas que, ao mesmo tempo, pertence a um “macrocosmo”: a cidade, marcada pela variedade dos elementos que a compõem (*ibidem*, p.20). Defende-se então a procura de um método capaz de “identificar o carácter destes lugares dispare e de desenvolver as suas características particulares”<sup>16</sup> (*ibidem*, p.19).

Paralelamente, uma segunda estratégia é tida em consideração, a “estratégia da cidade como *layer*”, onde os vários sistemas urbanos são sobrepostos em camadas, oferecendo uma visão mais analítica e menos subjectiva da realidade. Trata-se de aplicar à cidade um procedimento racional isolando, se necessário, cada *layer* a fim de facilitar uma abordagem mais operacional, tendo sempre em conta que cada uma destas camadas não é estanque mas capaz de se relacionar com as outras (*ibidem*, pp.22-25). Dando o mote para o título do seu ensaio, *Dialectic City*, Ungers considera que é na complementaridade destas duas estratégias que melhor são representadas as tensões e oposições que caracterizam a cidade como um todo (*ibidem*, p.22).

No método de seguida apresentado, apesar de se pretender ir para além da natureza abstracta desta abordagem de Ungers, interessa-nos esta dimensão de confronto e de complementaridade entre uma abordagem sistémica e racional aos elementos que compõem a cidade e uma abordagem mais interpretativa e “emocional” (*ibidem*, p.22). Uma vez que consideramos que o lugar e a sua

<sup>15</sup> Citação Original: “The modern city shaped by technology and cultural demand is made of[...] a system of mutually complementary, significant places. The city made up of complementary places is open and can be interpreted, it is both mixed and adaptable,[...] open to innovation while also preserving the past.” (Ungers, 1997, pp.19-21).

<sup>16</sup> Citação Original: “The modern technology and cultural demand is made up not of a total jumble, but of a system of mutually complementary, significant places. That is why an appropriate method must be found of identifying the character of these very disparate places, defining and developing its specific features, either by adding functions that are lacking or by perfecting existing ones” (Ungers, 1997, p.19)



identidade surgem precisamente do confronto de elementos mais racionais (materiais) com outros de natureza mais subjectiva (imateriais), o desenvolvimento de uma abordagem complementar que integre e cruze estes dois tipos de elementos é um dos princípios a adoptar.

Reconhecendo a diversidade de métodos existentes e retirando da sua análise princípios relevantes para responder aos objectivos propostos para este mapeamento da identidade da cidade tomando os lugares e as arquitecturas de relação como coordenadas, avançamos agora para a elaboração de um método a partir deles.

### **Mapeamento Identitário da Cidade: Os Lugares e as Arquitecturas de Relação como coordenadas**

Empreendendo a transposição da construção teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, aliada aos métodos que tomámos como referências, propomos agora o desenvolvimento de um método de mapeamento possível da identidade de uma cidade, tomando os lugares como pontos-charneira entre a dimensão espacial da cidade e a sua representação imaterial de relação com o sujeito, e aprofundando igualmente a identidade singular de cada um destes lugares tomando as suas arquitecturas de relação como coordenadas.<sup>17</sup>

Uma vez validado que a identidade da cidade, objectivo deste estudo, deriva da relação entre o sujeito e o espaço, consideramos que o mero levantamento das características físicas dos lugares que a compõem não é suficiente. Assim, pretendemos desenvolver um método aberto e cruzado, mapeando alguns dos elementos morfológicos do lugar e, em paralelo, a forma como o sujeito se relaciona com estes, numa tentativa de aproximação à representação de, pelo menos, parte da sua identidade.

Propõe-se que os parâmetros a considerar no mapeamento sejam escolhidos de acordo com as especificidades de cada caso de estudo, tal como acontece no método de Boeri (1997);<sup>18</sup> uns visando a caracterização espacial, incluindo-se numa categoria a que chamaremos de *Desenho e Morfologia*;

<sup>17</sup> No contexto deste mapeamento, entenda-se por sujeito as pessoas ou grupos de pessoas que frequentam e se relacionam com um espaço. Este é um conceito independente do tempo de utilização do espaço, podendo tanto habitantes, frequentadores ou turistas ter essa capacidade de relação, embora os significados que cada atribui ao espaço sejam diferentes. Para aprofundamento sobre a escolha deste termo ver Capítulo 2, página 61.

<sup>18</sup> Ver página 105-107.



Fig.42 Antoine Lafréry. *Vedute delle Sette Chiese di Roma*, 1575.

O movimento dos sujeitos entre lugares como condição para a criação da identidade múltipla e heterogênea da cidade.



e outros com a capacidade de retratar o sujeito na sua interacção com os primeiros. Relativamente a este último grupo de parâmetros, face aos constrangimentos em representar o sujeito em todas as suas formas de relacionamento com o lugar, decidimos focarmo-nos numa dessas formas: o movimento, dando assim o mote para a esta segunda categoria a que chamaremos de *Fluxos e Movimentos*.

O movimento do sujeito constitui, tal como Van Eyck refere, “a essência da associação humana”<sup>19</sup> (1993, p.336) sendo a sua presença assinalável a todas as escalas. No entanto, devemos distinguir duas leituras distintas deste conceito presentes neste método: em primeiro lugar, o movimento do sujeito é uma das forças de associação da cidade-rizoma, funcionando como uma partícula que anima todo um sistema. O sujeito é “o objecto mais móvel numa cidade” (Cullen, 1988, p.106), o único elemento capaz de experienciar a multiplicidade heterogénea dos vários lugares servindo de elo comum entre eles, exercendo uma força agregadora que nos permite ver a cidade como um todo [Fig.42]. Portanto, a capacidade de deslocação de um sujeito entre os lugares da cidade - apreendida através de um estudo das vias e formas de circulação - condiciona não só a identidade destes lugares mas também a força e coesão da identidade da cidade. Neste mapeamento, esta leitura será abordada através dos parâmetros incluídos nesta segunda categoria de análise.<sup>20</sup>

Já na escala do lugar, o movimento ganha um segundo sentido: ele torna-se num dos factores que molda a percepção e interacção do sujeito com o espaço, sendo por isso um elemento que participa da formação da identidade do lugar. Em alguns dos métodos apresentados anteriormente - seja nos mapas de Lynch (2008), onde se procura a imagem da cidade, seja na construção da “visão serial” de Cullen (1988) ou nos levantamentos sensitivos de Sepe (2013) - verifica-se que a inclusão do movimento como forma de ver cidade pelos olhos de quem a pratica é uma constante.

Efectivamente, na impossibilidade de conhecer e representar todas as sensações que o lugar despoleta em cada sujeito, assim como todas as significações implícitas neste processo (pois elas são tantas quanto o número de sujeitos e estão sempre em constante mutação, tal como reconhecido por Lynch (2008, p.16)), a utilização do movimento através da prática de um percurso afigura-se como uma boa opção para caracterizar a relação sujeito/espaço. Ou seja, como forma de

19 Citação original: “Now mobility is not merely an aspect of city life, it is of the very essence of human association [...]” (Van Eyck, 1993, p.336)

20 A escolha dos parâmetros será exemplificada no capítulo seguinte tendo já em conta um caso de estudo exemplificativo. Ver página 123-125.



análise das interacções entre o sujeito e o espaço dentro do lugar,<sup>21</sup> propõe-se a descrição de um percurso de aproximação e atravessamento do mesmo, levantando tanto elementos morfológicos como registando fluxos e dinâmicas existentes no espaço, sensações, perspectivas e elementos marcantes. A integração desta peça no mapeamento possibilitar-nos-á testar o conceito avançado de arquitecturas de relação e a pertinência do seu reconhecimento na compreensão da identidade do lugar. Se, de facto, as relações entre o sujeito e o lugar se sintetizam nas arquitecturas de relação mais representativas desse lugar, sendo ela um elemento que potencia a identidade do mesmo, então, também o movimento, uma das formas de relacionamento do sujeito com o espaço, deverá precipitar-se em torno delas, moldado pela sua presença.

Ao propormos um mapeamento focado em dois tipos de coordenadas de identidade - os lugares e as arquitecturas de relação - estamos no fundo a sugerir que a análise se construa a várias escalas. Procuramos uma leitura de aproximação ou afastamento gradual, permitindo-nos não só apreender, numa escala mais abrangente, o enquadramento de cada lugar no rizoma da cidade e as relações que se desenvolvem entre os vários lugares que constroem a sua identidade plural; mas também a singularidade da identidade de cada um destes lugares através das suas arquitecturas de relação. Após justificado que cidade se desenvolve numa constante sobreposição de relações e sistemas, não seria coerente reduzir este método de mapeamento a uma única escala, isolando cada coordenada em estudo de todo o contexto que a envolve.

Tal como referido brevemente aquando da exposição destes termos, reiteramos que, tanto as arquitecturas de relação como os lugares considerados neste mapeamento, são aqueles que se relacionam com um colectivo abrangente e representativo da cidade, visto termos como objectivo desenvolver uma leitura sintética da identidade da cidade. Uma segunda consideração prende-se com a temporalidade do mapeamento aqui proposto: pretende-se retratar a identidade da cidade e dos seus lugares tal como ela se apresenta no presente, sendo por isso recusadas enquanto coordenadas, lugares ou arquitecturas de relação que, apesar de um valor histórico assinalável, já não se relacionam directamente com o sujeito não produzindo qualquer dinâmica de relevo.

Retomando a questão das escalas do mapeamento é necessário um esclarecimento adicional: propõe-se que a análise seja organizada segundo um conjunto de *escalas genéricas* definidas pelos seus objectivos.<sup>22</sup> Após definidos os parâmetros a incluir dentro de cada uma destas escalas genéricas, serão utilizadas

<sup>21</sup> Visto que o estudo do percurso apenas faz sentido na análise da escala próxima do lugar.

<sup>22</sup> Por exemplo: à *Escala Urbana* pretende-se uma compreensão da forma como os lugares se integram na cidade; à *Escala de Detalhe*, procuram-se a leitura das particularidades de cada lugar, etc.

FASES DO MAPEAMENTO			
	Objectivos	Ações	Materiais Produzidos
1	Identificação dos lugares a mapear e das suas arquitecturas de relação preliminares	Contextualização. Primeiro reconhecimento dos lugares.	
2	Construção de uma grelha de análise.	Escolha das escalas mais significativas. Escolha dos parâmetros de análise em cada escala. Determinação das alturas do dia a conduzir os levantamentos.	Elaboração de um plano de acção.
3	Criação de uma base cartográfica.	Tratamento do material cartográfico recolhido que sirva de base para conduzir as análises.	Cartografia-base para cada uma das escalas de análise.
4	Recolha do material necessário	Consulta de Cartografia existente. Visita aos lugares em estudo e às suas áreas envolventes em diferentes alturas do dia. Recolha do material necessário para o desenvolvimento dos parâmetros propostos para cada categoria de análise. Realização de levantamentos.	O que se considerar necessário para expor a realidade relativa aos parâmetros definidos para o caso de estudo em questão. Nomeadamente: Planimetrias, perfis, esboços, registos rápidos das observações feitas. Fotografias e descrições de percurso. Levantamentos.
5	Elaboração de um Mapeamento da identidade do lugar.	Organização dos dados recolhidos a várias escalas através dos métodos de representação que se considerarem mais pertinentes, por forma a permitir o cruzamento de dados relativos às duas categorias.	Tratamento e apresentação do material produzido na fase anterior segundo as escalas, parâmetros e categorias definidas.
6	Revisão crítica do método aplicado e dos resultados obtidos na análise do caso de estudo.	Considerações finais ao mapeamento: conclusões quanto aos parâmetros e metodologias utilizadas.	Texto crítico relativo ao trabalho desenvolvido e aos resultados obtidos.

**Quadro 1** | Fases propostas para o desenvolvimento deste método de mapeamento identitário: objectivos, acções e materiais produzidos.

as escalas de representação que se entendam mais adequadas para transmitir a informação recolhida, admitindo que numa mesma escala genérica possam coexistir escalas de representação diferentes.

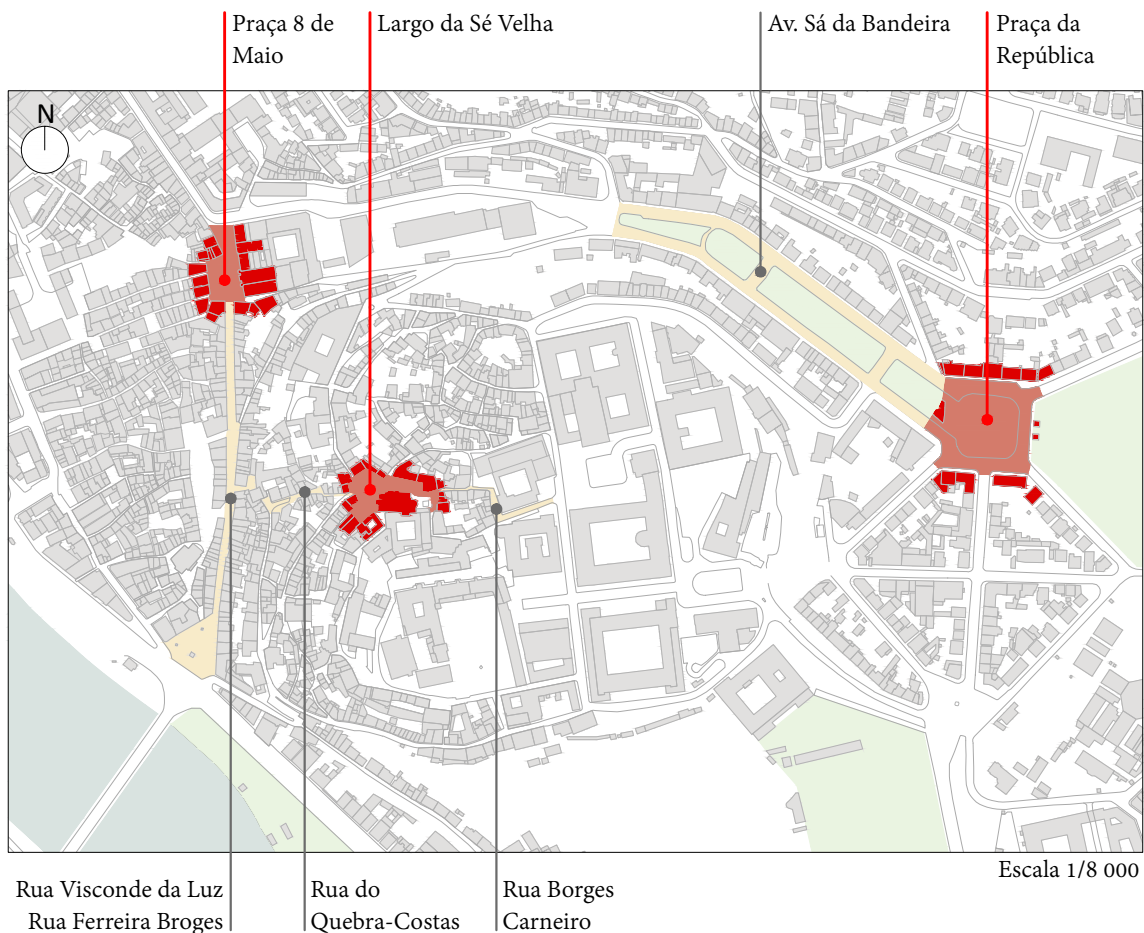
Passando agora à aplicação concreta deste método, contamos seis fases do seu desenvolvimento expostas de forma detalhada no [Quadro 1]: a primeira diz respeito ao reconhecimento da cidade ou das partes da cidade em estudo e à identificação dos lugares a mapear. A segunda fase trata da construção da grelha de análise, onde se determinam as escalas genéricas e os seus objectivos. Também aqui devem ser definidos os parâmetros mais relevantes a cada escala para o aprofundamento do caso de estudo em questão e ainda devem ser precisadas as alturas do dia para a elaboração dos levantamentos, caso isso seja relevante. Segue-se uma terceira fase de criação de uma base cartográfica actualizada para servir como base de trabalho, onde se ensaiam já as várias escalas de representação previstas para cada parâmetro. Na quarta fase procede-se à recolha e tratamento do material necessário e à execução dos levantamentos na zona de estudo, para avançarmos para a quinta fase de elaboração das peças finais do mapeamento identitário, onde a informação recolhida é analisada de forma cruzada construindo um esboço da identidade da cidade e feitas propostas para o seu fortalecimento. Por fim, numa sexta fase, propõem-se uma revisão crítica do método geral aplicado e dos resultados específicos obtidos.

Como objectivo último pretende-se averiguar a pertinência e a utilidade deste mapeamento enquanto ferramenta de reconhecimento e de comunicação da identidade da cidade e dos seus lugares, mas também enquanto uma base de trabalho para o planeamento urbano que permite uma aproximação mais informada à intervenção na cidade, seguindo a premissa colocada por Ungers:

“A arte do projecto urbano consiste em identificar os lugares dentro do caos urbano, defini-los e descobrir as suas características particulares. Então o projecto urbano é uma arte de descoberta e não de invenção.”<sup>23</sup>

(Ungers, 1997, p.21)

<sup>23</sup>Citação original: “the art of urban design consists in identifying the places within the urban chaos, naming them and discovering their special features. So urban design is the art of discovery and not of invention.” (Ungers, 1997, p.21).



**QUADRO 10.1** Monumentos que melhor identificam Coimbra

Universidade	60,7
Igreja de Santa Cruz	34,0
S Velha	32,2
Conv. da Rainha Santa	18,0
Convento de Sta. Clara	17,7
M. Machado de Castro	7,7
Portug. dos Pequenitos	4,9
Outros	19,0
Não sabe, não responde	0,9

Fonte: Inquérito.

**QUADRO 10.2** Instituições mais importantes de Coimbra

Universidade	46,2
Hospital	39,3
Câmara Municipal	15,1
C. I. Elísio de Moura	13,3
F. Bissaya Barreto	12,0
A. A. Coimbra	5,4
Outros	34,0
Não sabe, não responde	7,1

Fonte: Inquérito.

**QUADRO 10.3** Pessoas que são símbolos de Coimbra

Rainha Santa	22,2
Bissaya Barreto	18,0
Miguel Torga	17,3
Manuel Machado	16,2
Elísio de Moura	15,8
D. Dinis	13,0
Ins de Castro	8,6
Zeca Afonso	4,5
Outras	40,3

Fonte: Inquérito.

*Mapa de Localização* Os lugares em estudo e as vias de acesso consideradas.

*Fig.43* Carlos Fortuna e Paulo Peixoto. Dados estatísticos obtidos através de um inquérito relativo  representações de Coimbra. 2002 A S Velha e a Igreja de Santa Cruz como os lugares que melhor identificam Coimbra.

## Coimbra como Caso de Estudo Exemplificativo

Na sequência da metodologia geral desenvolvida no sub-capítulo anterior e considerando a necessidade da sua concretização, elegeu-se a cidade de Coimbra como caso de estudo exemplificativo, escolha movida por uma facilidade de acesso e um conhecimento prévio aprofundado do local. Tomando como um dos objectivos a demonstração da aplicabilidade generalizada deste método experimental de contornos abertos e flexíveis, considerámos pertinente desafiar primeiramente o espaço que nos é próximo, onde somos já naturalmente participantes activos deste sistema de relações que se desenvolve na presente cidade e não apenas testemunhas.

Se, por um lado, admitimos a possibilidade das imagens pré-concebidas e as nossas experiências pessoais poderem eventualmente comprometer a objectividade do estudo; consideramos que, por outro lado, esta opção traz vantagens derivadas do conhecimento a longo prazo do território e da sua evolução, permitindo uma maior sensibilidade a pequenas mudanças de dinâmicas de relação do sujeito com o espaço e uma maior facilidade aquando da definição dos parâmetros mais relevantes na caracterização da identidade da cidade. Para além do mais, consideramos que o pragmatismo dos parâmetros definidos permite uma salvaguarda da objectividade do estudo.

Quando confrontados com a primeira fase de análise, a identificação dos lugares e das arquitecturas de relação a mapear e, na impossibilidade de elaborar uma análise mais exaustiva que possibilitasse a formação de uma ideia mais completa da identidade da cidade de Coimbra, optámos por nos focar no mapeamento de três lugares geograficamente próximos, apontando assim a identidade de apenas uma parte da cidade mas proporcionando uma exemplificação da aplicação desta metodologia.

Os três lugares escolhidos para se proceder ao mapeamento da sua identidade têm uma natureza tipológica idêntica: são todos praças; embora cada um deles pertença a um arco temporal diferente e possua características e, portanto, identidades muito distintas, conferindo ao estudo maior representatividade da heterogeneidade dos vários lugares da cidade. Através da fixação de parâmetros de análise comuns é possível constatar estas diferenças e chegar a possíveis conclusões sobre os elementos por elas responsáveis. Assim, os três lugares tratam-se do Largo da Sé Velha [Fig.44], situado a meia encosta entre a Universidade e a Baixa da cidade; a Praça 8 de Maio [Fig.45], importante ponto de confluência das ruas da Baixa coimbrã fazendo também a articulação com as zonas à beira-rio; e a Praça da República [Fig.46], ponto de distribuição funcional da cidade que funciona na articulação das zonas antigas, Alta e Baixa, com zonas de densificação mais recente [Mapa de Localização].



ESCALA URBANA			
	Tipo de Elementos	Parâmetros a Considerar	Meios de Concretização
<b>OBJECTIVOS:</b> Compreender a inserção dos lugares em estudo no sistema funcional da cidade. Perceber as dinâmicas de distribuição de fluxos que são geradas e como é que estas se relacionam/alimentam os lugares em análise  <b>PEÇAS FINAIS:</b> Planimetrias a uma escala alargada.	DESENHO E MORFOLOGIA	Densidade	Análise da Cartografia
		Topografia	Análise da Cartografia.
	FLUXOS E MOVIMENTOS	Vias de circulação independentemente do tipo de tráfego.	Análise da Cartografia. (representadas na sua espessura real)
		Indicação das Estações de Comboio e Terminal Rodoviário.	Análise da Cartografia.
		Equipamentos de presença significativa nesta escala (hospitais, loja do cidadão, estádio, etc.)	Análise da Cartografia.

Fig.43 Filipe Jorge. O Largo da Sé Velha. 2002

Fig.43 A Praça 8 de Maio. 2016

Fig.43 Filipe Jorge. A Praça da República. 2002

Quadro 2 | Objectivos e parâmetros a considerar na Escala Urbana.



Tendo por base os inquéritos realizados por Fortuna e Peixoto (2002) [Fig.43] verifica-se que, dentro dos lugares escolhidos, se encontram dois dos monumentos vistos como dos mais representativos da cidade para além da Universidade. São estes a Sé Velha, no primeiro caso, e a Igreja de Santa Cruz na Praça 8 de Maio. Assumiremos preliminarmente que estes monumentos são, pela sua relevância, as arquitecturas de relação mais representativas de cada um destes lugares, sendo que se procurará posteriormente concluir sobre a validade destas premissas à luz do mapeamento realizado.<sup>24</sup> Já no caso da Praça da República, embora possamos considerar que existem, nas suas imediações, arquitecturas de relação de alguma representatividade, como a Associação Académica, o Jardim da Sereia ou o Teatro Gil Vicente nenhuma destas se afirma, à partida, como arquitectura de relação capaz de resumir a identidade deste espaço. Assim, neste caso em particular, prevemos a possibilidade de a arquitectura de relação estar no próprio desenho do espaço, coincidindo com o próprio lugar.

Avançamos agora para a definição das variáveis deste mapeamento de acordo com as especificidades deste caso de estudo: as escalas de análise a considerar e os parâmetros a ter em conta para cada uma das categorias de análise. É então proposto um desenvolvimento a três escalas genéricas: uma de enquadramento destes lugares no sistema funcional da cidade, a *Escala Urbana*; outra que terá como foco a zona onde estes se situam, caracterizando os respectivos contextos e acessos principais e averiguando a relação existente entre eles, a *Escala de Aproximação*; e, por fim, uma terceira escala desenvolvida ao nível de cada um dos lugares, a *Escala de Detalhe*, que terá por objectivo a comunicação dos elementos principais que constituem o carácter do lugar e que formam a identidade do lugar, através da forma como o sujeito com eles se relaciona (neste caso através do seu movimento). Enquanto que nas primeiras tomaremos os lugares como coordenadas para orientar a análise, nesta última servir-nos-emos das suas arquitecturas de relação para compreender a identidade do lugar.

Como referido anteriormente, os parâmetros a analisar em cada escala genérica organizam-se em duas categorias, *Desenho e Morfologia* e *Fluxos e Movimentos*.<sup>25</sup> Para garantir uma maior legibilidade dos mesmos, ao invés de se elaborar um único mapa para cada escala, optou-se por agrupar alguns parâmetros e de apresentar outros em separado consoante as escalas de representação mais adequadas para a comunicação de cada um; sendo que a análise destes será sempre feita de forma transversal, relacionando todos parâmetros incluídos. Assim, no início de cada parte deste mapeamento incluiremos um quadro que sintetiza estas opções tomadas, identificando as peças

<sup>24</sup> Admite-se desde já a possibilidade de se concluir que estas arquitecturas de relação consideradas à partida não correspondem àquelas que melhor representam a identidade do lugar onde se encontram. Nesse caso procurar-se-á averiguar se existe uma outra de importância mais significativa ou, se pelo contrário, se trata de um lugar ainda expectante por uma realização desse tipo.

<sup>25</sup> Ver páginas 113-115.

ESCALA DE APROXIMAÇÃO			
	Tipo de Elementos	Parâmetros a Considerar	Meios de Concretização
<b>OBJECTIVOS:</b> Compreender e caracterizar a envolvente próxima dos lugares de estudo. Perceber os diferentes contextos subjacentes à identidade de cada um e averiguar uma eventual relação entre eles.	DESENHO E MORFOLOGIA	Funções dos edifícios localizados nos lugares de estudo e nas suas principais vias de acesso.	Levantamento feito no local ao nível do piso térreo e do primeiro piso. Distinção entre: habitação, comércio, restauração, hotéis, serviços e edifícios devolutos/sem ocupação.
		Caracterização das vias principais de acesso aos lugares	Elaboração de cortes transversais representativos.
<b>PEÇAS FINAIS:</b> Planimetrias analíticas de forma a enquadrar os lugares na estrutura urbana envolvente. Cortes transversais dos principais acessos. Registos fotográficos para justificar algumas questões abordadas.	FLUXOS E MOVIMENTOS	Vias de circulação segundo a intensidade e o tipo de tráfego.	Análise da Cartografia. Observações no local.
		Identificação de linhas e paragens de transporte público	Análise do mapa de transportes públicos. Levantamento
		Identificação de Barreiras que inibam movimentos dos sujeitos dentro da zona de análise.	Observações no terreno, levantamentos e registo fotográfico.

Quadro 3 | Objectivos e parâmetros a considerar na Escala de Aproximação.

produzidas dentro de cada escala genérica, as suas escalas e os parâmetros representados.

Relativamente aos parâmetros a considerar na *Escala Urbana [Quadro 2]*, dentro da primeira categoria, *Desenho e Morfologia*, analisamos a densidade urbana e a topografia; já na segunda, *Fluxos e Movimentos* propomos, como forma de retratar o deslocamento dos sujeitos pelo território, a identificação da rede de vias que servem a cidade; assinalando os equipamentos que incitam estes movimentos e trocas (com importância relevante a esta escala, como o Hospital, a Loja do Cidadão, o Estádio, etc.) e as estações de comboios e da estação rodoviária, pontos importantes de entrada e saída dos sujeitos na cidade.

Na *Escala de Aproximação [Quadro 3]* tomaremos como parâmetros da categoria de *Desenho e Morfologia* o levantamento das funções ao nível do piso térreo e do primeiro piso dos edifícios presentes nos lugares de análise, e em algumas das vias que lhes dão acesso que identificámos anteriormente [*Mapa de Localização*].<sup>26</sup> Referimo-nos à Rua Borges Carneiro e à Rua do Quebra Costas no caso do Largo da Sé Velha; ao Largo da Portagem, Rua Ferreira Borges e Rua Visconde da Luz relativamente à Praça 8 de Maio; e à Avenida Sá da Bandeira no que respeita à Praça da República. Ainda nesta categoria, como forma de caracterização da morfologia e da escala destas vias, propomos ainda a elaboração de cortes transversais comparativos. Ao nível dos parâmetros da categoria de *Fluxos e Movimentos*, iremos identificar o tipo de tráfego de cada via, automóvel ou pedonal, e a intensidade do mesmo; assinalando ainda as linhas de transporte público da zona e as respectivas paragens, assim como algumas barreiras físicas ou psicológicas que condicionem o movimento do sujeito no espaço.

Por fim, à *Escala de Detalhe [Quadro 4]*, avançamos como parâmetros da categoria de *Desenho e Morfologia* o levantamento dos espaços interiores penetráveis e impenetráveis ao sujeito: os espaços de acesso público confinantes do lugar serão representados pelos seus limites enquanto que os espaços de acesso restrito (privados) a cheio. Já dentro da categoria de *Fluxos e Movimentos*, como forma de caracterizar a relação que os sujeitos têm com o lugar, efectuaremos a distinção entre os espaços de passagem e os espaços de estar formais (bancos, esplanadas, etc.) e informais (degraus, plataformas, etc.), e ainda serão assinalados os lugares de estacionamento e os pontos de vista mais praticados pelo sujeito para conseguirem uma leitura do lugar. Todos estes elementos serão levantados recorrendo a observações no local, suportadas por um registo fotográfico.

<sup>26</sup> Estas funções apesar de não se encontrarem no lugar de análise alimentam-se das dinâmicas por ele geradas sendo por isso um dado importante para caracterizar a aproximação a este.

ESCALA DE DETALHE			
	Tipo de Elementos	Parâmetros a Considerar	Meios de Concretização
<p>OBJECTIVOS:</p> <p>Caracterização de cada um dos lugares de estudo.</p> <p>Compreensão da forma como o sujeito interage com o lugar através da sua(s) arquitectura(s) de relação.</p> <p>PEÇAS FINAIS:</p> <p>Planimetria analítica: conjugando parâmetros das duas primeiras categorias.</p> <p>Descrição de um percurso suportada por um registo fotográfico.</p>	DESENHO E MORFOLOGIA	Distinção entre espaços penetráveis e Espaços de acesso restrito.	Levantamento no local. Planimetria (representando os espaços penetráveis pelos seus limites e os restritos a cheio).
		Sinalização das zonas de estacionamento.	Levantamento no local.
	FLUXOS E MOVIMENTOS	Identificação das zonas de passagem e dos espaços de estar formais e informais	Observações, levantamentos e registo fotográfico.
		Identificação dos pontos de vista mais praticados por quem usa o espaço para a apreensão do lugar.	Observações, levantamentos e registo fotográfico.
DESCRIBÇÃO DO PERCURSO	Descrição de um percurso atentando na percepção que o sujeito, enquanto narrador-observador, tem dos elementos morfológicos que compõem o lugar e das dinâmicas que nele se desenvolvem.	Esquema de identificação do percurso. Descrição pormenorizada suportada por registos fotográficos.	

Quadro 4 | Objectivos e parâmetros a considerar na Escala de Detalhe.

Também a esta escala, numa segunda abordagem, considerou-se pertinente incluir uma aproximação ao ponto de vista do sujeito através do seu movimento. Assim, adoptando uma estratégia semelhante à de Cullen, propomos a descrição de um percurso segundo uma “visão serial”<sup>27</sup> (1988, p.19), registando as percepções dos elementos morfológicos do lugar e as dinâmicas geradas pelo relacionamento de outros sujeitos (o que fazem, para onde olham, por onde seguem, etc.) pretendendo, através do cruzamento destas observações chegar à identidade singular do lugar, fruto desta relação entre o sujeito e o espaço.

Esta descrição do percurso como forma de transmitir a realidade do lugar tal como ela é vista pelo sujeito, será feita adoptando o papel de narrador-observador, atento ao lugar que o rodeia e procurando comunicar uma visão objectiva do mesmo.<sup>28</sup> Assim, serão previamente identificados percursos em cada um destes lugares, tomando como critério de escolha a intensidade do uso dos mesmos e ainda, caso se aplique, a continuidade destes com aqueles praticado nos restantes lugares em estudo, permitindo simultaneamente a perspectiva de quem se movimenta entre eles. De seguida, proceder-se-á a uma apresentação da sua descrição dividida por alguns momentos captados, a par com um registo fotográfico ilustrativo dos mesmos. Posteriormente, a informação que reunida será analisada juntamente com o mapa resultante dos restantes parâmetros levantados a esta escala, sempre com o objectivo de apontar através de um cruzamento de dados e abordagens a identidade desse lugar.

A partir deste mapeamento espera-se conseguir transmitir uma esboço da identidade múltipla e heterogénea desta parte da cidade de Coimbra, almejando justificar através dele a pertinência de uma análise futura a outras coordenadas desta cidade como forma de completar e evoluir sobre o presente estudo. Pretende-se igualmente aferir a utilidade desta ferramenta experimental para a prática de projecto urbano, permitindo a transmissão de um conhecimento mais concreto dos lugares e das suas arquitecturas de relação mais representativas.

No capítulo que se segue passaremos à referida apresentação do mapeamento proposto. Os elementos gráficos apresentados que acompanham o corpo de texto, são também compilados em anexo, recorrendo-se, nestes últimos, ao uso de vegetal para permitir paralelamente uma leitura individuada e cruzada de alguns elementos. Será também incluído em anexo um mapa onde serão localizados todos os locais que vão sendo referidos ao longo do texto.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> Ver páginas 103-105.

<sup>28</sup> Caso ainda subsistam traços de alguma subjectividade por parte do narrador, a observação das dinâmicas dos restantes sujeitos poderão funcionar como elemento de controlo que permita garantir a objectividade do conteúdo vinculado.

<sup>29</sup> Ao longo do corpo do texto serão atribuídos números a cada um destes locais que remetem para este Mapa de Contextualização colocado em Anexo, página ii.



*Fig.47* Fotografia Alvão. *Vista do Largo da Sé Velha*. circa 1905-1915.

A Sé Velha como elemento que dá origem a este espaço.

Perspectiva do Largo da Sé Velha após as obras conduzidas pelos Monumentos Nacionais.

## 4. COIMBRA: MAPEAMENTO IDENTITÁRIO A PARTIR DE TRÊS PRAÇAS

Coimbra é hoje, de acordo com Fortuna e Peixoto, uma cidade de importância secundária marcada por uma imagem de estagnação instigada pela ausência de representações mais recentes da cidade (2002, pp.43-46). O mapeamento que propomos neste capítulo decorre de toda construção teórica apresentada, onde se suporta uma ideia de cidade como um rizoma de relações materiais e imateriais, e da sua identidade heterogénea como sendo construída pela singularidades da identidade dos lugares que a compõem, nascidos da relação entre o sujeito e o espaço. Este mapeamento tem por objectivo específico promover o reconhecimento da identidade presente de parte da cidade de Coimbra, tomando três lugares - as praças referidas no sub-capítulo anterior - e as suas respectivas arquiteturas de relação, como coordenadas desta análise. Com vista a melhor contextualizar estes lugares, considerou-se necessária uma referência sumária às suas origens, apontando algumas das suas características principais.

Situado a meio da encosta que forma a Alta coimbrã - núcleo antigo da cidade que se estendia desde o paço, no topo da colina (actual Universidade) até às margens do Mondego - o Largo da Sé constitui uma interrupção pontual da malha “densa, sinuosa e complexa, predominantemente habitacional” que caracteriza esta zona (Bandeirinha, 2003, p.16). Resultado das obras de desafogo do adro da Sé românica<sup>1</sup> levadas a cabo aquando das intervenções manuelinas em 1498 (Rossa, 2000, p.28), este espaço é ponto de passagem habitual para quem atravessa a colina. Sendo a Sé a permanência no tecido urbano à qual se deve a abertura deste largo [Fig.47], esta será preliminarmente assumida como a possível arquitectura de relação que sintetiza a identidade deste lugar.

Nascida à sombra do Mosteiro de Santa Cruz, a Praça 8 de Maio, antiga Praça de Sansão, permitia a articulação entre os terrenos deste mosteiro com a Alta e a Baixa da cidade que se desenvolviam respectivamente no seu lado nascente e poente. Fundado em 1131, o Mosteiro de Santa Cruz era um elemento propulsor do desenvolvimento da cidade sendo considerado por Mattoso como o “centro cultural mais original e mais pujante do princípio da nacionalidade” (1993, p.262). A antiga praça, como referido por Bandeirinha, “foi a primeira frente pública do complexo edificado, para

<sup>1</sup> Que data dos finais do século XII (Rossa, 2000, p.28).

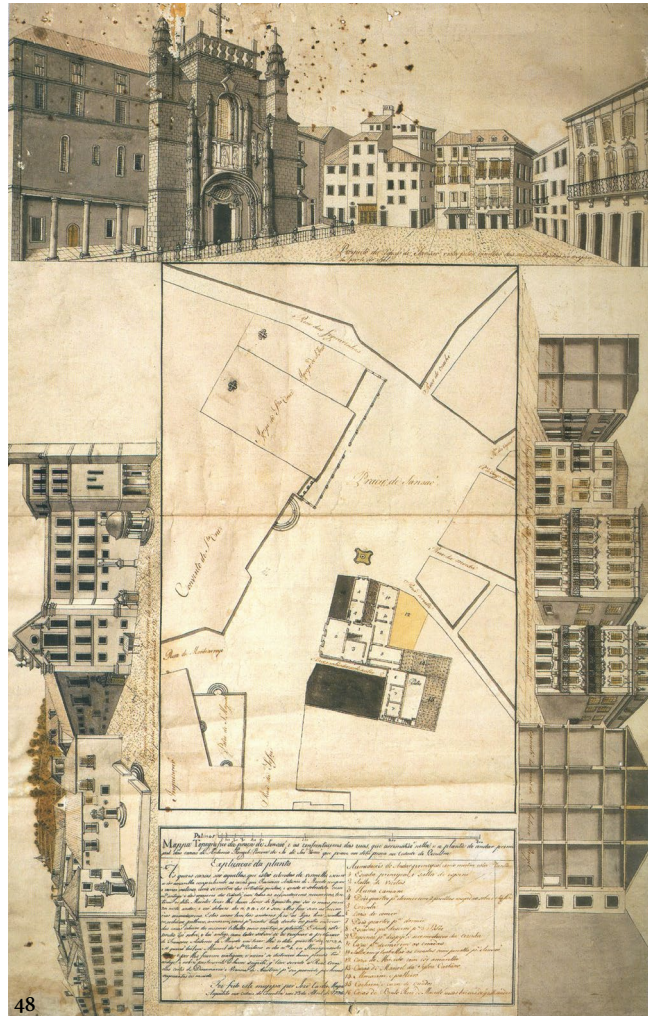


Fig.48 José Carlos Magne. *Mappa Topografico da praça de Sansão e as confrontações das ruas, que arrematão nella.* 1796.

Fig.49 Fernando Távora. *Esquiço da Praça 8 de Maio.* Sem data.

“Ruptura? Não. Apenas a reposição cuidadosa de mais uma verdade que andou temporariamente esquecida. [...] o único caminho possível para a reposição da ordem espacial era o da integração [...]. Para isso procurou inteligentemente o centro e compôs todo o sistema a partir dele.” (Bandeirinha, 2006, p.151).



onde se ofereciam os frontispícios quer da igreja, quer do mosteiro” (2006, p.146), elementos que, embora com novas funções, caracterizam ainda o lado nascente da praça.<sup>2</sup>

Durante a mesma reforma manuelina responsável pelo desafogo do adro da Sé Velha, foram feitas várias operações de pavimentação e regularização do traçado da Rua da Calçada (actual Rua Ferreira Borges [5]<sup>3</sup>), criando uma ligação directa ao rio, reforçada pelas intervenções de regularização das margens e pela reconstrução da ponte medieval (Rossa, 2000, p.28). Estando a cidade impedida de crescer para nascente pela cerca do mosteiro, este lugar era um ponto de articulação central, um “elemento catalisador do tecido urbano que se expande para poente” (Bandeirinha, 2006, p.146), sendo ainda hoje considerado por Rossa como “um dos mais importantes pólos de centralidade da cidade” (2001, p.6).

O desenho actual da praça, da autoria de Távora [Fig.49], resultou de uma operação de requalificação desenvolvida entre 1992 e 1997 que tinha como objectivo resolver o problema da diferença de cotas entre o piso da igreja e o da praça,<sup>4</sup> e ainda reforçar a ligação existente à Av. Fernão de Magalhães (Bandeirinha, 2006, p.150). Em resposta, o arquitecto optou por rebaixar a cota da praça colocando-a ao nível da igreja, justificando que:

“[Com este gesto]reconstitui-se não apenas o valor do seu espaço inicial bem como a leitura da Igreja de Santa Cruz referenciada às ruas Direitas, da Moeda, da Louça e do Corvo que aí afluíam frontalmente à fachada do monumento.”

(Távora *apud* Bandeirinha, 2012, p.400)

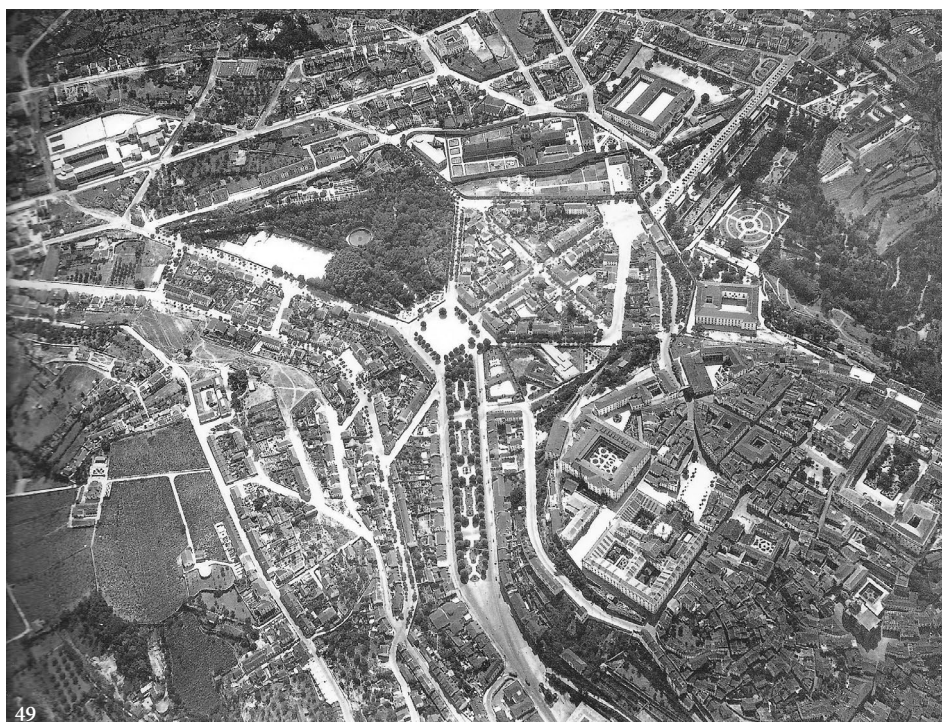
Visto ter sido objectivo desta intervenção a valorização da Igreja de Santa Cruz enquanto elemento dominante da praça, esta será considerada, à partida, como a arquitectura de relação mais representativa deste lugar, podendo esta premissa ser posteriormente revista de acordo com a análise desenvolvida.

O espaço que hoje conhecemos por Praça da República surge no século XIX, na sequência da extinção das ordens religiosas. Os terrenos anteriormente afectos ao Mosteiro de Santa Cruz são comprados pela Câmara Municipal e utilizados para construir novos arruamentos de traçado

<sup>2</sup> A igreja aqui referida trata-se da igreja paroquial de S.João Batista, actual Café de Santa Cruz, identificado no *Mapa de Contextualização* com o número 31. Ver Anexo, página ii.

<sup>3</sup> Os números que vão sendo apresentados ao longo do texto remetem para o *Mapa de Contextualização* incluído em Anexo. Ver página ii.

<sup>4</sup> Desnívelamento que surgiu devido a sucessivas operações de aterro deste espaço público como forma de defesa das cheias do Mondego (Bandeirinha, 2006, p.146).



ESCALA URBANA		
	<i>Densidade e Morfologia</i>	<i>Fluxos e Movimentos</i>
<b>Mapa 1</b> <i>Densidade e Topografia</i> Escala 1/16 000	Topografia (representação das curvas de nível de 5 em 5 metros)	Equipamentos de dinâmicas relevantes
	Densidade	Estação de comboios e terminal rodoviário
<b>Mapa 2</b> <i>Vias que servem a cidade</i> Escala 1/16 000	Densidade	Vias
		Equipamentos relevantes
		Estação de comboios e terminal rodoviário

Fig.49 Arquivo FAP. A área central da cidade. A Praça da República e a Avenida Sá da Bandeira (ao centro). 1930.

Quadro 5 | Escala Urbana Os parâmetros analisados em cada um dos mapas.

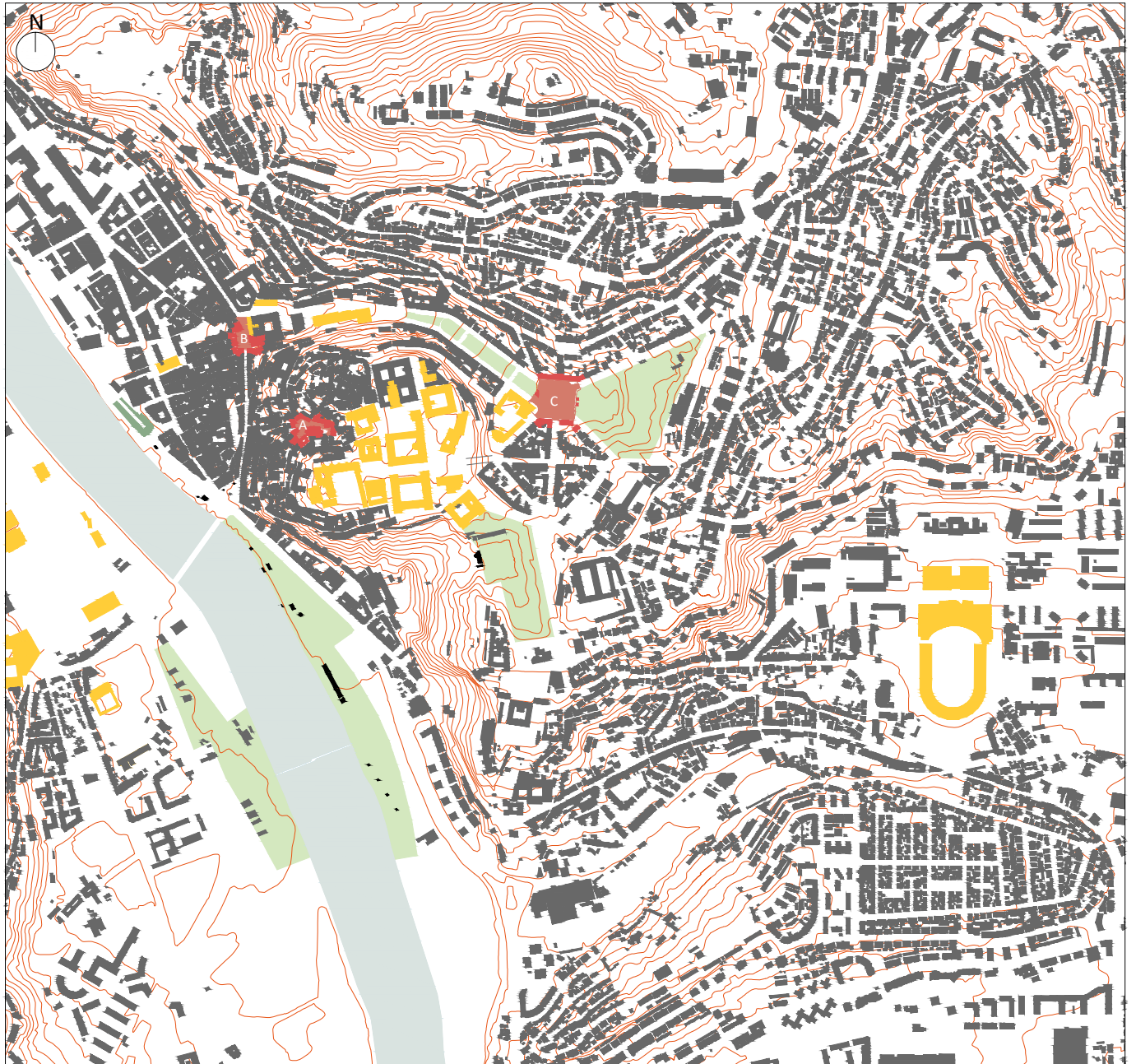
conforme os preceitos da época, “ao modo de *boulevard* parisiense” (Rossa, 2000, p.30), permitindo assim a expansão da cidade para nascente. A Praça de D. Luís, mais tarde Praça da República, é pensada enquanto remate para a recém criada Av. Sá da Bandeira [Fig.50], “ligação viária principal entre a baixa e os novos bairros da cidade alta e extramuros”, (Rossa, 2000, p.30), sendo esta caracterizada pelas suas dimensões generosas, bem como pelas suas “regras de desenho e remates bem definidos” (Cardielos, 2000, p.43). Apesar de existirem alguns elementos que podem ser considerados como possíveis arquitecturas de relação representativas deste lugar - referimo-nos ao Teatro Gil Vicente [18], ao Jardim da Sereia [33] ou mesmo à Associação Académica [17] - neste caso em particular, tal como já havia sido referido, tomaremos o próprio desenho da praça como hipótese da arquitectura de relação mais representativa deste lugar.

### **Integração no Rizoma da Cidade: *Escala Urbana***

Na perspectiva de compreender a relação que os lugares em estudo têm com um contexto mais alargado da cidade, optou-se pela elaboração de dois mapas a esta escala [Quadro 5]. No primeiro [Mapa 1], cruza-se a densidade e topografia, parâmetros da categoria de *Desenho e Morfologia*, com a identificação de equipamentos que incitem à deslocação do sujeito e das estações de comboio, que funcionam como ponto de chegada à cidade. Já no segundo [Mapa 2], procura-se aprofundar as dinâmicas que se desenvolvem externamente às zonas onde se encontram estes lugares, através do relacionamento do sistema viário com a densidade do edificado, sendo de novo assinalados os equipamentos e as estações.





Ao recorrermos à representação da rede viária no *Mapa 2*, procuramos explorar a importância do movimento do sujeito a esta escala. Tal como referido anteriormente, é por meio das vias que irrigam a malha urbana que se garante uma maior facilidade de acesso dos sujeitos a um determinado espaço, e portanto, uma maior probabilidade de relacionamento com eles, reforçando e actualizando a sua identidade. Ademais, se muitos sujeitos, incentivados por esta facilidade de acesso, se relacionarem com um determinado conjunto de lugares eles tornam-se elo de ligação entre as suas identidades à partida desconexas, construindo uma identidade plural e uma: a identidade da cidade.

Numa primeira fase, procura-se na análise a esta escala uma breve leitura da morfologia do núcleo urbano da cidade de Coimbra e das várias zonas que o compõem, para que, num segundo momento, seja feita o enquadramento de cada lugar em relação às zonas com influência mais directa nas suas dinâmicas.





Escala 1/16 000

**Desenho e Morfologia**

-  Edificado
-  Parques e Jardins
-  Lugares de Estudo
-  Curvas de Nível a cada 5m

**Fluxos e Movimentos**

-  Equipamentos Relevantes
-  Estações

- A. Largo da Sé Velha
- B. Praça 8 de Maio
- C. Praça da República

*Mapa 1 | Escala Urbana Densidade e Topografia.*

No mapa que se inclui em Anexo recorre-se à separação da densidade da topografia através do uso do vegetal, por forma a permitir uma leitura mais clara da relação existente entre eles. Ver página iv

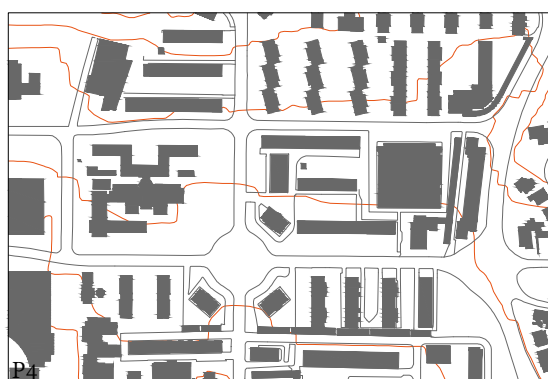
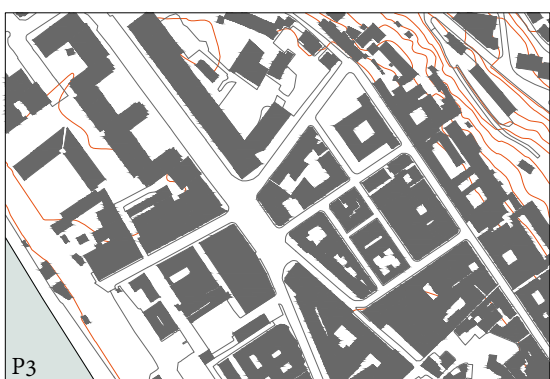
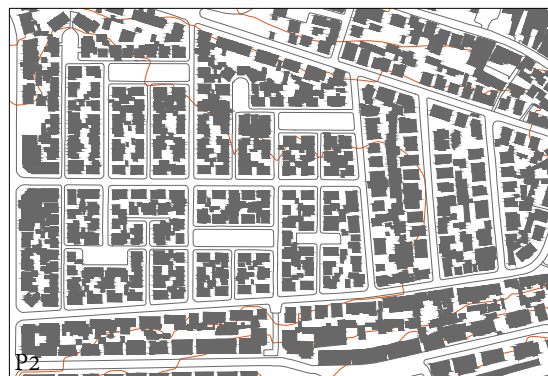
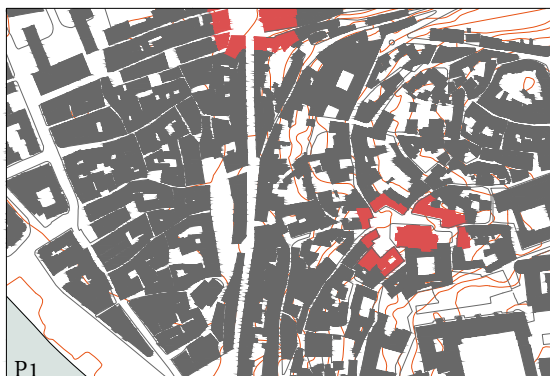
Pela análise do [Mapa 1], verificamos que Coimbra não se desenvolve de forma uniforme em torno de um único centro, sendo antes composta por uma justaposição de zonas com diferentes densidades, desenhos e direccionalidades de edificado. Com a sobreposição da topografia é possível compreender muitas das opções de traçado que conduzem à configuração fragmentada da cidade, advêm, em grande parte, do declive acentuado desta cidade.

Com a análise do [Mapa 2] compreendemos que estas várias zonas são geralmente delineadas por vias de maior largura que conduzem os fluxos externos ao interior de cada uma delas. Constatando-se que a topografia é muitas vezes responsável pela separação destas zonas, esta coloca-se também como obstáculo ao traçado de vias a unir alguns pontos da cidade. Assim, para além de isoladas pela topografia, algumas estão desligadas, em certas direcções, do sistema viário que alimenta a cidade, sendo este um factor que promove o desenvolvimento de dinâmicas internas independentes do resto da cidade.

Pelo cruzamento da informação do Mapa 1 e do Mapa 2 concluímos que tanto o edificado como as vias se desenvolvem ao longo das curvas de nível. Já em zonas mais planas, de data mais recente, maioritariamente situadas a norte e nascente do núcleo antigo da cidade (resultado de um aumento exponencial da densidade populacional no século XX), são ensaiados vários tipos traçados, não sendo possível encontrar uma coerência entre elas. Cada zona parece ter os seus princípios autónomos, resultados de uma série de experiências de planeamento urbano.

Para ilustrar esta questão, considerámos pertinente a elaboração de uma comparação onde se apresentam, a uma escala mais aproximada, fragmentos descontextualizados do primeiro mapa, a fim de evidenciar os desenhos contrastantes que é possível encontrar pela cidade.<sup>5</sup> Assim, no Mapa 1.1, a par com a zona mais antiga da cidade [P1] com uma densidade bastante elevada, são apresentados outros fragmentos da cidade com diferentes traçados correspondentes ao século XIX e XX. Verifica-se que ora afirma-se uma lógica de desenvolvimento em sentido horizontal, ao longo das vias que deduzimos serem de traçado anterior aos edifícios [P5]; ora se encontra uma lógica de disposição de uma série de edifícios independentes em quarteirões [P4]. Estes, por sua vez, diferem em dimensão e densidade dos edifícios da Av. Fernão de Magalhães, a poente da zona antiga da cidade [P3]. A sinuosidade das vias que encontramos em P1 e P5, determinada pela topografia, contrasta com a regularidade do traçado de zonas planas como P4 e P6, na primeira com uma construção em altura de edifícios de habitação colectiva soltos do solo, na segunda com um traçado regrado, maioritariamente

<sup>5</sup> A localização destes fragmentos na estrutura urbana é feita em Anexo no Mapa de Contextualização 2, página iii.



Escala 1/8 000

**Mapa 1.1 | Escala Urbana** Estudo Comparativo de Densidades e Tipos de Malhas Urbanas.

**P1** Zona Alta e da Baixa - casco antigo da cidade, zona densa de ruas sinuosas.

**P2** Zona do Bairro Norton de Matos - quarteirões regulares e densos permeados por ruas perpendiculares.

**P3** Zona da Av. Fernão de Magalhães - edifícios de grande escala.

**P4** Zona da Solum - edifícios dispostos livremente sobre o solo, baixa densidade de construção.

**P5** Zona de Montes Claros - edifícios ao longo das vias, direcção predominantemente horizontal.

**P6** Zona da Dias da Silva - quarteirões rectangulares de ocupação dispersa, direcção predominantemente vertical.

A localização destes detalhes na malha urbana é feita em Anexo, no *Mapa de Contextualização 2*. Ver página iii.



composto por tipologias unifamiliares de dimensões modestas. Em todo o caso, apesar das claras diferenças do traçado destes fragmentos, esta multiplicidade deve ser reconhecida como parte do carácter morfológico desta cidade, verificando-se que, quando inseridos no contexto alargado da cidade, estas diferenças são atenuadas por meio de uma rede viária que as unifica [Mapa 1 e 2].

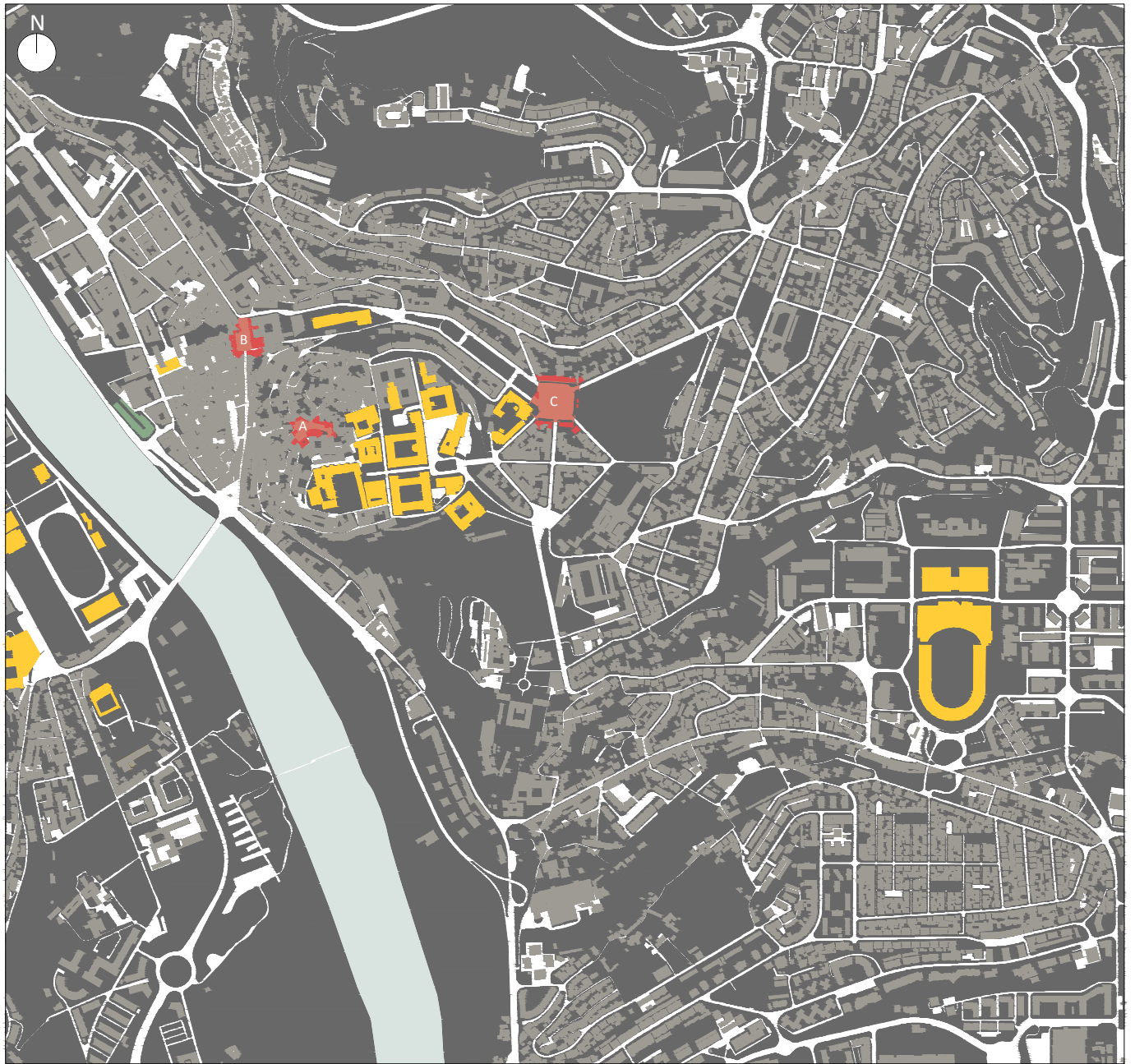
Feitas as primeiras considerações sobre a morfologia geral da cidade e sobre a forma como o seu sistema de circulação permeia a sua malha, podemos agora avançar para uma leitura mais focada nos lugares em estudo, referindo-nos às zonas onde eles se encontram e às relações que estas traçam com outras.

Apesar da sua relativa proximidade, cada um destes lugares encontra-se numa zona diferente com características específicas determinantes para a forma como o sujeito chega e se relaciona com estes espaços. O *Largo da Sé Velha [A]* encontra-se embebido no tecido da Alta, funcionando como ponto central de uma zona fechada sobre si mesma [Mapa 1 e 2]. É desde logo notório o contraste de escalas e de densidades que existe entre os edifícios afectos à Universidade, situados no topo da colina, e o restante tecido que se desenvolve na encosta; diferença esta que se reflecte também no sistema viário que serve zona [Mapa 2]: as suas ruas estreitas, sinuosas e inclinadas, distinguem-se facilmente das restantes, sendo perceptível que esta é uma zona de difícil acesso com um tráfego condicionado.

Este largo é o espaço público de maiores dimensões que encontramos no interior da malha da Alta, sendo por isso, por um lado, ponto de referência para quem se desloca dentro desta zona e ainda ponto de passagem obrigatória para quem, vindo de outras zonas, procura atravessar esta colina. No entanto, a inexistência de equipamentos com dinâmicas relevantes no meio desta malha é mais um factor que, aliado às dificuldades de acesso, contribuí para o seu isolamento em relação ao contexto envolvente: não tendo o sujeito um interesse directo nesta zona, é provável que ele opte por não entrar nela.

Numa outra lógica, a *Praça 8 de Maio [B]* é um ponto de articulação entre diferentes zonas [Mapa 1]: para além de conectar a sul as duas zonas mais antigas da cidade - a Baixa e a Alta - promove a noroeste uma ligação com a zona da Av. Fernão de Magalhães [9] (criada no séc.XX como um dos pontos de entrada na cidade) e com a Rua da Sofia [8],<sup>6</sup> fazendo ainda, a nordeste, a articulação com o vale onde se desenvolve a Av. Sá da Bandeira [11]. Estas articulações são feitas a dois níveis: conjugando as diferentes morfologias e tipos de traçado, assim como as escalas de cada uma destas zonas, distribuindo fluxos entre elas. Dada esta sua localização entre zonas, podemos considerar

<sup>6</sup> Rua construída no século XVI para a instalação dos edifícios afecto à Universidade. É ainda hoje caracterizada pela permanência de vários dos seus colégios.



Escala 1/16 000

**Desenho e Morfologia**

- Edificado
- Quarteirões Ocupados
- Lugares em Estudo

**Fluxos e Movimentos**

- Vias
- Equipamentos Relevantes
- Estações

- A. Largo da Sé Velha
- B. Praça 8 de Maio
- C. Praça da República

**Mapa 2 | Escala Urbana** *Vias que servem a cidade permitindo o deslocamento dos sujeitos.*

No mapa que se incluí em Anexo recorre-se à separação das vias e da densidade através do uso do vegetal, por forma a permitir uma melhor compreensão da forma como estas servem as várias zonas da cidade. Ver página v



que este é, à partida, um lugar acessível a quem chega de outras partes da cidade [Mapa 2], uma vez que, ao contrário do que acontece no primeiro lugar apresentado, aqui não é necessário penetrar no interior de uma zona densa para o alcançar. Para além disto, esta praça possui nos seus limites um equipamento de relevo: a Câmara Municipal [21]; sendo que nas suas imediações se contam outros três: a Loja do Cidadão [22] a poente, a Polícia [20] a norte e o Mercado Pedro V [19] a nascente, havendo por isso uma proximidade às necessidades quotidianas dos sujeitos que frequentam estes espaços, o que conduz a uma prática regular dos mesmos.

Por fim, a *Praça da República* [C], facilmente reconhecida pela sua dimensão, é também ela ponto de articulação de diferentes zonas e contextos mas a uma outra escala: para aqui confluem fluxos vindos das várias zonas da cidade [Mapa 2], unindo as partes mais antigas da cidade, a poente, com as zonas de urbanização mais recente a norte e nascente.<sup>7</sup> Uma vez mais por causa da topografia do território que converge para este vale [Mapa 1], este nó, ponto de progressão intermédia, é passagem para quem procura um atravessamento directo da cidade no sentido nascente/poente, em alternativa às circulares externas e internas.

Apesar de nas suas imediações existirem três equipamentos de relevo (a Universidade [14], o Teatro Gil Vicente [18] ou a Associação Académica [17]), a que nos iremos referir na escala de análise seguinte, onde abordaremos as suas dinâmicas internas, a esta escala evidencia-se que este lugar beneficia em grande parte das dinâmicas que desenvolvem entre as várias zonas da cidade. Com uma localização estratégica na malha urbana, são para aqui canalizados muitos dos fluxos de quem procura uma forma de atravessamento directo da cidade, sendo que a presença de equipamentos dispersos pela malha urbana reforça este tipo de deslocações.

<sup>7</sup> Dentro do núcleo principal da cidade, apenas as zonas a sul da Solum ou do localizadas na outra margem do Mondego é que possuem uma outra alternativa ao atravessamento da cidade neste sentido (nascente/poente), não tendo necessariamente de passar por este ponto.

<b>ESCALA DE APROXIMAÇÃO</b>		
	<i>Densidade e Morfologia</i>	<i>Fluxos e Movimentos</i>
<b>Mapa 3</b> <i>Funções, barreiras e paragens de autocarro</i> Escala 1/4 000	Funções ao nível do piso térreo e do primeiro piso dos edifícios nos acessos principais	
<b>Mapa 4</b> <i>Cortes transversais pelos principais acessos aos lugares.</i> Escala 1/500	Representação exemplificativa das características gerais dos edifícios limítrofes.	Representação comparativa da escala das vias.
<b>Mapa 5</b> <i>Tráfego</i> Escala 1/8 000	Densidade	Vias (identificadas segundo o tipo de tráfego e a intensidade)
		Pontos de distribuição de tráfego
<b>Mapa 6</b> <i>Transportes públicos</i> Escala 1/8 000	Densidade	Linhas de Transporte Público
		Paragens de autocarros
		Barreiras físicas e psicológicas inibidoras do movimento do sujeito.

Quadro 6 | *Escala de Aproximação* Os parâmetros analisados em cada mapa.

## Relação entre os Lugares: *Escala de Aproximação*

Com o objectivo de compreender a envolvente próxima dos três lugares em estudo e a traçar uma aproximação às dinâmicas internas das zonas onde estes se encontram, propõe-se, a esta escala, a elaboração de quatro mapas com escalas de representação distintas, tal como indicado no *Quadro 6*. A análise será novamente feita através do cruzamento de toda a informação recolhida e ainda, tendo em conta as considerações feitas à *Escala Urbana*.

Assim, no primeiro mapa [*Mapa 3*] à escala de representação 1/4 000, são levantadas as funções dos edifícios presentes nestes lugares e daqueles que se encontram nas vias de acesso que nos propusemos a analisar anteriormente,<sup>8</sup> tanto ao nível do piso térreo como, ao nível do primeiro piso (estas últimas apresentadas em anexo). A escolha desta escala de representação foi feita de forma a permitir uma identificação clara das funções afectas a cada um dos edifícios, tendo sido necessário, aquando da sua inclusão a par com o corpo de texto, dividi-lo em dois: um mostrando as funções do Largo da Sé Velha e da Praça 8 de Maio, e respectivas vias de acesso [*Mapa 3.1*]; e outro afecto à Praça da República e Av. Sá da Bandeira [*Mapa 3.2*].

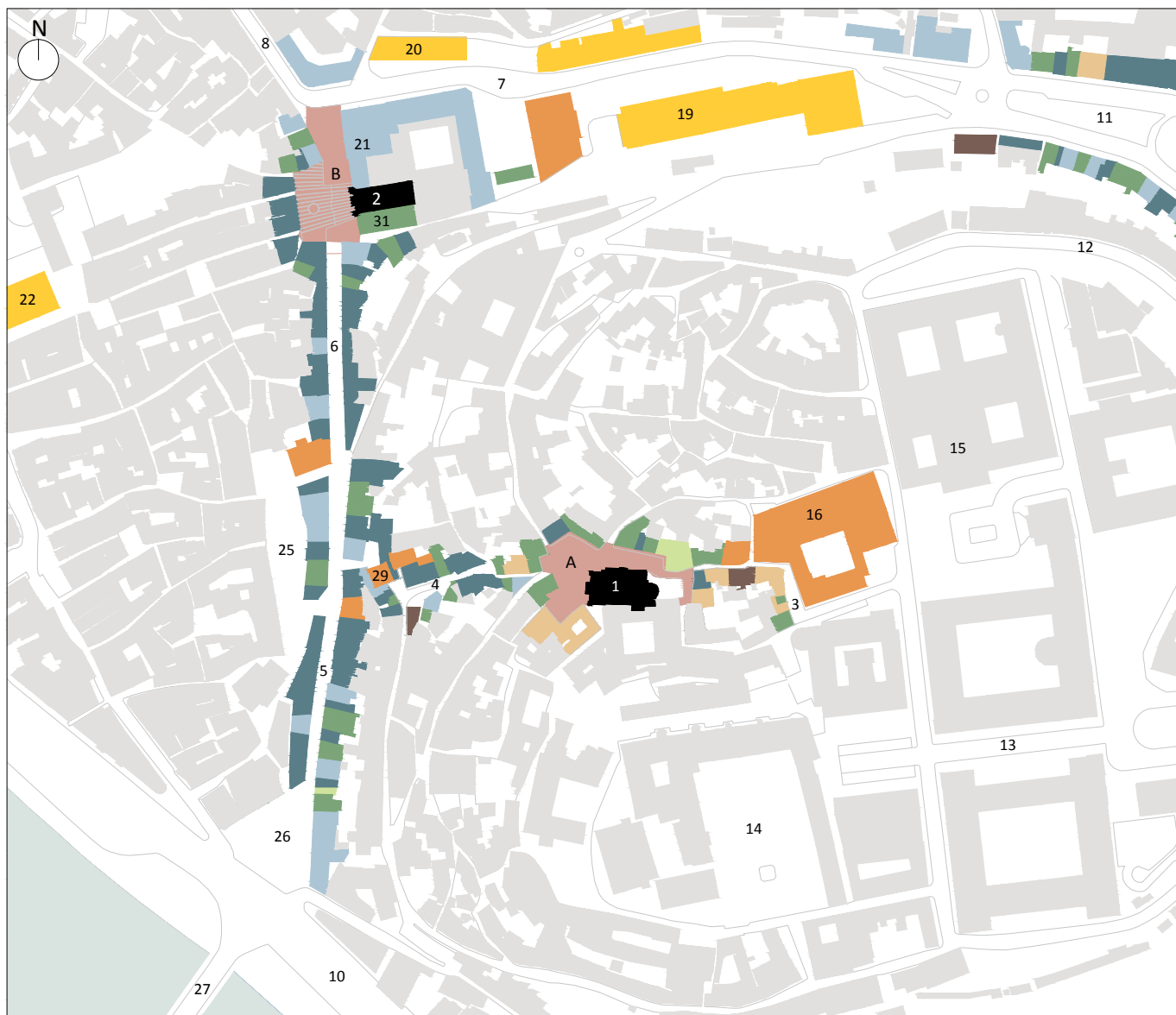
No *Mapa 4* são apresentados, à escala 1/500, um conjunto de cortes transversais das vias de acesso consideradas, permitindo uma comparação das suas morfologias e das suas escalas. O terceiro e o quarto mapa [*Mapa 5 e 6*], ambos à escala 1/8 000, focam-se na análise dos movimentos do sujeito nesta área, recorrendo para tal à classificação das vias consoante o tipo de tráfego, assinalando os pontos principais de distribuição destes fluxos [*Mapa 5*] e levantando as linhas de transporte público e das suas paragens a par com a identificação das barreiras inibidoras do movimento do sujeito<sup>9</sup> [*Mapa 6*].

Começando pelas duas vias escolhidas que dão acesso ao Largo da Sé Velha [*A*], que se desenvolvem no sentido nascente/poente; optou-se por realizar uma análise tripartida, abordando primeiramente a Rua Borges Carneiro [*3*], depois o largo propriamente dito e, por fim, a Rua do Quebra Costas [*6*].

Através da análise do *Mapa 3.1* verifica-se que *Rua Borges Carneiro* é composta, no lado sul, por edifícios de função habitacional, ocasionalmente degradados ou sem ocupação; o que contrasta com a ocupação do lado norte da rua, onde a metade nascente é ocupada por um equipamento cultural: o Museu Machado de Castro [*16*]; e a segunda metade, mais próxima do largo, por restauração ao

<sup>8</sup> Ver página 125.










<sup>9</sup> Referimo-nos por exemplo a um declive acentuado, uma via de difícil atravessamento, edifícios degradados, etc.



Escala 1/4 000

### Desenho e Morfologia

Funções ao nível do piso térreo:

	Equipamentos		Hotelaria		Serviços
	Habitação		Equipamentos Culturais		Restauração
	Sem Ocupação / Devolutos		Possíveis Arquitecturas de Relação		Comércio

**Lugares em Estudo:** A. Largo da Sé Velha | B. Praça 8 de Maio | C. Praça da República  
**Possíveis Arquitecturas de Relação:** 1. Sé Velha | 2. Igreja de Santa Cruz  
**Ruas Mencionadas:** 3. Rua Borges Carneiro | 4. Rua do Quebra Costas | 5. Rua Ferreira Borges | 6. Rua Visconde da Luz | 7. Rua Olímpio Nicolau | 8. Rua da Sofia | 9. Av. Fernão Magalhães | 10. Av. Emídio Navarro | 11. Av. Sá da Bandeira | 12. Rua Padre António Vieira | 13. Rua Larga  
**Equipamentos:** 14. Pátio das Escolas (Universidade) | 15. Sé Nova | 16. Museu Machado de Castro | 17. Associação Académica | 18. Teatro Gil Vicente | 19. Mercado Municipal Pedro V | 20. Polícia | 21. Câmara Municipal | 22. Loja do Cidadão | 23. Estação Ferroviária Coimbra-A | 24. Estádio Universitário  
**Outros Locais:** 26. Praça do Comércio | 27. Largo da Portagem | 28. Ponte Santa-Clara | 29. Parque da Cidade Manuel Braga | 30. Pátio da Inquisição | 31. Café Santa Cruz | 32. Porta da Almedina | 33. Jardim da Sereia | 34. Jardim Botânico

Mapa 3.1 | Escala de Aproximação Funções ao nível do piso térreo. A zona do Largo da Sé Velha e da Praça 8 de Maio.

Apresentamos em Anexo o levantamento funções referentes ao primeiro piso. Ver página vii.

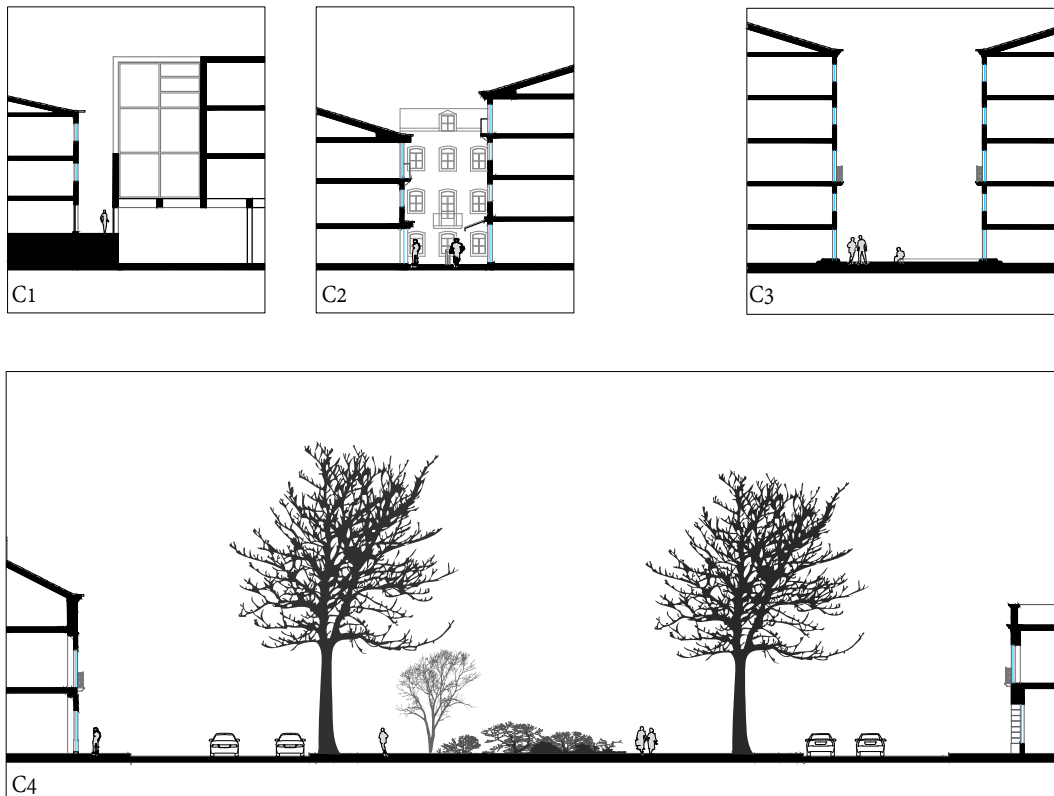
Os números que identificam os locais mencionados referem-se ao Mapa de Contextualização incluído em Anexo, página ii.

nível do piso térreo, podendo-se deduzir que estes últimos aproveitam as dinâmicas geradas pelo largo, onde predomina este tipo de ocupação. Atentando nos parâmetros de *Fluxos e Movimentos* reunidos nos *Mapas 5 e 6* e no corte transversal desta rua [*Mapa 4, C1*] conferimos que este é um arruamento de difícil acesso: apesar de transitável a automóveis no sentido poente/nascente, a inclinação da rua (que podemos verificar no *Mapa 1*), a sua largura estreita e a inexistência de passeios (impossibilitando o cruzamento de pessoas com veículos, obrigando a que as últimas se abriguem nas soleiras das portas a quando deste encontro) impõem um grande condicionamento do trânsito, sendo por isso predominante uma circulação pedonal.

Observando o *Mapa 3.1*, verificamos que a presença do Museu Machado de Castro [16] não tem qualquer influência nas funções que ocupam esta rua. A restauração existente surge como um prolongamento das dinâmicas do largo e não das do museu, caso contrário seria de esperar que, por exemplo nas zonas em frente deste, no lado sul da Rua Borges Carneiro [3], houvesse ao nível do piso térreo outras funções para além da habitacional. Através do o corte transversal da rua [*Mapa 4, C1*] compreendemos a intenção apontada por Byrne, aquando da remodelação do museu,<sup>10</sup> de canalizar algum dinamismo para esta rua através da introdução de um gradeamento que permitisse aos transeuntes verem os vestígios arqueológicos que se encontram por debaixo do museu. Neste momento, consideramos que este elemento produz o efeito oposto, colocando-se como um muro que separa a rua e do interior do museu. Para reforçar este diálogo, sugere-se a introdução de uma segunda entrada de visitantes no museu a partir desta rua, promovendo um aproveitamento das dinâmicas geradas por este equipamento.

No *Largo da Sé Velha [A]*, ao nível do piso térreo, verifica-se que existe uma diferenciação entre as funções do lado norte, na sua maioria comércio ou restauração, e as do lado sul, quase exclusivamente habitacionais [*Mapa 3.1*]. Esta diferença pode ser explicada pelo facto deste espaço, tal como apontado na análise da *Escala Urbana*, ser um ponto atravessamento para quem procura vencer a encosta: assim, é natural que este tipo de funções surjam ao longo deste percurso, aproveitando os fluxos de sujeitos. Aquando da elaboração dos levantamentos apresentados no *Mapa 5*, constatou-se que o largo é um dos poucos pontos na Alta onde há uma circulação automóvel, embora de baixa intensidade pelos motivos que temos vindo a referir. No entanto, verificou-se que não existe uma de diferenciação de vias para o tráfego automóvel e pedonal, sendo toda a circulação assente numa constante negociação entre os condutores e os transeuntes, o que se coloca como mais um entrave.

<sup>10</sup> Remodelação feita em 1999, da autoria do Arq. Gonçalo Byrne.



Escala 1/ 500

*Mapa 4 | Escala de Aproximação Cortes Transversais pelas principais vias de acesso:*

C1 Rua Borges Carneiro, acesso poente ao Largo da Sé Velha

C2 Rua do Quebra Costas, acesso nascente ao Largo da Sé Velha

C3 Rua Visconde da Luz, acesso principal à Praça 8 de Maio

C4 Avenida Sá da Bandeira, acesso principal à Praça da República

Estes cortes foram incluídos no Anexo II a uma escala que permite uma maior pormenorização. Ver página viii

A única linha de transporte público que serve este lugar, atravessando a Alta no sentido norte/sul e ligando-a à Av. Emídio Navarro [10] e à Praça 8 de Maio [B], é um autocarro de pequena dimensão que passa em frente à Sé Velha a cada vinte minutos<sup>11</sup> [Mapa 6]. Considera-se, no entanto, que as potencialidades deste transporte não são devidamente exploradas: a inexistência de uma paragem formal ou de uma sinalética que assinale o local e informe as pessoas do trajecto efectuado, faz com que muitos não saibam da existência desta alternativa, sendo por estas razões um meio quase exclusivamente usado por moradores,<sup>12</sup> apesar de, ao longo das observações feitas no local, termos testemunhado a dificuldade que muitos turistas e transeuntes têm em vencer o declive desta encosta, principalmente o troço da Rua do Quebra Costas [4] que faz a ligação à Baixa da cidade. Então, como forma de melhorar o acesso de sujeitos a este lugar representativo da cidade, propõe-se um melhor aproveitamento deste meio de transporte, reforçando, ao mesmo tempo, ligações com outros lugares de igual importância (com a Praça 8 de Maio por exemplo).

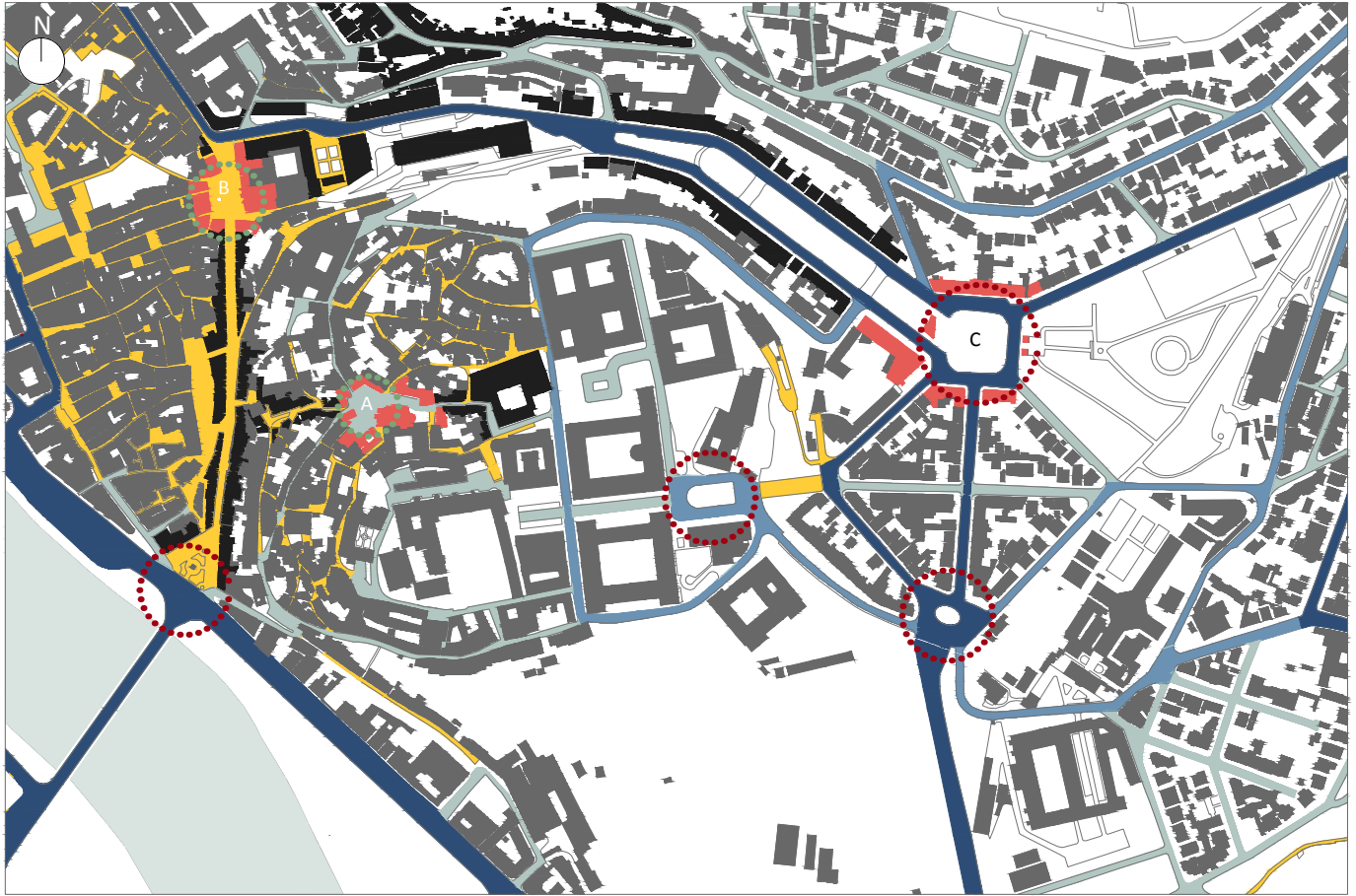
Prosseguindo a análise pela *Rua do Quebra Costas* [4], a meio caminho entre a Praça 8 de Maio e o Largo da Sé Velha, apurou-se uma preponderância de funções comerciais ao nível do piso térreo [Mapa 3.1]. Pela análise do corte transversal [Mapa 4, C2] e do Mapa 5, depreende-se que esta dinâmica se deve, por um lado, ao perfil estreito da rua que aproxima os transeuntes dos edifícios, e por outro, à circulação exclusivamente pedonal e naturalmente lenta, devido à inclinação acentuada dos lances de escadas que ocupam o espaço de passagem, que incentiva a momentos de paragem nestes estabelecimentos. É assim criada uma bolsa de comércio que cativa o sujeito a percorrer esta via, mesmo que para isso seja preciso vencer o seu declive. Consideramos esta rua exemplar na forma como desenvolve um ponto de interesse fazendo uso dos fluxos gerados entre dois lugares representativos da cidade, e também na forma como se serve das suas características, mesmo que por vezes limitadoras, para potenciar novas dinâmicas.

Passando à análise da *Praça 8 de Maio* [B], estabelecemos anteriormente a *Rua Ferreira Borges* [5] e a *Rua Visconde da Luz* [6] como os acessos a aprofundar.<sup>13</sup> Visto que estas ruas estão em continuidade uma com a outra, não existindo uma diferenciação das suas dinâmicas ou das suas morfologias, optou-se por abordá-las em conjunto. Em ambas há uma predominância do comércio e da restauração [Mapa 3.1], enquanto que os serviços se concentram no local mais próximo de uma via de elevada

<sup>11</sup> Este autocarro é popularmente conhecido por “*Pantifinhas*”, encontrando-se o seu trajecto assinalado a verde no [Mapa 6].

<sup>12</sup> Mesmo quem veja este transporte no local, pelo seu trajecto se desenvolver numa direcção norte/sul, não supõem que este seja uma alternativa para chegar à Baixa da cidade a poente, uma vez que sem um mapa não é possível deduzir a inflexão deste percurso na Avenida Emídio Navarro [10] (junto ao rio).

<sup>13</sup> Ver página 125.



Escala 1/8 000

*Fluxos e Movimentos*

Vias de Tráfego Automóvel e Pedonal:

- Intensidade de tráfego elevado
- Intensidade de tráfego média
- Intensidade de tráfego baixa
- Vias de tráfego exclusivamente pedonais

- Lugares em Estudo
- A. Largo da Sé Velha
- B. Praça 8 de Maio
- C. Praça da República

- Pontos de Distribuição do Tráfego Automóvel
- Pontos de Distribuição do Tráfego Pedonal

*Mapa 5 | Escala de Aproximação O tráfego na área envolvente.*

Este mapa encontra-se também em Anexo à escala 1/6 000. Ver página ix



intensidade de tráfego, o Largo da Portagem [26], o seu remate sul. Todo este troço até à Praça 8 de Maio é de acesso exclusivamente pedonal [Mapa 5], com vista à revitalização do tecido que compõe o interior da Baixa da cidade e à promoção de dinâmicas de proximidade, algo também evidente no corte transversal [Mapa 6, C3], onde as vitrines procuram cativar o sujeito que se desloca pela rua.

Junto ao Largo da Portagem identificou-se, através da observação no local, uma barreira que inibe o movimento do sujeito [Mapa 6]: o atravessamento da Av. Emídio Navarro [10]. Assinalada como um ponto de distribuição viária importante que permite o acesso à outra margem do rio, via Ponte Santa Clara [27] e que faz ainda a ligação das zonas a sul e poente da cidade, esta é uma via larga de trânsito intenso. No entanto, a sua transposição é apenas possível através da coordenação de um conjunto de semáforos que, após uma longa espera, concedem um tempo de atravessamento demasiado curto, ficando algumas pessoas com dificuldades de mobilidade retidas no separador central aguardando por nova mudança de sinal. Considera-se que uma melhoria deste atravessamento poderia contribuir para um fortalecimento da rede de lugares representativos da cidade prolongando, por exemplo, os fluxos e dinâmicas desta zona para o lugares como o Parque Verde ou o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Ao nível de transportes públicos [Mapa 6], aferimos o Largo da Portagem é um local de grande afluência, existindo ligações a várias zonas da cidade, o que compensa, em parte, a falta de estacionamento livre nas suas imediações próximas. Para além das linhas que passam paralelamente ao rio, existe uma a que nos referimos anteriormente, vinda do Largo da Sé Velha, que entra por este largo e percorre a Rua Ferreira Borges [5] e a Rua Visconde da Luz [6] até à Praça 8 de Maio, sendo o único veículo autorizado para tal. Aqui, verificam-se os mesmos problemas que identificámos anteriormente: as paragens não estão assinaladas e não há qualquer indicação dos percursos ou dos horários deste transporte.

Na *Praça 8 de Maio* verifica-se novamente uma disparidade entre as funções do lado poente e nascente da praça [Mapa 3.1]: a poente predominam funções comerciais, enquanto que o lado nascente é dominado pela presença da Igreja de Santa Cruz [2] e da Câmara Municipal [21], embora aqui não se possa justificar esta diferença com uma evidente zona de passagem que alimente estas dinâmicas, antes ela resulta do carácter do lado poente da praça enquanto ponto de distribuição. Efectivamente, analisando o Mapa 5, constata-se que a esta praça chegam fluxos pedonais vindos de sul, poente e nascente; e, uma vez que estas ruas pedonais fazem a ligação a outras vias de elevada intensidade de trânsito automóvel, este ponto acaba por ganhar uma maior visibilidade e importância.



Escala 1/8 000

### Fluxos e Movimentos

- |                                                |                       |                                               |
|------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------|
| — Linhas que chegam à Praça da República       | ▭ Lugares em Estudo   | ▭ Paragens de Autocarro                       |
| — Linhas que partem da Praça da República      | A. Largo da Sé Velha  | ⋯ Barreiras                                   |
| — Linhas paralelas ao Rio Mondego              | B. Praça 8 de Maio    | ⊙ Pontos de Distribuição do Tráfego Automóvel |
| — Linha que atravessa a Alta e a Baixa         | C. Praça da República | ⊙ Pontos de Distribuição do Tráfego Pedonal   |
| — Linha que atravessa a Alta pela Universidade |                       |                                               |
| — Elevador que liga a Alta à Av.Sá da Bandeira |                       |                                               |

Mapa 6 | Escala de Aproximação Os Transportes Públicos da área envolvente.

Este mapa encontra-se também em Anexo à escala 1/6 000. Ver página ix

Estas dinâmicas pedonais são, no entanto, interrompidas no sentido sul/norte, pelo atravessamento da Rua Olímpio Nicolau<sup>14</sup> [7], uma via de elevada intensidade de tráfego. Chegado a este ponto o sujeito opta por uma inflexão à direita ou à esquerda, não sendo compelido a atravessar a rua e a explorar o outro lado a menos que o tenha de fazer (para apanhar um autocarro por exemplo). Por esta razão, assinalou-se neste ponto uma barreira ao movimento do sujeito [Mapa 6], sendo que se considera que uma valorização do desenho do lado norte desta rua, poderia eventualmente prolongar as relações do sujeito para um outro lugar expectante por uma maior integração na identidade da cidade: o Pátio da Inquisição [30].

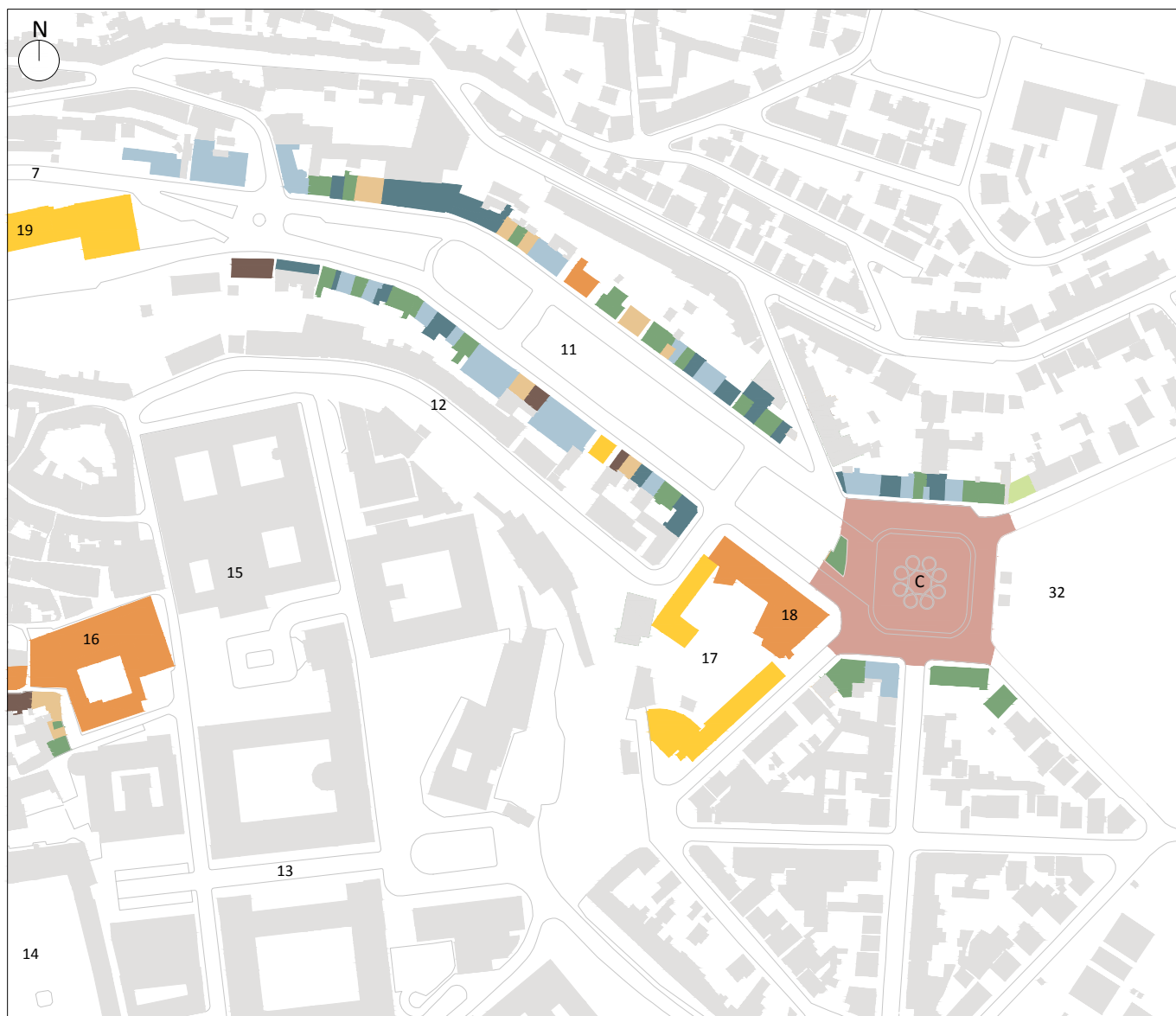
Quanto à análise da Praça da República, começaremos por abordar a *Av. Sá da Bandeira* [11] acesso que prolonga as suas dinâmicas e, também, o seu desenho. Pela análise do *Mapa 3.2* constatamos que esta avenida possui um misto de funções: se no piso térreo há comércio, restauração e serviços, intercalados ocasionalmente por habitações e ainda por edifícios sem ocupação (apesar da centralidade desta zona); ao nível do primeiro piso predomina a habitação, embora exista um número significativo de edifícios onde se verifica um prolongamento das funções do piso térreo. O corte transversal deste acesso [Mapa 4, C4] é bastante diferente dos restantes, tanto na escala como na sua configuração. A monumentalidade das vias, conjugada com a presença de um corredor central ajardinado que separa os dois sentidos de tráfego, cria neste mesmo espaço três percepções diferentes, consoante o sujeito se desloca pelo centro ou por uma destas vias.

Segundo os dados recolhidos sobre o tráfego nesta rua, [Mapa 5], constata-se a sua intensidade em ambos os sentidos, juntando fluxos provenientes de várias zonas da cidade, como referido na escala anterior. No entanto, dada a dimensão das vias e a presença de semáforos que garantem interrupções periódicas no trânsito, permitindo um fácil atravessamento da avenida, consideramos que aqui este não constitui uma barreira para o sujeito. Este acesso é muito bem servido de transportes públicos [Mapa 6], fazendo-se uso da sua posição estratégica na cidade; dentro destes, destacamos o Elevador do Mercado [Mapa 6, a amarelo], uma intervenção que se julga importante para a superação das dificuldades de circulação, naturalmente impostas pelo declive do terreno que separa esta zona da Alta.<sup>15</sup>

Passando em último para a *Praça da República* [C] verificámos que, dentro dos parâmetros considerados a esta escala, a análise deste lugar não difere muito daquela da avenida que lhe dá acesso, seja nos parâmetros de *Desenho e Morfologia* (funções) seja nos de *Fluxos e Movimentos*

<sup>14</sup> Dada a extensão do nome desta rua: Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes; utilizaremos uma versão abreviada.









<sup>15</sup> Ver análise da Escala Urbana, página 133-139.



Escala 1/4 000

### Desenho e Morfologia

Funções ao nível do piso térreo:

 Equipamentos	 Hotelaria	 Serviços
 Habitação	 Restauração	 Comércio
 Sem Ocupação / Devolutos	 Possíveis Arquitecturas de Relação	

**Lugares em Estudo:** A. Largo da Sé Velha | B. Praça 8 de Maio | C. Praça da República **Possíveis Arquitecturas de Relação:** 1. Sé Velha | 2. Igreja de Santa Cruz **Ruas Mencionadas:** 3. Rua Borges Carneiro | 4. Rua do Quebra Costas | 5. Rua Ferreira Borges | 6. Rua Visconde da Luz | 7. Rua Olímpio Nicolau | 8. Rua da Sofia | 9. Av. Fernão Magalhães | 10. Av. Emídio Navarro | 11. Av. Sá da Bandeira | 12. Rua Padre António Vieira | 13. Rua Larga **Equipamentos:** 14. Pátio das Escolas (Universidade) | 15. Sé Nova | 16. Museu Machado de Castro | 17. Associação Académica | 18. Teatro Gil Vicente | 19. Mercado Municipal Pedro V | 20. Polícia | 21. Câmara Municipal | 22. Loja do Cidadão | 23. Estação Ferroviária Coimbra-A | 24. Estádio Universitário **Outros Locais:** 26. Praça do Comércio | 27. Largo da Portagem | 28. Ponte Santa-Clara | 29. Parque da Cidade Manuel Braga | 30. Pátio da Inquisição | 31. Café Santa Cruz | 32. Porta da Almedina | 33. Jardim da Sereia | 34. Jardim Botânico

Mapa 3.2 | Escala de Aproximação Funções ao nível do piso térreo. A zona da Praça da República.

Apresentamos em Anexo o levantamento funções referentes ao primeiro piso. Ver página vii

Os números que identificam os locais mencionados referem-se ao Mapa de Contextualização incluído em Anexo, página ii

(tráfego); sendo este um factor que comprova que as suas dinâmicas são, de facto, prolongadas pela Av. Sá da Bandeira. Tal como vimos na escala anterior, esta praça é um ponto de distribuição do trânsito entre várias zonas; no entanto, ela possui, ao mesmo tempo, uma forte dinâmica interna que alimenta as suas funções: as inúmeras paragens de autocarros que afluem a este espaço [Mapa 5] e a proximidade de alguns equipamentos importantes como a Universidade [14], a Associação Académica [17], ou o Teatro Gil Vicente [18] levam a uma convergência de sujeitos a este espaço, o que lhe confere uma representatividade para além de um simples ponto de distribuição.

Analisadas individualmente as dinâmicas de aproximação a cada lugar importa, antes de avançar para a *Escala de Detalhe*, fazer referência à facilidade de circulação entre eles [Mapa 5 e 6], condição que promove a relação dos sujeitos com todos estes três lugares. Efectivamente, apesar de cada um se encontrar numa zona distinta, a sua proximidade geográfica facilita a sua associação, enquanto que a topografia se coloca como um obstáculo a esta. A ligação entre a Praça da República [C] e a Praça 8 de Maio [B] é feita sem problemas por qualquer meio: carro, autocarro ou a pé; ainda que os muros e as fachadas opacas do troço poente da Rua Olímpio Nicolau [7], tornem este percurso monótono.

Já entre a Praça 8 de Maio [B] e o Largo da Sé Velha [A] existe uma estreita proximidade, via Porta da Almedina [29], também ela uma arquitectura de relação de representatividade alargada, uma vez que, através do seu desenho molda não só a percepção que o sujeito tem desse lugar, como também desvia o seu movimento, orientando-o para um outro lugar representativo. Apesar desta percurso ser apenas pedonal, existe, como vimos, uma linha de transporte público que une estes dois lugares, embora com um trajecto não tão directo [Mapa 6, linha verde].

Finalmente, a ligação entre a Praça da República e o Largo da Sé Velha é aquela que mais problemas coloca, tanto a pé como de automóvel, dado o declive que é preciso vencer.<sup>16</sup> Para além dos condicionamentos da rede viária já referidos [Mapa 5], os transportes públicos existentes, entre eles o Elevador do Mercado [Mapa 6, linha amarela], apenas conduzem à Universidade, sendo que nenhum desce a colina em direcção Largo da Sé Velha [A]. No entanto, avançamos que, através de uma estratégia de incentivo à criação de equipamentos ou de outros pontos de interesse de usos quotidianos dentro da malha densa da Alta, fosse talvez possível trazer mais sujeitos a percorrer esta zona. Se tomarmos como exemplo o período nocturno, verificamos que esta abordagem já produz resultados: a presença dos bares no Largo da Sé sobrepõe-se às dificuldades de acesso, motivando o sujeito a se deslocar não só a este lugar como por toda a zona onde ele se insere.

<sup>16</sup> Consultar *Mapa 1* da Escala Urbana, página 134 ou em Anexo na página iv.

ESCALA DE DETALHE		
	<i>Densidade e Morfologia</i>	<i>Fluxos e Movimentos</i>
<i>Descrição do percurso</i>	Serão feitas considerações relativas às duas categorias mediante a sua relevância na forma como o sujeito percebe o espaço.	
<i>Mapa 7</i> <i>O Lugar</i> Escala 1/1000	Espaços acessíveis e não acessíveis ao sujeito	Zonas de Passagem e zonas de estar (formais e informais)
	Outros elementos que se considerem importantes para a caracterização do lugar (pavimento, mobiliário urbano, etc.)	Estacionamento
		Pontos de vista mais praticados

Quadro 7 | *Escala de Detalhe* Os parâmetros analisados em cada mapa.

## O Lugar e as suas Arquitecturas de relação: *Escala de Detalhe*

Enquadrados estes lugares na malha da cidade e caracterizada a forma como o sujeito chega até eles, propomos agora o aprofundamento da relação próxima que cria com eles, a uma escala de detalhe. Como vimos, esta relação espaço/sujeito que se desenvolve entre a dimensão material e imaterial do rizoma da cidade, é condição para a existência de lugares com uma identidade própria que, no seu conjunto, formam a identidade heterogénea da cidade; sendo por isso importante reconhecer a forma como esta se manifesta em cada um destes lugares.

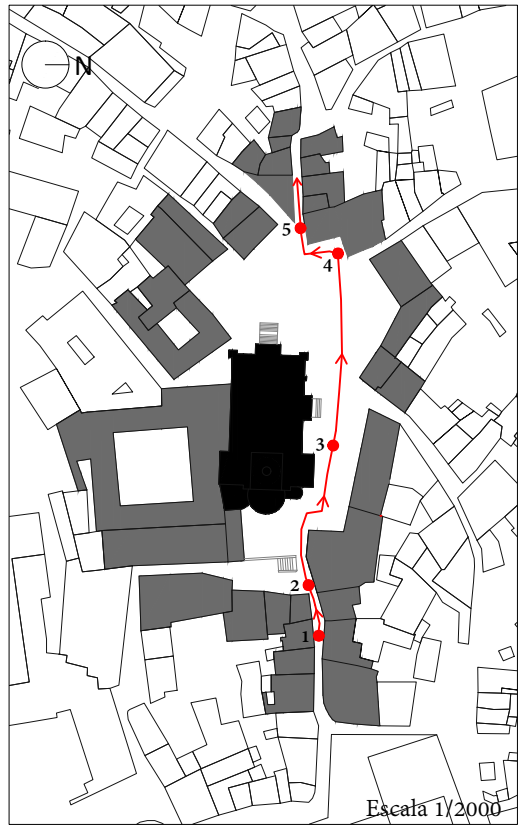
Propõe-se nesta escala de análise, uma tentativa de mapeamento da identidade destes lugares, transmitindo, através de dois mapas [Quadro 7], as particularidades desta relação sujeito/espaço, fazendo uso das arquitecturas de relação como as coordenadas-identitárias desta escala: pontos que moldam a percepção do sujeito e que concentram as suas relações, materializando-as no espaço. O primeiro mapa, de natureza excepcional, passa pela descrição de um percurso na qualidade de narrador-observador,<sup>17</sup> registando-se aspectos tanto morfológicos e espaciais, como dinâmicas praticadas por outros sujeitos que se encontrem neste espaço. Esta peça, com um registo diferente daquele até agora utilizado, tem como objectivo principal transmitir a percepção destes lugares do ponto de vista do sujeito que os percorre e que com eles se relaciona.

O segundo mapa [Mapa 7] foi elaborado à escala 1/1000, retomando a linha dos mapeamentos que temos vindo a desenvolver. Aqui, dentro da categoria de *Desenho e Morfologia*, levantaram-se os espaços acessíveis ao sujeito, e outros elementos que interferem nesta interacção do sujeito com o lugar (marcações no pavimento, rampas, muretes etc.). Já na categoria de *Fluxos e Movimentos* procedeu-se à identificação das zonas de estar do lugar, formais e informais, distinguindo-as das zonas de passagem; à indicação dos pontos de vista mais praticados pelo sujeito, aqueles que incitam à paragem e à observação do lugar; e ao registo dos locais de estacionamento como possíveis obstáculos aos movimentos dos sujeitos.

A análise crítica destes elemento será feita de forma cruzada, procurando-se através dela validar as hipóteses inicialmente colocadas sobre as arquitecturas de relação destes lugares, concluindo sobre o seu papel específico e testando a utilidade deste conceito para compreensão do lugar.

<sup>17</sup> Como referido anteriormente, considera-se que um mapa pode assumir outras formas que não a cartografia. Ver páginas 93-97.







## *O Largo da Sé Velha*

### *Descrição de um Percurso*

Realizado dia 6 de Junho pelas 15 horas

*Momento 1.* A rua é estreita, sombria e inclinada; o pavimento uniforme de seixo rolado castanho, obriga a uma movimentação cuidada mas de passo ritmado, principalmente no sentido descendente, de quem vai na direcção ao largo que daqui apenas se adivinha. As fachadas pintadas em tons rosa, ocres e amarelos, são recortadas no piso térreo por uma sequência cerrada de portas recuadas com molduras em pedra contrastando elevadas do chão por um degrau. São notórios os sinais de degradação: vidros partidos e pinturas descascadas pontuadas por grafitis que, juntamente com um cheiro penetrante a urina e um silêncio tumular, levantam dúvidas no sujeito quanto possibilidade de esta conduzir de facto a algum lugar de interesse. Ao fundo da rua, o rasgo entre os edifícios deixa vislumbrar os primeiros contornos de um objecto de tons ocres que fecha a perspectiva. A luz parece jorrar deste ponto, invadindo a rua e avivando as fachadas mais próximas.

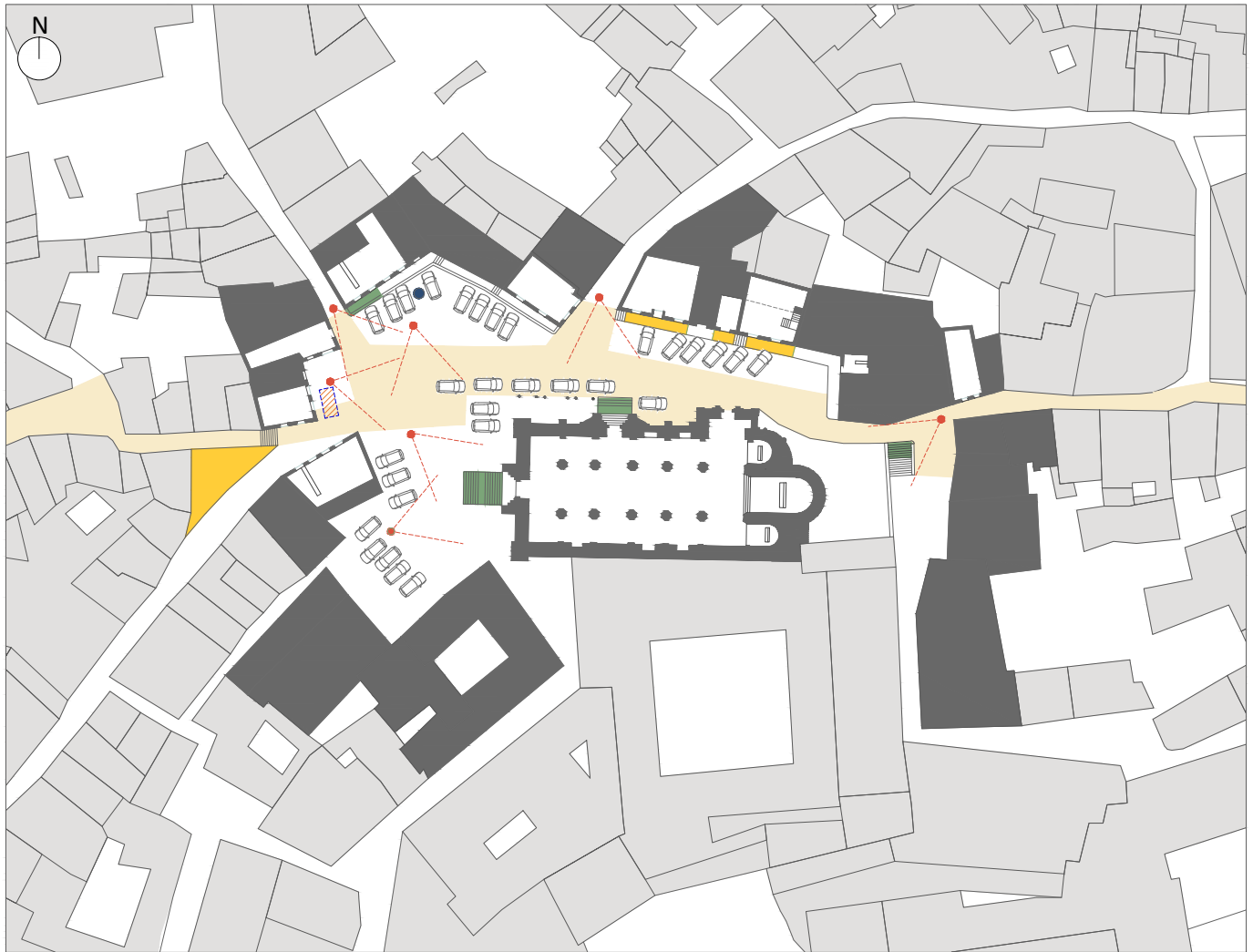
*Momento 2.* A perspectiva alarga-se, a luz inunda este espaço; do lado esquerdo a Rua do Norte, também esta de declive acentuado, conflui para este mesmo ponto. Ao centro, a cabeceira da Sé, reclamando todo o protagonismo da cena, obstrui a visão da continuidade do percurso que curva para a direita. É evidente a diferença da cor e da textura da pedra calcária da Sé - de um ocre quase doirado, rugosa e relativamente maleável- daquela dos edifícios a ela adjacentes - de cor branca, brilhante, mais dura e regular. Os cilindros densos que compõem a cabeceira são esporadicamente perfurados por aberturas estreitas que, uma vez preenchidas com vidro, ganham uma tons de azul cobalto que lhes confere presença. Os colunelos delgados que emolduram estas aberturas, a arcada que desmaterializa o vão por detrás do cilindro central, e o desenho delicado da cúpula e do lanernim, são pormenores que contrariam o peso e a robustez deste edifício.



**Momento 3.** Os carros estacionados marcam este espaço impedindo uma leitura da composição das fachadas ao nível do piso térreo. As esplanadas situadas por detrás destes numa plataforma ligeiramente mais elevada passam quase despercebidas. O olhar dirige-se para os edifícios em frente parecem obstruir o curso normal deste percurso descendente, marcados pela sequência regular de janelas trabalhadas, e para a pequena tira de verde no horizonte que contrasta fortemente com as cores neutras do largo. Só é possível começar a vislumbrar a porta lateral da Sé poucos metros antes, não existindo neste percurso um ponto de vista que nos permita a sua leitura na totalidade. Apesar da sua composição de desenho delicado e com uma pedra mais branca aqui utilizada que reflecte mais a luz, ficamos apenas uma visão truncada desta peça que inclui o portal e as escadas reconhecidas deste ponto de vista como o único espaço de estar existente.

**Momento 4.** O pavimento é o mesmo. Numa velocidade ritmada incentivada pelo declive, somos apenas convidados a parar quando nos deparamos com o edifício que obstrui o nosso movimento. Víramo-nos em direcção à Sé e temos pela primeira vez a visão da sua fachada e a compreensão da morfologia do Largo. É um lugar de contemplação. O olhar fica preso nesta peça remetendo tudo o resto para segundo plano. A cor amarela acentua a sua presença destacando-se dos restantes edifícios brancos. Ao fundo, a torre da Universidade oferece uma referência da nossa localização geográfica, até então imprecisa dada a sinuosidade das ruas. Daqui transparece uma falta de outras dinâmicas paralelas àquelas criadas pela Sé, persistindo a sensação de que este é um lugar “entre”, de passagem rápida, sensação reiterada pela falta de espaços de paragem formais, fazendo com que todos os elementos que se elevam do chão, plataformas, degraus ou muretes, sejam utilizados como bancos.

**Momento 5.** As escadas do Quebra Costas são a opção lógica para a continuação do percurso apesar do seu declive acentuado. A Rua Joaquim António de Aguiar, à esquerda, parece conduzir a zonas exclusivamente residenciais, desviando-nos da nossa direcção sem oferecer qualquer incentivo. A cor azul da casa que enquadra a nossa perspectiva parece continuar os tons do céu e da paisagem em segundo plano, relacionando-se ainda com os edifícios do Largo por uma mesma linguagem de desenho da fachada. As escadas cuidadosamente escavadas na colina com as plataformas em cubos de calcário e os degraus assinalados por grandes blocos de pedra polida, marcam a diferença em relação ao restante pavimento. A reflexão da luz a par com o burburinho de pessoas e os acordes de música incentivam a descida. Agora com um passo lento e ponderado, observamos pessoas que descem estas escadas, algumas a custo agarrando-se ao corrimão, atraídas pela promessa de um percurso rápido que os conduzirá à base da colina.



Escala 1/1000

**Desenho e Morfologia**

- Espaços penetráveis pelo sujeito
- Espaços impenetráveis

**Fluxos e Movimentos**

- Zona de passagem
- Zona de estar convencional
- Zona de estar informal
- Estacionamentos

- Pontos de vista mais praticados
- Bebedouro
- Paragens de Autocarro não assinaladas

Mapa 7.1 | Escala de Detalhe Análise do lugar do Largo da Sé Velha.

Este lugar é simultaneamente uma referência dentro da zona da Alta e um ponto de passagem para quem procura vencer o declive da colina, deslocando-se entre a Baixa da cidade e a Universidade, tal como concluímos na análise à *Escala Urbana*. Na escolha do percurso a descrever, procurou-se determinar, através de várias observações no local, aquele que seria o mais praticado pelos sujeitos, constituindo, por isso, a aproximação mais comum a este lugar. Concluiu-se que o atravessamento do largo na direcção nascente/poente, desde o troço poente da Rua Borges Carneiro até ao início da Rua do Quebra Costas, era a direcção mais praticada, visto que nela se reúnem tanto fluxos internos, de quem se desloca dentro da Alta, como externos, de quem por aqui passa para atravessar a colina e chegar a outras zonas.

Dado o declive acentuado, a percepção que o sujeito tem deste lugar e, conseqüentemente a forma como se relaciona com ele, podem ser muito diferentes consoante se faça este percurso da direcção ascendente (sentido poente/nascente) [Fig. 50] ou na direcção descendente (sentido nascente/poente) [Fig.51]. Enquanto que no primeiro há um reconhecimento imediato da fachada da Sé Velha, no segundo o primeiro contacto é com a cabeceira e, posteriormente, com a fachada lateral. Tendo sido considerado, como hipótese preliminar, a Sé Velha como a arquitectura de relação mais representativa deste lugar e, sendo um dos objectivos desta análise testar esta preposição, escolhemos fazer o percurso que toma a direcção descendente, como forma de averiguar se o domínio deste elemento sobre as relações do sujeito se faz sentir mesmo sem um enquadramento visual directo do mesmo.

Através da descrição apresentada e das fotografias que a ilustram, verifica-se que o desenho, a tectónica, a cor e textura da Sé Velha marcam todo este percurso. A sua implantação, destacada da envolvente, é condição que define o espaço do lugar comprimindo-o: mesmo não sendo sempre possível uma visão completa dos alçados deste edifício, devido à largura da via, tal como acontece no *Momento 3*, a sua importância não é de algum modo diminuída, levando à movimentação em torno dela, procurando os pontos de vista que permitam uma apreensão mais completa da mesma. Até quando o sujeito se vê confrontado com os limites do largo (tal como acontece até chegar ao *Momento 4*), o seu desenho e orientação, torna-o ciente da presença deste edifício como elemento que se afirma na identidade deste lugar.

Na análise feita no *Mapa 3 da Escala de Aproximação*, constatou-se a existência de uma diferença de funções entre o lado norte e sul da praça, facto que atribuímos ao aproveitamento das dinâmicas de passagem de quem atravessa o largo na direcção nascente/poente. Com os levantamentos das zonas acessíveis aos sujeitos assinaladas no *Mapa 7.1*, é-nos agora possível confirmar que existe, de



*Fig.50* Chegada ao Largo da Sé Velha vindo da Rua do Quebra Costas a nascente (percurso ascendente). 2016

*Fig.51* Chegada ao Largo da Sé Velha vindo da Rua Borges Carneiro a poente (percurso descendente). 2016

*Fig.52* O estacionamento no Largo da Sé Velha. 2016

As primeiras imagens pretendem demonstrar a diferença de aproximações à Sé que a simples mudança do sentido do percurso pode implicar. Na última procura-se evidenciar o estacionamento como condicionante à movimentação do sujeito e à apreensão do lugar.

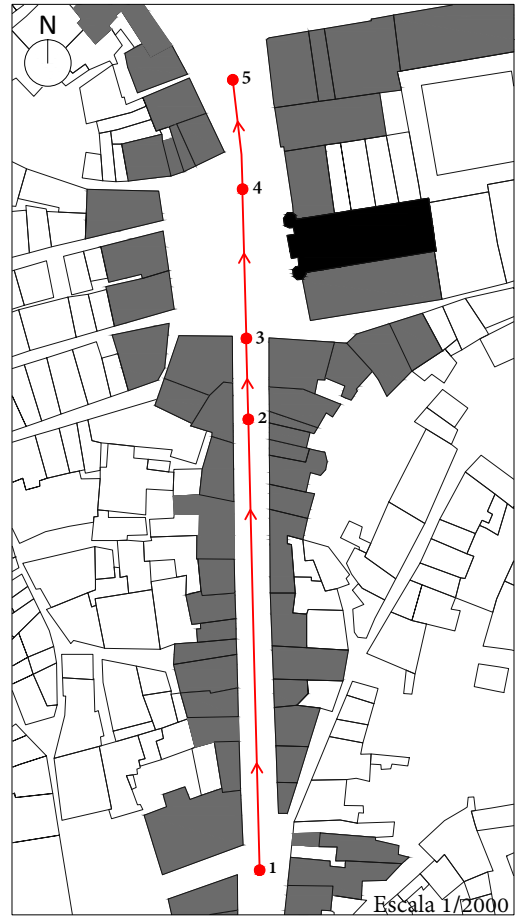
facto, uma correspondência entre estes e a zona de passagem que se desenvolve lateralmente à Sé. Em contrapartida, são poucas as zonas de estar formais deste lugar, limitando-se a três explanadas de cafés, nenhuma delas permitindo uma visão desimpedida para a Sé. À falta de bancos ou outras alternativas pensadas para o efeito, os sujeitos apropriam-se dos degraus e dos muretes que se encontram no largo, ora virados para a Sé, ora abrigando-se à sombra desta virados para o largo.

Os pontos de vista mais praticados neste lugar coincidem com os pontos de melhor enquadramento da Sé, reiterando mais uma vez a importância deste elemento. Contudo, os carros estacionados sem regra um pouco por toda a parte [Fig.52], obstruem as linhas de visão, tanto na perspectiva do sujeito-transeunte, como na de quem está sentado, impedindo uma leitura contínua do espaço, dificultando a apreensão da sua escala e das suas características morfológicas, e ainda dissuadindo os sujeitos de se demorarem neste espaço, assumido como sendo apenas de passagem.

Feita esta análise do lugar, considera-se justificado que se tome a Sé Velha como a arquitectura de relação deste lugar, uma vez que o desenho deste edifício sintetiza e molda as relações que o sujeito desenvolve com este lugar. Por outro lado, a elaboração da descrição do percurso permitiu-nos aferir que, pelo menos neste caso, o interior desta arquitectura de relação não se coloca como um factor determinante: apesar de ser uma mais valia o facto do interior da Sé gerar interesse no sujeito, motivando-o a deslocar-se a este largo, são os limites exteriores deste edifício e a forma como este se implanta no terreno, que reflectem a identidade do lugar, moldando a leitura que o sujeito faz do mesmo. Assim, podemos considerar que a arquitectura de relação mais representativa deste lugar são os limites exteriores da Sé Velha.

Derivada desta análise propõe-se, como forma de potenciar a identidade deste lugar, um redesenho do seu espaço público com o objectivo de reforçar o carácter potencial deste espaço como zona de estar sem, no entanto, comprometer o protagonismo existente da sua arquitectura de relação. A continuidade do pavimento ao longo de todo o percurso parece afirmar este lugar como momento de passagem, sendo por isso sugerida uma diferenciação de material, assim como a introdução de zonas de estar formais, de preferência abrigadas e independentes de qualquer actividade comercial, e ainda proibição do estacionamento no largo, permitindo uma apreensão mais completa das características do mesmo.







## *A Praça 8 de Maio*

### *Descrição de um Percurso*

Realizado dia 20 de Junho pelas 13 horas

**Momento 1.** Momento de desafogo, a perspectiva do percurso acentua-se comprimida pelas fileiras de edifícios em frente. Ao centro, é obstruído por um edifício branco deixando adivinhar uma necessária inflexão, a mancha verde e o edifício que se encontram por detrás reiteram esta sensação. É um espaço de circulação ritmada mas lenta. As lojas à esquerda tiram vantagem da sombra que projectam sobre este percurso, atraindo pessoas para as suas montras. O pavimento harmoniza com as cores claras das fachadas, cada uma com uma linguagem diferente. Há um constante movimento de pessoas a entrarem e a saírem das lojas, não se vê ninguém sentado excepto na esplanada que em frente. A empena da igreja à direita destaca-se pelo seu material, altura reduzida e pela falta de aberturas, sem no entanto suscitar um grande impacto nesta perspectiva, sendo poucos aqueles que se desviam para ver a sua fachada ou para explorar a praça que se desenvolve na cota inferior.

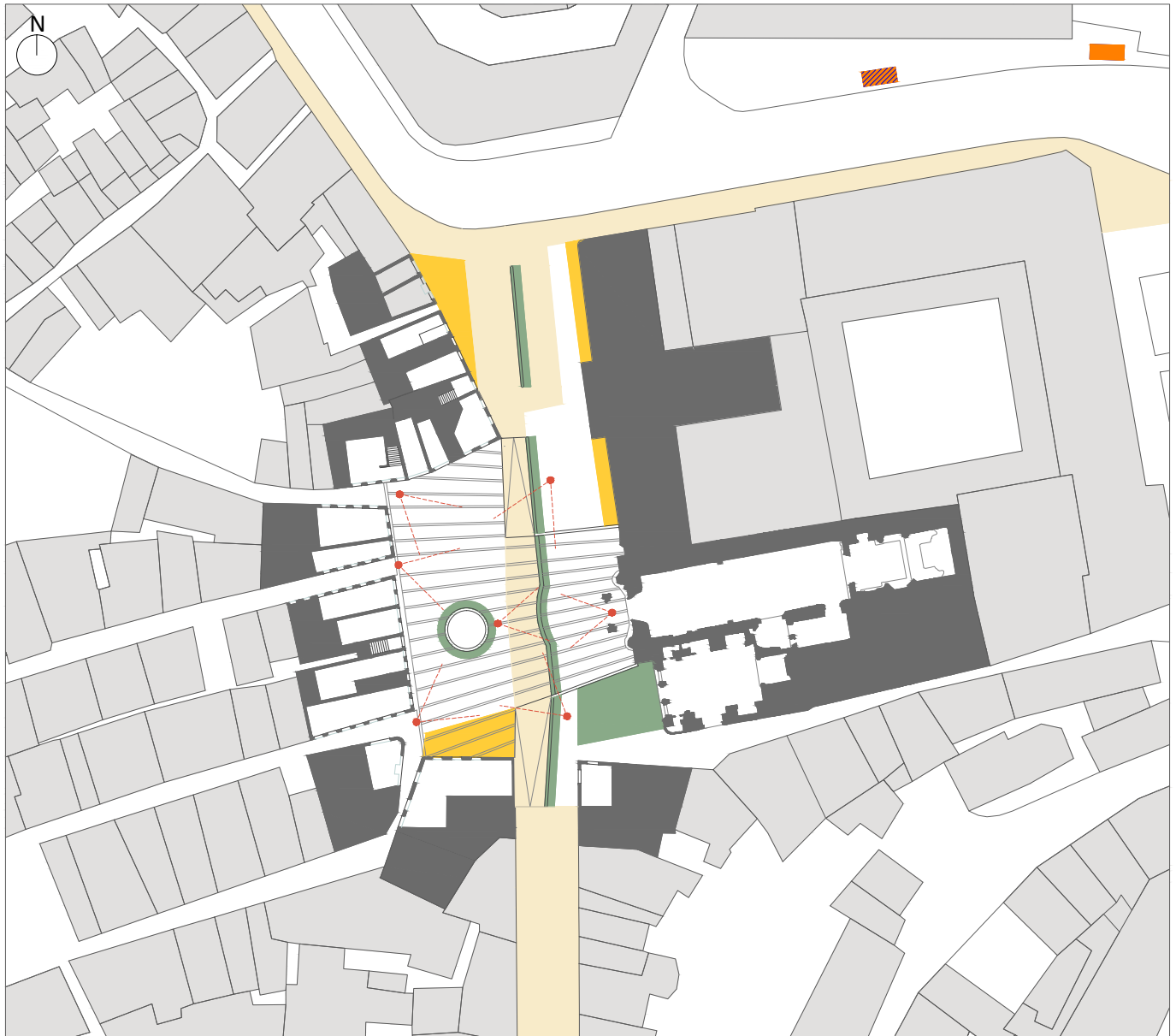
**Momento 2.** É agora possível apreendermos que há em frente uma zona de desafogo assinalada por um desnivelamento e por uma mudança de pavimento. Ao mesmo tempo, constatamos que este é apenas um momento, visto que verificamos que o percurso é imediatamente retomado da mesma forma como foi interrompido. A sequência contínua de panos de fachadas, aqui com as janelas alinhadas e de linguagens semelhantes, é interrompida abrindo lugar para uma nova lógica de edifícios mais individualizados de onde sobressai já a Igreja de Santa Cruz pelo exuberância do seu trabalho em pedra. Deste ponto, ainda não se percebe exactamente o que há na cota inferior, apenas que é relevante dado o esforço de deslocação imposto, ao qual não há escapatória possível. É observável um fluxo constante de pessoas, vindas de ambos os lados, a descerem e subirem as duas rampas estas de leitura evidente dada a sua pedra azulada e a textura lisa contrastante com branco da calçada.



**Momento 3.** No topo da rampa, percebemos pela primeira vez a morfologia desimpedida da praça, pontuada por uma fonte ao centro. Os transeuntes, embalados pela inclinação, têm agora uma cadência de passo maior. Nem todos param na praça, a grande maioria continua imediatamente o seu movimento. Quem está parado coloca-se de um dos lados deste fluxo contínuo de pessoas. Esta linha divisória parece repercutir-se no desenho dos limites da praça: à direita temos seqüências de edifícios estreitos e altos, com fachadas ritmadas por janelas de dimensões generosas, algumas destas pintadas ou revestidas a azulejos com padrões geométricos de cores fortes, e com bandas contínuas de varandas. No lado oposto, os edifícios de desenho mais pesado apresentam de cores uniformes em continuidade com o pavimento, entre o branco e o ocre, sendo que a atenção antes dada ao trabalho da fachada da igreja é agora repartida por toda a praça que concorre com esta.

**Momento 4.** Desde que chegamos à plataforma rebaixada que temos uma visão truncada do lugar, ora orientada para o lado direito ora para o esquerdo, sendo necessário um maior distanciamento para conseguir uma visão de conjunto. O estriado de pedra mais escura no pavimento procura, na sua perpendicularidade ao fluxo de passagem diluir a direccionalidade do mesmo, chamando a atenção para as ruas estreitas que desembocam neste espaço. Para além de um momento de passagem, esta praça é também local de chegada para quem chega destas ruas a poente e ponto de encontro tanto para turistas como para locais. As conversas misturam-se com o barulho da água; dada a falta de sombra as pessoas abrigam-se junto aos edifícios de frente para a igreja ou aventuram-se por entre as ruas estreitas. Nesta cota baixa existe uma única esplanada, orientada a norte; como alternativa, as pessoas sentam-se em volta da fonte, nos degraus da igreja, ou ainda nos muretes das rampas.

**Momento 5.** Assinala-se o fim do percurso. A dicotomia entre o lado nascente e poente da praça, divididos pela linha de passagem, prolonga-se para este espaço: os edifícios de cores fortes à esquerda contrastam com as paredes brancas da Câmara Municipal. O pavimento, de novo em calçada, retoma o desenho utilizado antes da interrupção da praça. O espaço está dividido a meio por um murete: à esquerda é a zona de passagem, pontuada por esplanadas que beneficiam deste movimento, e à direita é uma zona de paragem, esta última assinalada pela presença de alguns bancos em pedra orientados para a praça, muito usados por pessoas mais idosas para descansar. Reconhecemos o fim do percurso numa inflexão necessária a norte, há que escolher seguir pela direita ou pela esquerda, sendo que, em qualquer um dos casos, a mudança da largura da via, da sua materialidade e do seu desenho indicam que nos encontramos já fora da lógica imposta por este lugar.



Escala 1/1000

**Desenho e Morfologia**

- Espaços penetráveis pelo sujeito
- Espaços impenetráveis

**Fluxos e Movimentos**

- Zona de passagem
- Zona de estar convencional
- Zona de estar informal
- Estacionamentos

- Pontos de vista mais praticados
- Paragens de Autocarro
- Paragens de Taxis

Mapa 7.2 | Escala de Detalhe Análise do lugar da Praça 8 de Maio.

O percurso para o atravessamento deste lugar foi escolhido, tal como no caso anterior, por ser aquele mais utilizado por sujeitos. Este inicia-se na Rua Visconde da Luz, desce e sobe as rampas que dão acesso à praça, prolongando-se até ao confronto com a Rua Olímpio Nicolau, num sentido sul/norte. O facto deste percurso se encontrar na continuidade daquele anteriormente analisado, referente ao Largo da Sé Velha, constitui uma mais valia para a compreensão da relação existente entre estes dois lugares.

De acordo com as observações que levaram à construção do *Mapa 7.2* e com a própria descrição do percurso, verificou-se que este corresponde a uma zona de passagem que divide a praça em dois lados com características e dinâmicas distintas [*Fig.54*], tal como referido no *Momento 3*. O lado poente, onde se concentra o comércio e a restauração, é zona de estar e ponto de chegada para quem vem das ruas pedonais que aqui desembocam; já o lado nascente é maioritariamente frequentado por aqueles que têm interesse nos edifícios que aqui se encontram (Igreja de Santa Cruz [2], Câmara Municipal [21] ou o Café de Santa Cruz [31]) ou por quem, a certas horas do dia, se abriga à sombra destes. Entende-se que o desenho do pavimento é uma tentativa de unir estes dois lados da praça com vista a, por um lado, conciliar a perspectiva fragmentada que o sujeito que utiliza esta zona de passagem tem deste lugar, e por outro, para quem está no lado poente, acentuar a presença da igreja neste espaço.

As zonas de estar formais desta praça são constituídas por duas esplanadas e uma fileira de bancos junto ao edifício da Câmara Municipal [21] (referidos no *Momento 5* do percurso) existindo ainda, outras zonas de ocupação informal, onde os sujeitos se apropriam dos elementos arquitectónicos que compõem a praça (fonte, degraus e muretes). Ao contrário do que acontece no Largo da Sé Velha, é evidente pelo seu desenho que estes elementos foram pensados para este tipo de utilização, oferecendo ao sujeito pontos de vista desimpedidos deste lugar.

A Igreja de Santa Cruz [2] foi preliminarmente considerada como a arquitectura de relação mais representativa da identidade desta praça, uma vez que esta foi redesenhada por Távora com o intuito de valorizar este monumento.<sup>1</sup> Todavia, através da observação dos movimentos dos sujeitos neste lugar e do processo de descrição deste percurso, constata-se que, embora a igreja seja um elemento marcante do espaço, ela não domina a forma como o sujeito se relaciona com o lugar. Numa revisão à descrição feita verifica-se que, apesar do trabalho em pedra da sua fachada, ela é apenas referida em dois dos cinco momentos do percurso; sendo, talvez, a sua inserção na continuidade do edificado

<sup>1</sup> Tal como vimos nas páginas 128-131.



*Fig.53* Chegada à Praça 8 de Maio vindo da Rua da Louça, a poente. 2016

*Fig.54* As duas dinâmicas da Praça 8 de Maio. 2016

Na primeira imagem destaca-se a presença da igreja no lugar, ao contrário do que acontece no percurso sul/norte. NA segunda imagem procura-se ilustrar o contraste de dinâmicas entre a zona assinalada no Mapa 7.3 como de passagem e o espaço que se desenvolve a poente, zona de estar.

que compõe o lado nascente da praça - fundindo-se com o edifício da Câmara Municipal [21] e com o Café Santa Cruz [31] - uma das causas para esta falta de afirmação.

Efectivamente, na perspectiva do sujeito que atravessa a praça neste sentido, a posição lateral da igreja faz com que este tenha de olhar à vez ora para esta, ora para a praça, criando uma imagem fragmentada deste lugar, apenas unificada pelo desenho da segunda. Sendo conhecidas as intenções de Távora em revestir os muros que unem as rampas à fachada da igreja com mesma pedra calcária desta (Bandeirinha, 2006, p.152), admite-se que esta opção de material poderia ter reforçado o protagonismo da igreja, oferecendo um elemento de continuidade capaz de conduzir o olhar do sujeito da praça até à sua fachada, prolongando, assim, a sua presença para o campo de visão de quem transita nesta direcção.

Contudo, antes de se ponderar a revisão da premissa que se colocou inicialmente sobre qual a arquitectura de relação mais representativa deste espaço, é imperativo reconhecer alguma imparcialidade destas conclusões, visto que elas se referem exclusivamente à análise do percurso descrito. Assim, em jeito de contra-análise, experimentamos um percurso perpendicular a este, pela Rua da Louça, por considerarmos que uma mudança de direcção seria a variável mais relevante a explorar relativamente a esta questão. Ao contrário do que acontece no percurso sul/norte onde a Praça 8 de Maio é um momento significativo de passagem, nesta direcção poente/nascente, esta assume-se como ponto de chegada, sendo a igreja o elemento que, pela sua escala e imponência, domina a praça moldando a relação dos sujeitos que fazem este percurso com o lugar [Fig.53]. Ao atentarmos no levantamento feito dos principais pontos de vista praticados pelo sujeito [Mapa7.2] esta situação torna-se mais explícita: enquanto que todos os pontos do lado poente se orientam para a igreja, focando nela as suas atenções; os pontos a nascente procuram antes uma visão abrangente possível sobre a praça, como forma de compreensão do seu desenho.

Esta ambiguidade em definir qual das arquitecturas é mais representativa da identidade do lugar - se a Igreja de Santa Cruz, se o desenho da praça - leva-nos a admitir a possibilidade que, num mesmo lugar, possam existir arquitecturas de relação diferentes consoante o percurso feito pelo sujeito; reconhecendo portanto, a hipótese de coexistência de duas identidades distintas.

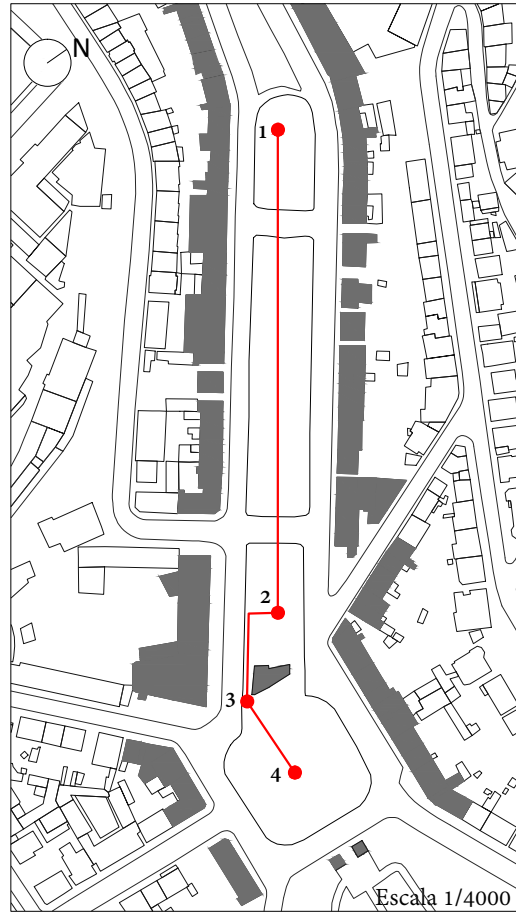




De uma maneira geral, conclui-se que as relações que o sujeito traça com este lugar estão já bastante desenvolvidas pelo desenho da praça, o que, segundo a construção teórica proposta, reforça tanto a sua identidade como a identidade da cidade. Considera-se que é no tratamento da forma como os sujeitos chegam a este ponto, ou seja da Escala de Aproximação,<sup>2</sup> que se encontra o maior potencial de valorização deste lugar.

Relativamente à questão aqui identificada - a da possibilidade de coexistência de duas arquitecturas de relação diferentes neste mesmo lugar - reconhece-se que não se possuem dados suficientes para aferir se, de facto, a identidade do lugar pode admitir esta ambiguidade ou, se pelo contrário, se deveria colocar a hipótese de uma intervenção no espaço que valorizasse apenas uma destas arquitecturas, clarificando a relação que o sujeito com este lugar. Na linha do que tem vindo a ser defendido sobre a salvaguarda da complexidade inerente à realidade, consideramos interessante que também o lugar, à semelhança da cidade, possa ter uma identidade múltipla e plural, permitindo ao sujeito uma constante redescoberta do mesmo.

<sup>2</sup> Ver página 145-149.



## *A Praça da República*

### *Descrição de um Percurso*

Realizado dia 20 de Junho pelas 17 horas

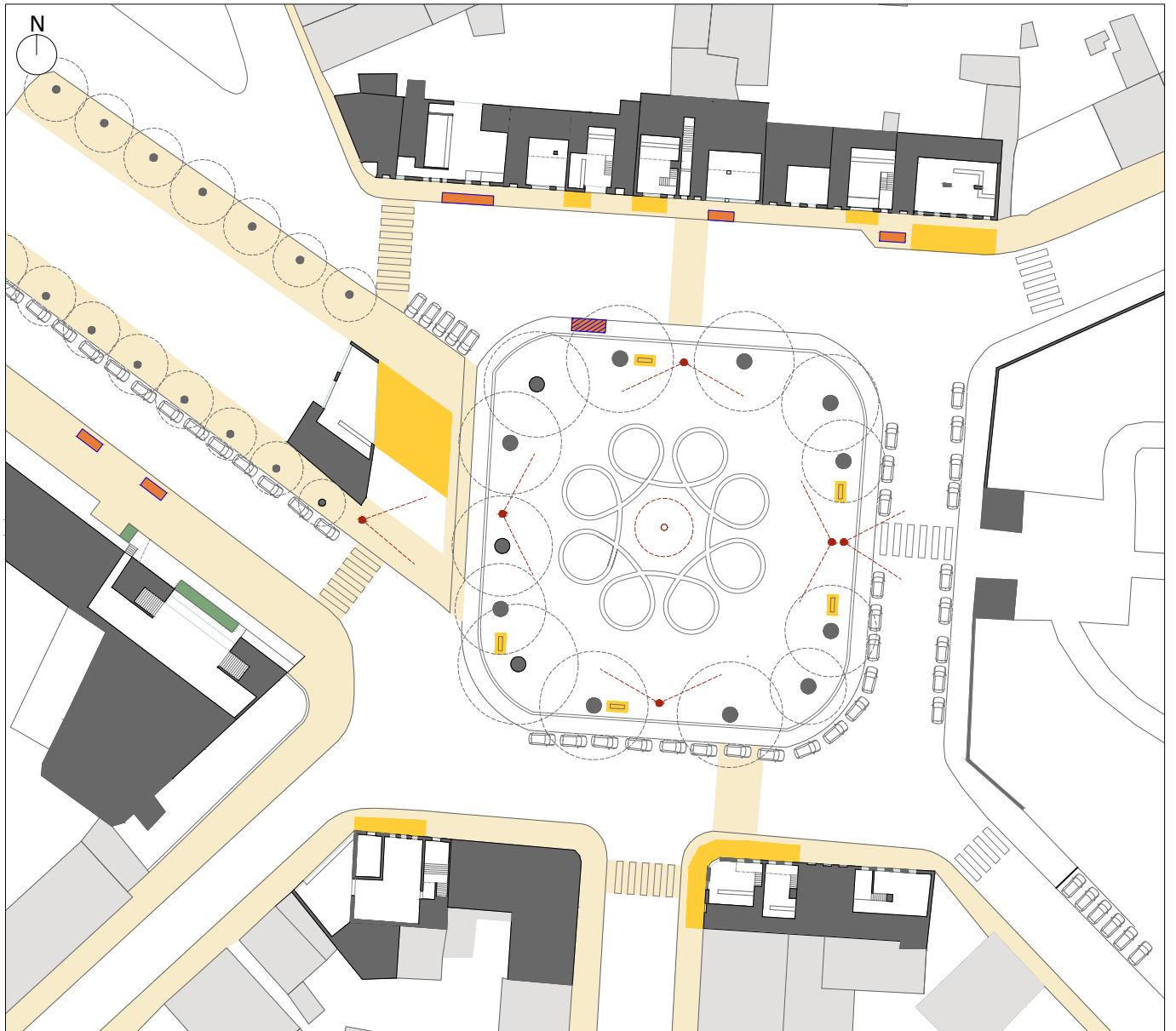
**Momento 1.** O verde inunda o campo de visão. As duas sequências laterais de plátanos ritmadas pelos troncos equidistantes limitam este espaço, isolando-o das restantes vias mas permitindo reconhecer as fachadas de cantaria trabalhada, pintadas de cores vivas. A largura franca do espaço faz com que este perca a conotação de um separador central ajardinado; quem opta por este percurso fá-lo a passo lento, parando ocasionalmente nos bancos dispostos em torno das fontes que pontuam este espaço. É um local fresco com muita sombra onde o barulho da água abafa o das esporádicas conversas. Os canteiros de desenho geométrico que surgem pelo meio da calçada obrigam a um movimento serpenteado. As copas frondosas reforçam a direcção do olhar, sem que seja consigamos ver aonde conduz este percurso. Ao fundo automóveis atravessam-se no caminho sem que a sua presença seja significativa para constituir um possível obstáculo ao movimento, face ao contraste da sua escala com a desta via.

**Momento 2.** Andámos cerca de 300 metros sem que haja outros momentos a assinalar. Subimos de forma suave até este ponto, apesar da presença de vegetação ao centro conseguimos entrever uma construção isolada de tons escuros que obstrui o nosso percurso. Não compreendemos a forma da mesma, sabemos apenas que a teremos de contornar. Adivinhamos que estamos perto do fim: na nossa linha de horizonte os edifícios, antes paralelos, gradualmente fecham a nossa perspectiva, deixando supor um espaço que acompanhe a curvatura esboçada. O edifício à direita, liberto da sucessão de edifícios de carácter habitacional, apresenta-se como um elemento marcante: a pedra creme e lisa utilizada na sua fachada distingue-se das pinturas dos restantes edifícios; a luz por ela reflectida contrasta com o cinza sujo da calçada em sombra. Em frente a este, as paragens de autocarro alimentam um fluxo contínuo de pessoas que ocupam de forma informal o espaço em torno delas.



**Momento 3.** Contornado o edifício, chegamos à Praça da República. O barulho de conversas adensa-se, misturado agora com o som da televisão e o ruído dos automóveis. O espaço circular, de limites definidos por um desnível em relação às vias destinadas a tráfego automóvel, vê a sua geometria reforçada pela sequência de plátanos dispostos em jeito de contorno. À esquerda a esplanada é o único elemento que avança sobre a praça. Todos os espaços de estar que daqui distinguimos são pensados com essa função, esplanadas ou bancos, e todos eles estão orientados para o grande vazio que se forma no centro, as pessoas parecem-se observar umas às outras. Dada a amplitude deste lugar, os edifícios que o circunscvem passam despercebidos, somos quase que atraídos para o centro inóspito da praça como forma de compreendermos o que se passa em torno dela e de reconhecermos todas as alternativas possíveis de prolongamento do nosso percurso.

4. O barulho dissipa-se à medida que nos aproximamos do centro da praça. Este é desabrigado, sem qualquer elemento marcante. Daqui, tem-se o controlo visual sobre a envolvente mas, ao mesmo tempo, estamos expostos: todas as esplanadas estão orientadas para este ponto, estamos em posição de destaque e sentimo-nos observados. Os edifícios que limitam a praça, bastante afastados, parecem não ter escala para a controlar. Até mesmo o Jardim da Sereia, de dimensões consideráveis, não consegue rivalizar com a vastidão do vazio da praça, perdendo a sua profundidade quando comparada com esta. As diferentes dinâmicas em torno da praça contrastam com a desertificação do seu centro: pessoas passam a passo apressado por detrás das esplanadas, os carros contornam este separador central, obstruindo de quando em vez a vista. Não existe ocupação informal do espaço, tudo está pensado com uma função. Este é um ponto de paragem rápida, atravessamento e de distribuição para as várias vias que se dispõem em volta. Temos de escolher que caminho seguir.



Escala 1/1000

**Desenho e Morfologia**

- Espaços penetráveis pelo sujeito
- Espaços impenetráveis

**Fluxos e Movimentos**

- Zona de passagem
- Zona de estar convencional
- Zona de estar informal
- Estacionamentos

- Pontos de vista mais praticados
- Bebedouro
- Paragens de Autocarro não assinaladas

Mapa 7.3 | Escala de Detalhe Análise do lugar da Praça da República.

A escolha da Av. Sá da Bandeira como ponto de partida para o percurso foi tomada com base na continuidade entre o desenho deste acesso e o da Praça da República, lugar que pretendemos analisar, tendo a segunda sido projectada como um remate da primeira. Assim, concluiu-se que esta seria a aproximação mais evidente a este espaço; ao que acresce o facto de este percurso surgir na sequência daquele utilizado para analisar a Praça 8 de Maio, considerando-se importante adoptar a perspectiva de quem se move entre estes lugares.

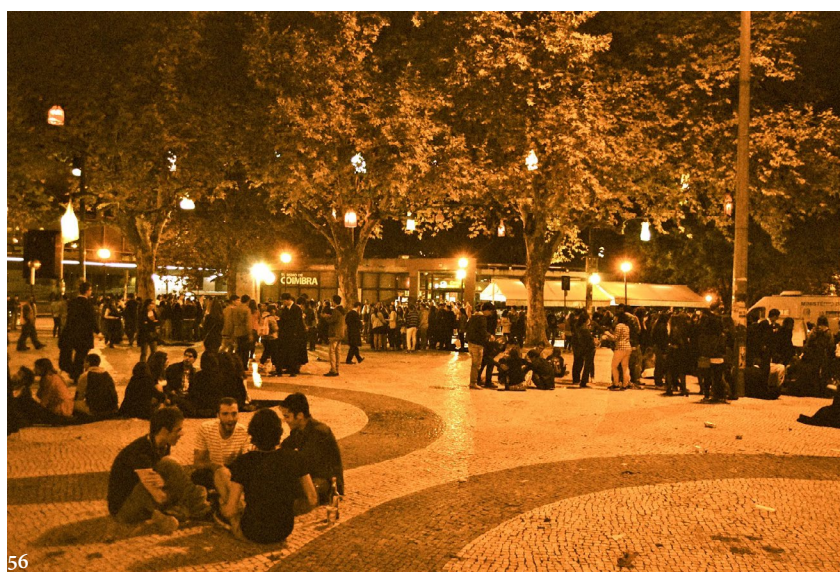
Como havida sido referido na Escala de Aproximação, a monumentalidade da avenida permite-lhe justapor três alternativas de percursos pedonais, de características distintas, para uma mesma direcção de movimento: continuar pela faixa pedonal do lado norte ou sul da via [Fig.55], ou seguir pelo corredor central ajardinado, sendo que, na descrição realizada, se optou por esta última. Ainda aludindo às particularidades da escala monumental destes espaços, verificou-se que esta os torna mais controlados e uniformes, o que dificulta a selecção dos momentos a considerar aquando da descrição do percurso, obrigando uma maior distância entre eles.<sup>1</sup>

Das observações feitas para a elaboração do *Mapa 7.3*, compreende-se que todos os elementos que compõem este lugar têm uma função precisa, não dando espaço para ocupações informais significativas. Atentando, para começar, nas zonas de passagem, verifica-se que a maioria das faixas destinadas à circulação pedonal são bastante utilizadas, criando fluxos constantes. Também as vias de circulação automóvel destinadas a concentrar neste ponto de fluxos vindos de outras zonas da cidade, tal como foi referido nas escalas de análise anteriores, cumprem integralmente esta função. Relativamente às zonas de estar nas imediações da praça, apenas se registaram espaços de estar formais compostos por esplanadas e por alguns bancos, todos eles orientados para o centro da praça (tal como verificámos no *Momento 4* do percurso) apesar de, aqui, não existir, à partida, qualquer elemento ao qual possamos atribuir esta dinâmica.

O separador central que define a praça em si é um elemento de difícil definição, não sendo um local de fluxos constantes ou uma zona de estar, através das observações feitas e da descrição do percurso [*Momento 4*] podemos considerá-lo como uma possível zona de atravessamento, utilizado por forma a encurtar as distâncias entre os dois lados da praça, ou como ponto de reconhecimento dos contornos deste lugar. Os pontos de vista registados [*Mapa 7.3*] coincidem com pontos onde é possível uma apreensão do desenho da praça. Dada a escala monumental deste lugar, as zonas de estacionamento pouco interferem na forma como o sujeito se relaciona com este espaço, já as

<sup>1</sup> Sendo esta a razão pela qual na descrição deste percurso planta de identificação dos seus momentos à escala 1/4000, ao invés de recorrer à escala 1/2000 utilizada nas outras análises de percursos.





*Fig.55* O percurso pela faixa de peões da Av. Sá da Bandeira. 2016

*Fig.56* Apropriação nocturna da Praça da República.

Na primeira imagem procura-se evidenciar o contraste entre os diferentes percursos paralelos possíveis pela Av. Sá da Bandeira: a faixa de peões captada diverge em dinâmicas e enquadramentos do percurso descrito, onde se opta por percorrer o corredor central. Também a segunda imagem ilustra uma apropriação distinta daquela constatada com o percurso, onde a apropriação do mesmo lugar é feita de forma mais informal.



árvores que limitam este separador acentuam a sua centralidade, ao mesmo tempo que contribuem para o seu isolamento das restantes dinâmicas geradas em torno dele.

Face à descrição do percurso apresentada e após o seu cruzamento com o *Mapa 7.3*, considera-se legítimo assumir que é o desenho desta praça que se afirma como a arquitectura de relação mais representativa deste lugar. Com efeito, verifica-se que nenhum dos outros elementos arquitectónicos aqui presentes têm a capacidade de se afirmarem perante o desenho monumental e concêntrico desta praça. Até o Jardim da Sereia, em posição axial ao percurso realizado, parece perder a sua profundidade quando colocado em relação com este lugar. Como forma de contra-análise, considerou-se importante observar as dinâmicas deste espaço em período nocturno, a fim de confirmar se o desenho da praça se continuava a evidenciar como a arquitectura de relação mais representativa, ou se esta era suplantada por algum outro elemento. Dada a maior afluência de pessoas e o pleno funcionamento dos bares que limitam este lugar constatou-se que, apesar de o desenho da praça continuar a mediar as relações com o sujeito, estas novas dinâmicas permitem uma ocupação mais flexível, verificando-se, por exemplo, que os sujeitos se apropriavam do chão no centro da praça como zona de estar informal [Fig.56]. Assim, coloca-se a possibilidade de um lugar com uma arquitectura de relação mais representativa, conjugar duas identidades diferentes consoante o modo como os sujeitos que se relacionam com este lugar nos vários períodos do dia.

Da análise deste lugar, levanta-se uma questão que carecia da aplicação deste método a uma amostra mais alargada de lugares para ser respondida: uma vez que este espaço, fruto dos princípios urbanísticos da época em que foi criado, apresenta um desenho claro e intencional, procurando definir uma utilização para cada um dos seus elementos; surge a dúvida se, para que o desenho assumia o papel de arquitectura de relação, este tem necessariamente de se afirmar de uma forma tão evidente, ou se, pelo contrário, pode ter uma presença mais discreta mas ao mesmo tempo concentrar nele as relações com o sujeito (tal como ocorre na Praça 8 de Maio no percurso sul/norte). Já relativamente à contra-análise realizada neste lugar, considera-se interessante analisar de uma forma mais profunda esta diferença de relações que se faz sentir consoante a altura do dia, indagando se é a diferença na percepção visual do desenho da praça que influencia a forma como o sujeito se relaciona com esta arquitectura de relação, ou se, esta mudança é exclusivamente motivada por uma dinâmica criada pelas funções que aqui se instalam neste período.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente dissertação procurou-se demonstrar a importância da dimensão imaterial para a construção do espaço urbano, formulando-se uma leitura de cidade assente nesta articulação e justaposição de sistemas de duas ordens: materiais, de configuração hierárquica; e outros imateriais, sistemas abertos, não-hierárquicos e em constante mutação. Inicialmente desenvolvida ao nível teórico, ensaiou-se a transposição da mesma para a prática, primeiro através da análise das relações que se desenvolvem entre o sujeito e o espaço e, posteriormente, pelo seu mapeamento, com o objectivo de aferir a validade e utilidade desta construção.

Não se pretende afirmar que esta maneira de pensar a cidade, através das suas relações, seja melhor ou mais adequada do que qualquer outra: reconhece-se que na tentativa de compreensão de uma realidade tão complexa são muitas as abordagens possíveis. No entanto, partindo da análise de algumas experiências urbanas realizadas entre 1950 e 1960, reiterou-se a pertinência desta visão, encontrando-se na figura do rizoma enquanto sistema, uma forma de pensar a cidade mediante a articulação destas duas dimensões (material e imaterial).

Das muitas relações que se traçam na cidade-rizoma, optou-se, como forma de concretização desta ideia, pelo aprofundamento de uma que se desenvolve neste contacto de dimensões: a relação do sujeito com o espaço; procurando-se demonstrar a importância do reconhecimento e da inclusão de elementos imateriais aquando da leitura da cidade.

Considerando que a arquitectura apenas cumpre uma das suas finalidades por meio do seu relacionamento com o sujeito, e admitindo a identidade como a realização de algo em si mesmo,<sup>1</sup> é possível afirmar que esta relação é condição para o desenvolvimento da identidade do espaço construído. Alargando esta lógica à cidade, colocou-se a hipótese de a sua identidade plural e heterogénea derivar do conjunto de identidades singulares dos lugares que a compõem, visto que estes se tratam de pontos físicos, espacialmente localizados, onde se concentram um conjunto de relações que remetem para parte da dimensão imaterial da cidade.

<sup>1</sup> Ver significados atribuídos à palavra “identidade”. Capítulo 2, páginas 75-81.



Confirma-se assim a possibilidade de actuar sobre construções imateriais, como a identidade da cidade, através de intervenções no espaço construído, assumindo a importância de um conhecimento aprofundado da identidade dos lugares mais representativos da cidade, através da assimilação das relações que neles se traçam. Com este fim, elaborou-se o conceito de arquitecturas de relação para designar elementos que medeiam pelo seu desenho as relações que o sujeito traça com um determinado lugar constituindo, por essa razão, pontos de referência para o conhecimento da identidade desse lugar.

No desenvolvimento de um método de mapeamento da identidade, procurou-se uma aplicação destes conceitos, testando a coerência de toda a formulação teórica apresentada e indagando os limites do “mapa-instrumento” como forma de representar simultaneamente esta dimensão material e imaterial da cidade que originam a sua identidade.

Antes de se proceder à apresentação das conclusões retiradas deste exercício, considera-se pertinente fazer uma breve sistematização dos três princípios gerais deste método, a fim de evidenciar a forma como estes reflectem a produção teórica desenvolvida. Assim, o primeiro princípio basilar é a representação cruzada de ambos os elementos que participam desta relação: o sujeito e o espaço; recorrendo para isso à criação de duas categorias de parâmetros de análise, *Desenho e Morfologia* (relativos ao espaço) e *Fluxos e Movimentos* (relativos ao sujeito). Se a primeira, por abordar o levantamento de uma realidade material e objectiva, tem uma utilização mais consensual; na segunda, admite-se que existem outras formas possíveis de retratar a relação do sujeito com o espaço, para além do seu movimento.<sup>2</sup>

O segundo princípio prende-se com uma progressão necessária de escalas, da cidade ao lugar, tomando estes últimos e as suas arquitecturas de relação como coordenadas de articulação, pois só assim é possível traduzir para a prática a hipótese colocada de que a identidade plural da cidade se forma na articulação da identidade dos seus lugares. Para cada uma destas escalas estabelecem-se objectivos do que se pretende observar, sendo o cumprimento destes o critério para a escolha dos parâmetros a incluir.

O terceiro princípio diz respeito à abertura deste método aos parâmetros que se afigurem como os mais representativos para a comunicação das particularidades de cada caso de estudo, e às escalas de representação e suportes que melhor os transmitam; sendo, no entanto, condição que a sua

<sup>2</sup>Vejam-se, por exemplo, os inquéritos utilizados por Sepe (2013), ou as entrevistas feitas por Lynch (2008). Páginas 103-109.



análise seja feita de forma cruzada, permitindo uma compreensão de como estes elementos se relacionam na cidade.

Passando agora às considerações finais relativas ao método geral proposto, tecidas posteriormente à sua aplicação, é necessário começar por assumir que qualquer tentativa de mapear a identidade por meio de suportes materiais finitos ficará sempre aquém dos “mapas-mentais” que cada um traça das relações de uma cidade com a qual se relaciona; não deixando por isso de ser um exercício fundamental para a consciencialização e comunicação da sua presença no espaço.

Em segundo lugar, sublinha-se que todo o mapeamento deve ser assumidamente imparcial, requerendo-se especial atenção aquando do tratamento das relações do sujeito, devendo ser apenas admitidas conclusões suportadas pela observação e análise conduzidas.

Relativamente aos parâmetros de análise, realça-se a importância de uma reflexão aprofundada sobre aqueles que devem ser incluídos, em detrimento de outros, por forma a se conseguir retratar, de uma forma sintética e apontada, alguns traços essenciais da realidade em estudo, para que se possa, num segundo momento, reconhecer os pontos específicos que carecem de melhoria, tal como defende Cullen:

“[...] quanto mais se estreita o campo de observação maior deve ser a sensibilidade aos parâmetros locais. Há uma grande falta de sensibilidade na construção de cidade, uma tendência generalizadas para recorrer a tanques e carros blindados onde apenas faz falta uma espingarda telescópica.”

(Cullen, 1988, p.13)

Concluiu-se também que o número de parâmetros a desenvolver deve ser limitado, permitindo uma leitura mais clara e um maior aprofundamento das conexões que se traçam entre eles. Não se trata de isolar os elementos analisados e as suas relações das restantes compõem a cidade, apenas de realçá-las para que estas possam ser estudadas, admitindo sempre que, através destas representações, apenas é possível vislumbrar uma ínfima parte deste rizoma que é a cidade.

Feitas estas considerações gerais ao método de mapeamento, importa agora apresentar as conclusões específicas extraídas da sua aplicação a uma parte da cidade de Coimbra, onde se tentou esboçar alguns traços da sua identidade através da análise de três dos seus lugares.





Em modos gerais, a esta experiência permitiu, primeiramente, confirmar a pertinência da abertura da escolha dos parâmetros de análise mais adequados: neste caso particular, a inclusão da topografia como parâmetro de caracterização espacial revelou-se determinante para a compreensão das dinâmicas que se desenvolvem nesta cidade, visto que esta é em parte responsável por um isolamento de várias das suas zonas, e determinante na forma como os sujeitos se movem entre os lugares. Em contrapartida, verificaram-se algumas dificuldades na limitação dos parâmetros de análise, tendo sido necessário todo um processo de estudo e constante depuração para determinar quais os mais representativos dos lugares e da cidade em estudo.

Em segundo lugar, a opção tomada de analisar três lugares do mesmo tipo e geograficamente próximos, facilitou a compreensão das suas diferenças e dos factores por elas responsáveis a várias escalas; permitindo também uma leitura mais apontada das relações que se desenvolvem entre eles. Todavia, com vista à evolução deste método, reconhece-se a pertinência da admissão futura de lugares de outros tipos para além da praça (por exemplo: ruas, bairros, jardins, etc.), como forma de testar a coerência da utilização de parâmetros transversais no mapeamento de lugares com diferentes naturezas.

Por fim, refere-se o papel determinante da descrição do percurso enquanto peça de análise à *Escala de Detalhe*, permitindo uma aproximação à maneira como o sujeito se relaciona com o espaço do lugar através da sua arquitectura de relação. Presume-se que, sem este elemento, não teria sido possível questionar a validade de algumas das arquitecturas de relação avançadas preliminarmente, tendo sido no seu cruzamento com a visão mais distanciada da cartografia elaborada que se tornou claro o impacto que cada elemento tem na relação com o sujeito.

Sendo as arquitecturas de relação um conceito por nós avançado, considera-se oportuno terminar com uma curta compilação de algumas conclusões e questões levantadas pela transposição deste conceito para a prática, assumindo estas últimas como possíveis portos para um aprofundamento futuro.

Com a validação da Sé Velha como a arquitectura de relação mais representativa da identidade do largo onde se encontra, lugar em estudo, constatou-se que os seus limites exteriores e a sua implantação são os factores mais influentes no desempenho deste papel; sendo o espaço interior apenas relevante enquanto elemento que incentiva a deslocação dos sujeitos para este lugar. Concluiu-se também que, apesar do declive ter uma influência na percepção que o sujeito tem deste largo, condicionando a forma como se relaciona com ele, a Sé Velha afirma-se sempre enquanto elemento que molda estas relações, independentemente da direcção ou do percurso escolhido.



A partir da análise do caso da Praça 8 de Maio, equacionou-se a possibilidade de um mesmo lugar possuir arquitecturas de relação distintas consoante a direcção do percurso feito pelo sujeito: neste caso em particular, para quem chega das ruas a poente, é a Igreja de Santa Cruz que domina a sua percepção do espaço; enquanto que, para quem passa paralelamente à sua fachada, é o desenho da praça que assume o protagonismo. Coloca-se assim a questão sobre se um lugar com duas arquitecturas de relação consoante a aproximação feita pelo sujeito tem uma identidade mais diluída do que um lugar unificado; ou se, pelo contrário, este é um factor que acrescenta profundidade e gera mais interesse no sujeito, oferecendo-lhe uma possibilidade de redescoberta. Por outro lado, confrontados com o papel determinante que a intervenção de Távora teve na definição da identidade do lugar e da sua arquitectura de relação, questionamo-nos sobre quais os limites na alteração da identidade de um lugar existente onde já existam relações prévias traçadas com os sujeitos: será ou não legítimo, por exemplo, mudar a sua arquitectura de relação, ou, num caso como este, reduzir as suas duas arquitecturas de relação a uma, como forma de clarificar a sua leitura.

Por último, através da análise da Praça da República, exemplificou-se a hipótese anteriormente avançada da arquitectura de relação mais representativa de um lugar ser o seu desenho e não um edifício. Derivada desta análise, coloca-se a questão se determinadas características do seu desenho, neste caso a monumentalidade e a inflexibilidade do seu uso, constituem factores favorecem este seu papel. Já relativamente às variações na forma como os sujeitos se relacionam com esta arquitectura de relação, consoante a altura do dia (período diurno ou nocturno), construindo diferentes identidades para um mesmo lugar, interrogamo-nos sobre a possível influência de variações de percepção visual do desenho da praça.

Visto que neste mapeamento foram apenas abordados três lugares localizados numa área restrita da cidade, considera-se que quaisquer considerações genéricas sobre o estado da identidade da cidade de Coimbra seriam precoces e infundadas. Tentou-se antes transmitir uma imagem da identidade actual destes três lugares, assinalando-se as suas particularidades e fazendo ao mesmo tempo, propostas com vista ao seu fortalecimento. Verificou-se que, em muitos dos casos, melhorias significativas podem ser feitas através de intervenções pontuais, capazes de reforçar algumas relações.

Conhecer em pormenor os lugares representativos que compõem grande parte da identidade da cidade, perceber como estes se conectam entre si, e como os sujeitos se relacionam com eles, seja a partir deste método ou por um outro, são a nosso ver pontos de partida importantes para o delinear de quaisquer estratégias de intervenção no espaço da cidade.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Aureli, P. (Winter/Spring 2007). The Difficult Whole. *Log*, 9 (pp.39-61). New York: Anyone Corporation.
- Aureli, P. (2011). *The Possibility of an Absolute Architecture*. Cambridge: MIT Press.
- Bacon, E. (1995). *Design of Cities* (2ªed.). London: Thames and Hudson. First published in 1967.
- Bandeirinha, J. (2003). *Coimbra Vista do Céu*. Coimbra: Argumentum Edições Lda.
- Bandeirinha, J. (2006). 1131-1993, as duas datas de um projecto. Fernando Távora, Santa Cruz e o Largo de Sansão. *Monumentos* (25), 149-152. Lisboa: D.G.D.M.N.
- Bandeirinha, J. (2012). *Fernando Távora: modernidade permanente*. Guimarães: Associação Casa da Arquitectura.
- Ballantyne, A. (2007). *Deleuze and Guatarri for Architects*. New York: Routledge.
- Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Boeri, S. (1993). *Il territorio che cambia : ambienti, paesaggi e immagini della regione milanese*. Milano : Abitare Segesta Cataloghi.
- Boeri, S. (1997). *Eclctic Atlases*. Em: [https://urbanmedialabtraffic.files.wordpress.com/2012/04/boeri\\_eclctic\\_atlases.pdf](https://urbanmedialabtraffic.files.wordpress.com/2012/04/boeri_eclctic_atlases.pdf). Acedido a 20 Junho 2016.
- Cardielos, J. (2000). Coimbra... ou o inverso! Cidade, planos e etapas de seu planeamento urbano. *ECDJ* 3 (pp. 40-47). Coimbra: edarq.
- Choay, F. (2006). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70. Primeira edição: 1982.
- C.I.A.M. et Sert, J. (1947). *Can Our Cities Survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Cambridge: The Harvard University Press.
- Claudel, M. ; Haw, A. ; Picon, A. ; Ratti, C. (2003). *The Power of Networks: Beyond Critical Regionalism*. *AR The Architectural Review*. Em: <http://www.architectural-review.com/view/the-power-of-networks-beyond-critical-regionalism/8651014.article>. Acedido a 21 Novembro 2015.
- Cohen, J.L. (2008). Monuments Lost and Found. In: Lemaire, Sylvie; Pourtois, Christophe; Vermeulen, Caroline (Eds.). *Looking at european architecture : a critical view*. Bruxelles: CIVA.



- Corboz, André (2001a). Vues réformatrices. Em: Corboz, André (Eds). *Le Territoire comme palimpseste et autres essais* (pp.105-132). Paris: Les Éditions de l'Imprimeur. Première publication en 1991.
- Corboz, André (2001b). Le territoire comme palimpseste. Em: Corboz, André (Eds). *Le Territoire comme palimpseste et autres essais* (pp.209-230). Paris: Les Éditions de l'Imprimeur. Première publication en 1983.
- Corboz, André (2001c). La description: entre lecture et écriture. Em: Corboz, André (Eds). *Le Territoire comme palimpseste et autres essais* (pp.249-257). Paris: Les Éditions de l'Imprimeur. Première publication en 2000.
- Cullen, G. (1988). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70. Edição original: 1971.
- Deleuze, G. (1967). *How Do We Recognise Structuralism?*. Em: [http://www.topoi.net/wp-content/uploads/2012/12/How\\_Do\\_We\\_Recognize\\_Structuralism.pdf](http://www.topoi.net/wp-content/uploads/2012/12/How_Do_We_Recognize_Structuralism.pdf). Acedido a 21 Fevereiro 2016.
- Deleuze, G. ; Guatarri, F. (2007). *Capitalismo e Esquizofrenia 2: Mil Planaltos*. Lisboa: Assírio e Alvim. Primeira publicação: 1972.
- Domingues, A. (2000). Os Novos Mapas da Cidade. *Novos Mapas para Velhas Cidades, ECDJ 3* (p.35-40). Coimbra: edarq.
- Fanfano, D. (2001). La descrizione delle reti territoriali per il progetto di sviluppo locale autosostenibile. In: Magnaghi, A. (Org.), *Representare i luoghi. Metodi e Tecniche*. Em: [http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare\\_080\\_Fanfano.pdf](http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_080_Fanfano.pdf). Acedido a 20 de Junho de 2016.
- Ferreira, V. (2015). Centralidade e fragmentação. *XXI, Ter Opinião* (4), pp.88-92.
- Fortuna, C.; Peixoto, P. (2002). A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas. Em: Fortuna, C.; Silva, A. (Orgs.). *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Foucault, M. (1986). *De Outros Espaços*. Em: [http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De\\_Outros\\_Espacos.pdf](http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf). Acedido a 16 Novembro 2015.
- Frias, A.; Peixoto, P. (2001). Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Giangregorio, G. (2000). Crítica e projecto na cidade contemporânea. *Novos Mapas para Velhas Cidades, ECDJ 3* (p.10-14) Coimbra: edarq.
- Giedion, S. ; Léger, F. ; Sert, J.L. (1943). *Nine Points on Monumentality*. Em: <http://www.ub.edu/escult/doctorat/html/lecturas/sert1.pdf>. Acedido a 16 Novembro 2015.
- Giedion, S. (1971). *Architecture an the phenomena of transition: the three space conceptions in architecture*. Michigan: University Microfilms International.





- Grande, N. (2002). *O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Coimbra : EDARQ - Edições do Departamento de Arquitectura.
- Guattari, F. (2006). *Caosmose. Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34. Primeira edição: 1992.
- Heidegger, M. (1993). *Building Dwelling Thinking*. Em: [http://designtheory.fiu.edu/readings/heidegger\\_bdt.pdf](http://designtheory.fiu.edu/readings/heidegger_bdt.pdf). Acedido a 9 de Outubro de 2015.
- Innerarity, Daniel (2006). *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicologia da Língua Portuguesa (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates.
- Internationale Situacioniste (1958, Jun.). *Internationale Situacioniste*, 1. Paris: Sections de la Internationale Situacioniste.
- Internationale Situacioniste (1958, Dez.). *Internationale Situacioniste*, 2. Paris: Sections de la Internationale Situacioniste.
- Internationale Situacioniste (1959, Dez.). *Internationale Situacioniste*, 3. Paris: Sections de la Internationale Situacioniste.
- Koolhaas, R. (2010). A Cidade Genérica. Em: *Três textos sobre a cidade* (pp.31-65). Barcelona: Gustavo Gili.
- Kostof, S. (2009). *The City Shaped*. London: Thames and Hudson. Text published in 1991.
- Lathouri, M. (1999). *CIAM Meetings 1947-59 and The "Core" of the City: Transformations of an Idea*. Em: <http://apps.acsa-arch.org/resources>. Acedido a 5 de Fevereiro 2016.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Lee, C. (2012). *The Fourth Typology: Dominant Type and the Idea of the City*. Tese de doutoramento, Technische Universiteit Delft. Obtido a 4 de Dezembro 2015 através do website: <http://repository.tudelft.nl/view/ir/uuid%3Ab73c9070-de3b-4752-bbf1-b301e5b71ad0/>.
- Lefaivre, L. ; Tzonis, A. (1998). Beyond Monuments, Beyond Zip-a-tone. Shadrach Woods's Berlin Free University, a Humanist Architecture. *Le Carré Bleu*, 3-4 (pp.4-43). Paris.
- Lefebvre, H. (1972). *Le droit à la Ville; suivi de Espace et Politique*. Paris: Anthropos.
- Lopes, P. (2006). Etnização do Espaço e Produção de Identidade. In Balsa, C. (Org.), *Relações Sociais de Espaço, Homenagem a Jean Remy* (pp.137-52). Lisboa: Edições Colibri.
- Lucan, J. (2010). *Composition, non-composition. Architecture et théories, XIXe-XXe siècles*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes.
- Lynch, Kevin (2008). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70. Primeira edição: 1960.



- Mascarenhas, M. (2006). Território, Identidades e o Jogo das Dualidades. In Balsa, C. (Org.), *Relações Sociais de Espaço, Homenagem a Jean Remy* (pp.153-70). Lisboa: Edições Colibri.
- Magnaghi, A. (2005). *The Urban Village*. London: Zed Books. First published in 2000.
- Marguccio, A. (2009). *Il Progetto di Territorio, tra Intuizione e Metodo*. Lisboa: Insidicity.
- Mattoso, J.; Sousa, A. (1993). Mutações. Em: *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)* (pp. 243-268). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Montaner, J. (2009). *Sistemas arquitectónicos contemporâneos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Mumford, L. (1996). *The Culture of Cities*. San Diego: Harcourt Brace & Company. Primeira publicação: 1938.
- Nieuwenhuys, C. (1974). New Babylon: a nomadic town. Em: [http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic709752.files/WEEK%207/CNieuwenhuis\\_New%20Babylon.pdf](http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic709752.files/WEEK%207/CNieuwenhuis_New%20Babylon.pdf). Entrevista primeiramente publicada em 1963. Acedido a 10 Janeiro 2016.
- Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli.
- Pião, A. (2016). *Coimbra, cidade de bairros. Articulação Urbana entre o centro da cidade e os bairros da Conchada e Ingote*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologias.
- Portas, N. (2007). *A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Riegl, A. (2013). *O Culto Moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70. Primeira publicação: 1903.
- Rossa, W. (2000). Cidade: o sonho de Nero, o desenho, o comércio tradicional e outras provocações expressas de forma desordenada. *ECDJ 3* (pp. 19-33). Coimbra: edarq.
- Rossa, W. (2001). Coimbra como Território. *ECDJ 4* (pp. 5-8). Coimbra: edarq.
- Rossi, A. (1977). *Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos. Edição original: 1966.
- Santos, M. (2014). *In-Between: um mediador urbano*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa.
- Sassen, S. (2001). *The Global City* (2ªed.). New Jersey: Princeton University Press.
- Smithson, Alison (1968). *Team 10 Primer*. London: Studio Vista Limited. Originally published in magazine form, *Architectural Design*, December 1962.
- Sepe, M. (2013). *Planning and Place in the City: Mapping Place Identity*. New York: Routledge.
- Silva, M. (2006). Espaço e Sociedade: Alguns Elementos de Reflexão. In Balsa, C. (Org.), *Relações Sociais de Espaço, Homenagem a Jean Remy* (pp.185-97). Lisboa: Edições Colibri.



- Stan, A. (1999). *Points + Lines: diagrams and projects for the city*. New York: Princeton Architectural Press.
- Thiry-Cherques, R. (2006). O Primeiro Estruturalismo: método de pesquisa para as Ciências da Gestão. *Revista de Administração Contemporânea* (2), Abr/Jun 2006, pp. 137-156.
- Traschtenberg, M. (2010). *Building-in-Time: from Giotto to Alberti and Modern Oblivion*. New Haven; London: Yale University Press.
- Trigal, L. (2010). *Diccionario de términos sobre la ciudad y lo urbano*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- Ungers, O.; (1997). *Dialectic City*. Milan: Skira.
- Van Eyck, A. (1993). Steps Towards a Configurative Discipline. In Ockman J. (Ed.), *Architecture Cultura 1943-1968* (pp. 347-60). New York: Rizzoli and Columbia.
- Vaz, D. (2006). O Urbano e o Território: notas sobre algumas questões emergentes. Em: Balsa, C. (Org.), *Relações Sociais de Espaço, Homenagem a Jean Remy* (pp.219-30). Lisboa: Edições Colibri.
- Woods, S. (1998). Web. *Le Carré Bleu*, 3-4 (pp.44-47). Paris. Texto originalmente publicado em 1962.



## FONTES DE IMAGENS

- Fig.1** *Superstudio Architecture*. Disponível em: <https://moodmoods.wordpress.com/2014/02/26/superstudio-superarchitettura>
- Fig.2** “Streets in the air”, *Golden Lane*. Smithson, Alison (1968). *Team 10 Primer*. London: Studio Vista Limited, p.77
- Fig.3** *Concurso para Berlin Hauptstadt*. Lucan, J. (2010). *Composition, non-composition. Architecture et théories, XIXe-XXe siècles*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, p.464.
- Fig.4** *Concurso para Toulouse-le-Mirrail*. Lucan, J. (2010). *Composition, non-composition. Architecture et théories, XIXe-XXe siècles*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, p.468.
- Fig.5** *Free University of Berlin*. Disponível em: <http://socks-studio.com/2015/10/29/the-free-university-of-berlin-candilis-josic-woods-and-schiedhelm-1963/>. Acedido a 20 Junho 2016.
- Fig.6** *Guia Psicogeográfico de Paris*. Disponível em: <http://imaginarymuseum.org/LPG/Mapsitu1.htm>. Acedido a 8 Maio 2016.
- Fig.7** *New Babylon*. Coleção Fundação Constant. Site: <http://stichtingconstant.nl/work>. Acedido a 15 Janeiro 2016.
- Fig.8** *New Babylon*. Coleção Fundação Constant. Site: <http://stichtingconstant.nl/work>. Acedido a 15 Janeiro 2016.
- Fig.9** *O rizoma na botânica*. Disponível em: <http://culture-and-art.org/2015/03/02/my-viewpoint-on-culture-and-art/>. Acedido a 20 de Julho 2016
- Fig.10** *Quartier spaiale*. Lucan, J. (2010). *Composition, non-composition. Architecture et théories, XIXe-XXe siècles*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, p.475.
- Fig.11** Tzonis, A.; Lefaivre, L. (1998). *Beyond Monuments, Beyond Zip-a-tone*. Shadrach Woods's Berlin Free University, a Humanist Architecture. *Le Carré Bleu*, 3-4 (pp.4-43). Paris, p.37.
- Fig.12** *Process 7*. Disponível em: <http://rhizome.org/editorial/2009/sep/23/interview-with-casey-reas-and-ben-fry/>. Acedido a 20 Julho 2016.
- Fig.13** *Villaggio circolare*. Norberg-Schulz, G. (1980). *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, p.62





- Fig.14** *The City of the Captive Globe*. Disponível em: <http://audicity.tumblr.com/post/24466282900/the-city-of-the-captive-globe-a-drawing-by-rem>. Acedido a 20 de Julho 2016
- Fig.15** *Manhattan - the archetype of Metropolitan Condition*. Lee, C. (2012). *The Fourth Typology: Dominant Type and the Idea of the City*. Tese de doutoramento, Technische Universiteit Delft, p.237.
- Fig.16** *Sem título*. Bacon, E. (1995). *Design of Cities* (2ªed.). London: Thames and Hudson, p.63.
- Fig.17** Lee, C. (2012). *The Fourth Typology: Dominant Type and the Idea of the City*. Tese de doutoramento, Technische Universiteit Delft, p.230.
- Fig.18** *Ruimtecircus geprojecteerd op het Museumplein*. Coleção Fundação Constant. Site: <http://stichtingconstant.nl/work>. Acedido a 15 Janeiro 2016.
- Fig.19** *Sem título*. Bacon, E. (1995). *Design of Cities* (2ªed.). London: Thames and Hudson, p.14.
- Fig.20** *Aigues-Mortes*. Foto de autor.
- Fig.21** *The bridge*. Norberg-Schulz, G. (1980). *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, p.19.
- Fig.22** *Veduta della città dal castello*. Norberg-Schulz, G. (1980). *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, p.94
- Fig.23** *Praça Rockefeller*. Lucan, J. (2010). *Composition, non-composition. Architecture et théories, XIXe-XXe siècles*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, p.449.
- Fig.24** *Vista da Piazza della Rotonda*. Disponível em: <http://www.duvaws.com/it/15-articoli/69-merchandising>. Acedido a 20 de Julho 2016.
- Fig.25** *Vista aérea da Piazza della Rotonda*. Disponível em: <http://urbanpattern.tumblr.com/post/115925505710/up-pantheon> Acedido a 20 de Julho 2016.
- Fig.26** *Perspectiva da Praça do Capitólio*. Bacon, E. (1995). *Design of Cities* (2ªed.). London: Thames and Hudson, p.199.
- Fig.27** *National Theater*. Foto da autoria de Pedro Caiado.
- Fig.28** *Rua da Sofia*. Em: <http://www.skyscrapercity.com>. Acedido a 25 de Julho de 2016.
- Fig.29** *New Babylon*. Coleção Fundação Constant. Site: <http://stichtingconstant.nl/work>. Acedido a 15 Janeiro 2016.
- Fig.30** *Circular View of Rome*. Bacon, E. (1995). *Design of Cities* (2ªed.). London: Thames and Hudson, p.138.
- Fig.31** *Antiquae urbis Romae cum regionibus simulachrum*. Aureli, P. (2011). *The Possibility of an Absolute Architecture*. Cambridge: MIT Press, p.99.
- Fig.32** *Veduta Schematica del Piano Stradale Ideato da Sisto V*. Bacon, E. (1995). *Design of Cities* (2ªed.). London: Thames and Hudson, p.138.



- Fig.33** *Iconografica Rappresentazione della inclita Città di Venezia*. Disponível em: <https://www.etsy.com/listing/95951118/1764-map-of-venice-italy>. Acedido a 5 de Junho 2016.
- Fig.34** *Nuova Pianta di Roma*. Disponível em: <http://urban-networks.blogspot.pt/2013/06/la-roma-de-giambattista-nolli-formas-de.html>. Acedido a 5 de Junho 2016.
- Fig.35** *Pianta di Roma*. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Piranesi-1003.jpg>. Acedido a 14 de Janeiro 2016.
- Fig.36** *Roman Capriccio: The Pantheon and other monuments*. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Roman\\_Capriccio:\\_The\\_Pantheon\\_and\\_Other\\_Monuments](https://en.wikipedia.org/wiki/Roman_Capriccio:_The_Pantheon_and_Other_Monuments). Acedido a 20 de Julho 2016.
- Fig.37** *Mapa da imagem de Boston derivado das entrevistas verbais*. Lynch, Kevin (2008). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, p.149.
- Fig.38** *Visão serial*. Cullen, G. (1988). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, p.19.
- Fig.39** *O desenho como uma interpretação do sistema de traçados que enervam a região milanese*. Boeri, S. (1993). *Il territorio che cambia : ambienti, paesaggi e immagini della regione milanese*. Milano : Abitare Segesta Cataloghi, p.22
- Fig.40** *Complex map of analysis of Trevi - Pantheon route*. Sepe, M. (2013). *Planning and Place in the City: Mapping Place Identity*. New York: Routledge, p.132.
- Fig.41** *The City within the City - Berlin as a Green Archipelago*. Disponível em: <http://plmosley.tumblr.com/post/115798107429/peter-riemann-with-oswald-mathias-ungers-the>. Acedido a 14 Janeiro 2016.
- Fig.42** *Vedute delle Sette Chiese di Roma*. Bacon, E. (1995). *Design of Cities* (2ªed.). London: Thames and Hudson, p.138.
- Fig.43** *Dados estatísticos obtidos através de um inquérito relativo à representações de Coimbra*. Fortuna, C.; Peixoto, P. (2002). A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas. In: Fortuna, C.; Silva, A. (Orgs.). *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, p.52.
- Fig.44** *O Largo da Sé Velha*. Bandeirinha, J. (2003). *Coimbra Vista do Céu*. Coimbra: Argumentum Edições Lda, p.14.
- Fig.45** *A Praça 8 de Maio*. Foto de Autor.
- Fig.46** *A Praça da República*. Bandeirinha, J. (2003). *Coimbra Vista do Céu*. Coimbra: Argumentum Edições Lda, p.14.
- Fig.47** *Vista do Largo da Sé*. Fotografia Alvão. Centro Português de Fotografia.
- Fig.48** *Mappa Topografico da praça Sansão e as confrontaçoes das ruas, que arrematão nella*. Bandeirinha, J. (2006). 1131-1993, as duas datas de um projecto. Fernando Távora, Santa Cruz



e o Largo de Sansão. *Monumentos* (25), 149-152. Lisboa: D.G.D.M.N, p.147.

**Fig.49** *Esquiço da Praça 8 de Maio*. Bandeirinha, J. (2006). 1131-1993, as duas datas de um projecto. Fernando Távora, Santa Cruz e o Largo de Sansão. *Monumentos* (25), 149-152. Lisboa: D.G.D.M.N, p.149.

**Fig.50** *Chegada ao Largo da Sé Velha vinda da Rua do Quebra Costas a nascente*. Foto de autor

**Fig.51** *Chegada ao Largo da Sé Velha vinda da Rua Borges Carneiro a poente*. Foto de autor

**Fig.52** *O estacionamento no Largo da Sé Velha*. Foto de autor.

**Fig.53** *Chegada à Praça 8 de Maio vindo da Rua da Louça*. Foto de autor.

**Fig.54** *As duas dinâmicas da Praça 8 de Maio*. Foto de autor.

**Fig.55** *O percurso pela faixa de peões da Av. Sá da Bandeira*. Foto de autor.

**Fig.56** *Apropriação nocturna da Praça da República*. Em: [http://quimerablogue.blogspot.pt/2012\\_09\\_01\\_archive.html](http://quimerablogue.blogspot.pt/2012_09_01_archive.html). Acedido a 20 de Julho de 2016.

Todos os *Quadros* e *Mapas* apresentados ao longo deste trabalho são de realização própria.



# **ANEXOS**

Todo o material aqui apresentado é de realização própria, resultado de um trabalho de levantamento feito especificamente para a presente dissertação.



<i>MAPA DE CONTEXTULIZAÇÃO</i>	<i>ii</i>
<i>MAPA DE CONTEXTULIZAÇÃO 2</i>	<i>iii</i>
<i>I. ESCALA URBANA</i>	
Mapa 1 - Densidade e Topografia	<i>iv</i>
Mapa 2 - Vias que servem a cidade	<i>v</i>
<i>II. ESCALA DE APROXIMAÇÃO</i>	
Mapa 3 - Funções	<i>vi</i>
Mapa 4 - Cortes pelos Acessos Principais	<i>viii</i>
Mapa 5 - Vias e Transportes públicos	<i>ix</i>
<i>III. ESCALA DE DETALHE</i>	
Largo da Sé Velha	<i>x</i>
Descrição do Percurso	
Mapa 7 - Levantamento do Lugar	
Praça 8 de Maio	<i>xii</i>
Descrição do Percurso	
Mapa 7 - Levantamento do Lugar	
Praça da República	<i>xiv</i>
Descrição do Percurso	
Mapa 7 - Levantamento do Lugar	



Identificação a vermelho dos locais de corte do [Mapa4] da Escala de Aproximação.

**Lugares em Estudo:** A. Largo da Sé Velha | B. Praça 8 de Maio | C. Praça da República **Possíveis Arquitecturas de Relação:** 1. Sé Velha | 2. Igreja de Santa Cruz

**Ruas Mencionadas:** 3. Rua Borges Carneiro | 4. Rua do Quebra Costas | 5. Rua Ferreira Borges | 6. Rua Visconde da Luz | 7. Rua Olímpio Nicolau | 8. Rua da Sofia | 9. Av. Fernão Magalhães | 10. Av. Emídio Navarro | 11. Av. Sá da Bandeira | 12. Rua Padre António Vieira | 13. Rua Larga

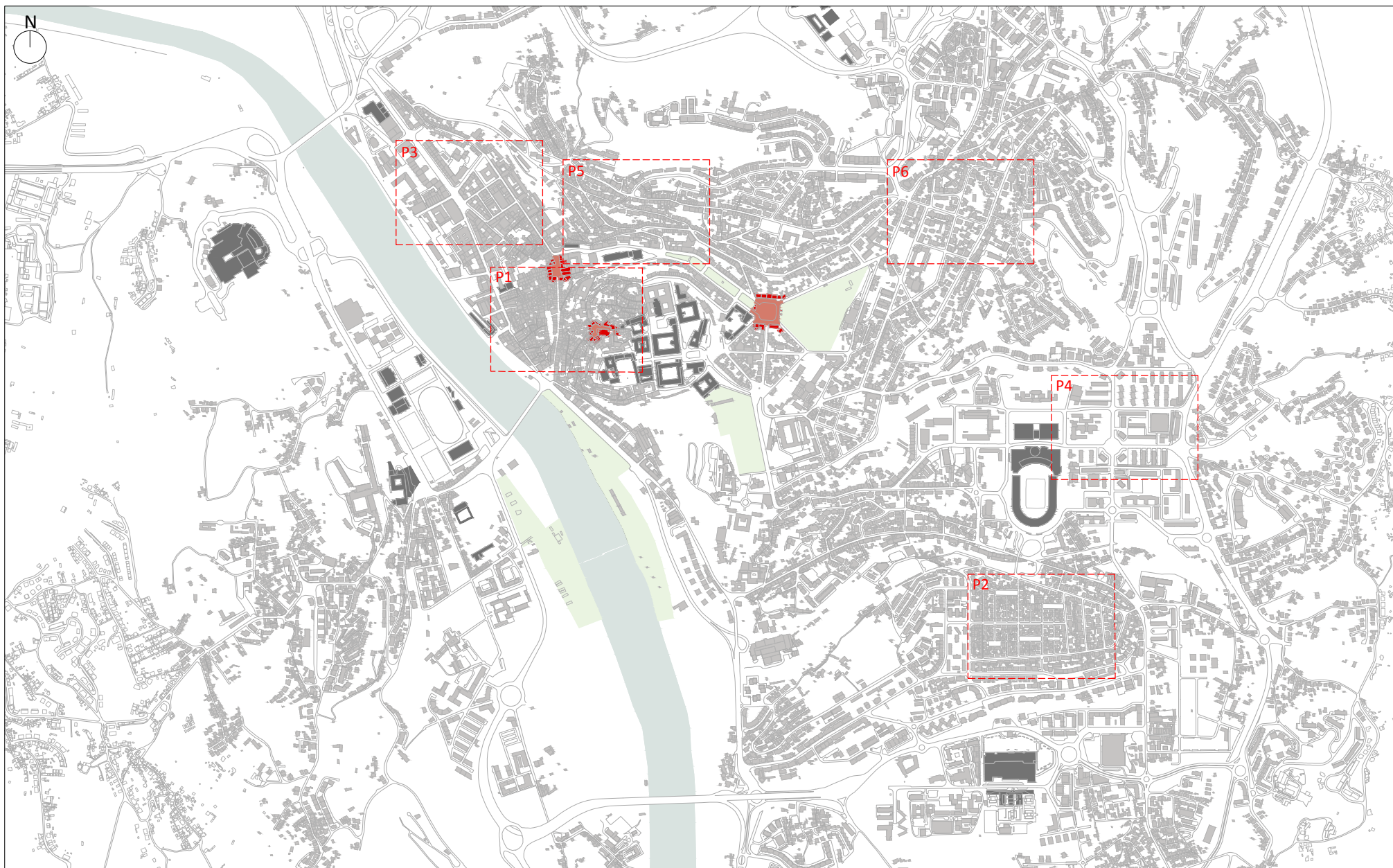
**Equipamentos:** 14. Pátio das Escolas (Universidade) | 15. Sé Nova | 16. Museu Machado de Castro | 17. Associação Académica | 18. Teatro Gil Vicente | 19. Mercado Municipal Pedro V | 20. Polícia | 21. Câmara Municipal | 22. Loja do Cidadão | 23. Estação Ferroviária Coimbra-A | 24. Estádio Universitário

**Outros Locais:** 26. Praça do Comércio | 27. Largo da Portagem | 28. Ponte Santa-Clara | 29. Parque da Cidade Manuel Braga | 30. Pátio da Inquisição | 31. Café Santa Cruz | 32. Porta da Almedina | 33. Jardim da Sereia | 34. Jardim Botânico

Mapa de Contextualização | Escala 1/5 000







Identificação dos pormenores apresentados na página 136.

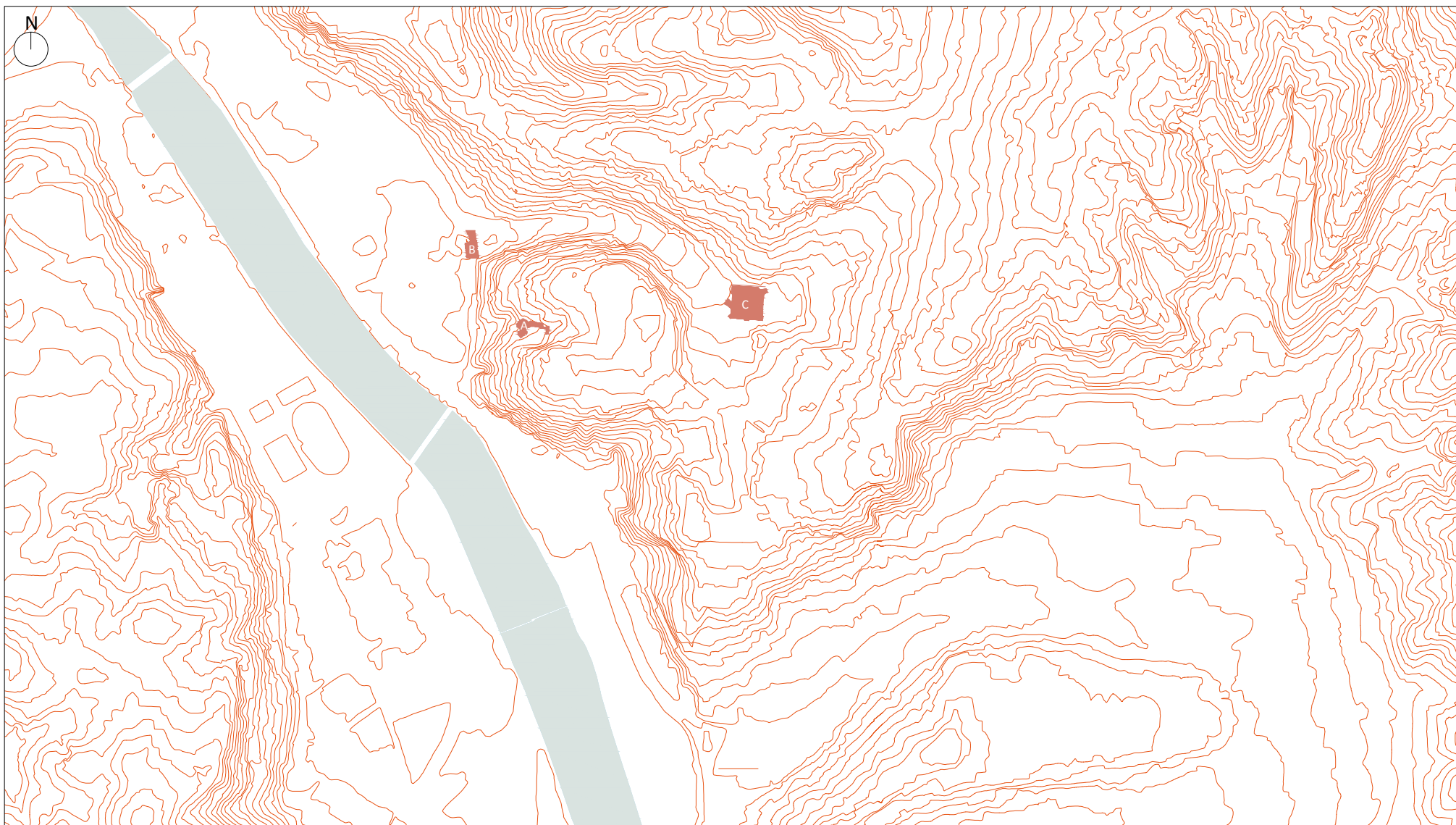
Mapa de Contextualização 2 | Enquadramento da zona de análise na cidade. Escala 1/20 000.











**Desenho e Morfologia:**

Edificado

Lugares em Estudo

Espaços Verdes

Curvas de Nível a cada 5m

**Fluxos e Movimentos:**

Estações

Equipamentos Relevantes

A. Largo da Sé Velha

B. Praça 8 de Maio

C. Praça da República

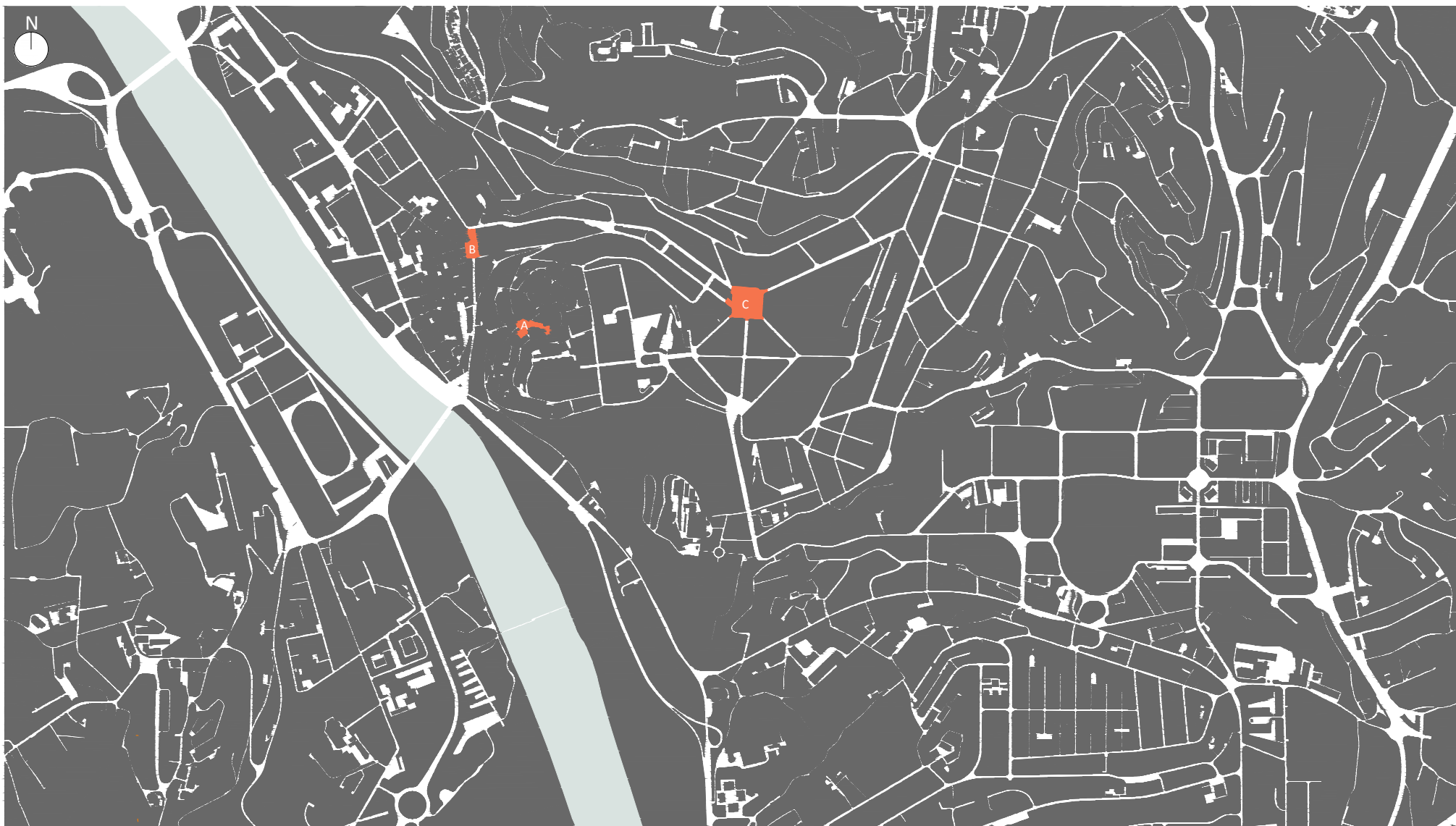
Mapa 1 | Escala Urbana Densidade e Topografia. Escala 1/16 000











**Desenho e Morfologia:**

- Lugares em Estudo
- Edificado
- Quarteirões Ocupados

**Fluxos e Movimentos:**

- Estações
- Vias
- Equipamentos Relevantes

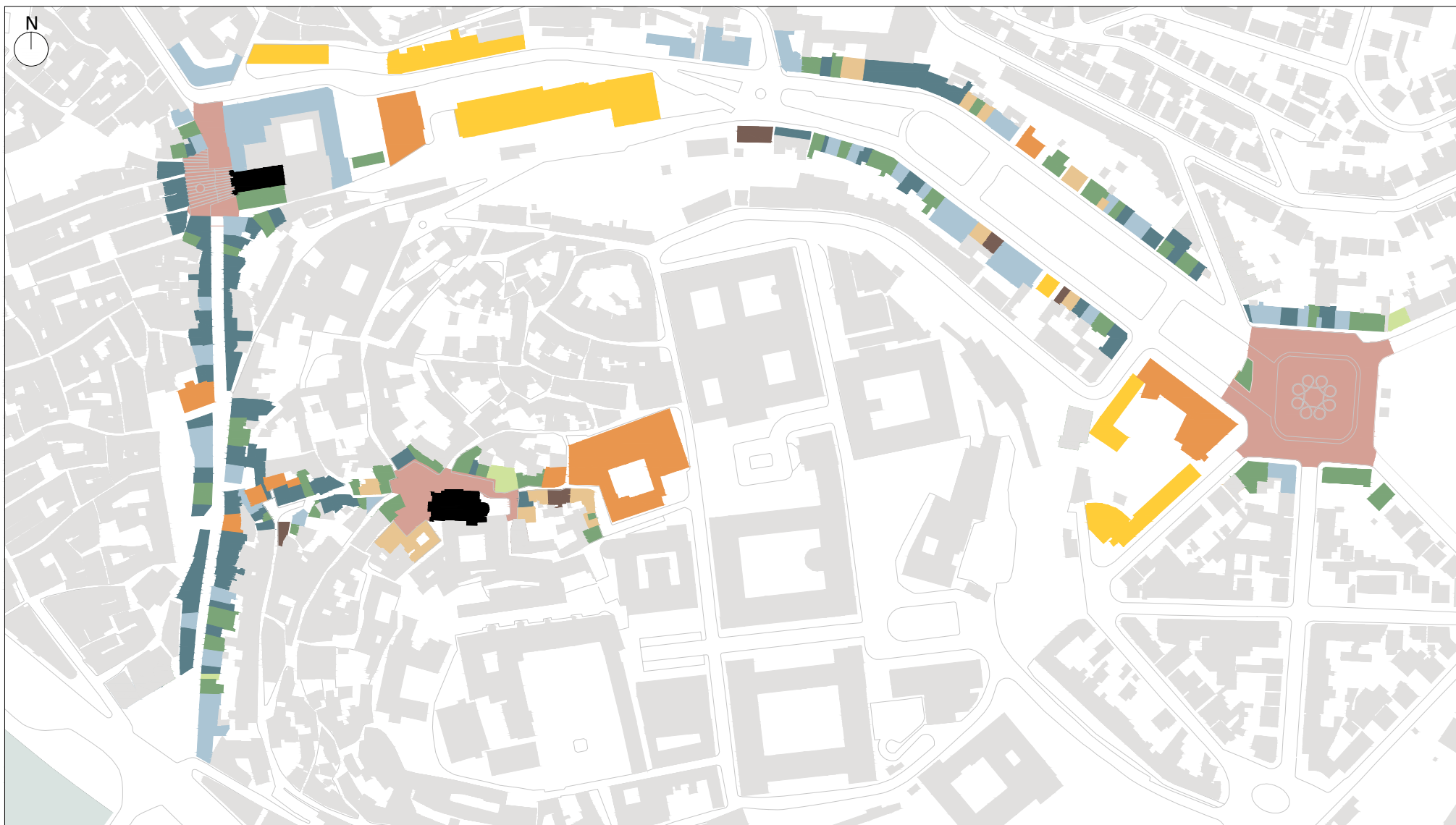
A. Largo da Sé Velha

B. Praça 8 de Maio

C. Praça da República

*Mapa 2 | Escala Urbana* Vias que servem a cidade trazendo sujeitos aos lugares. Escala 1/16 000



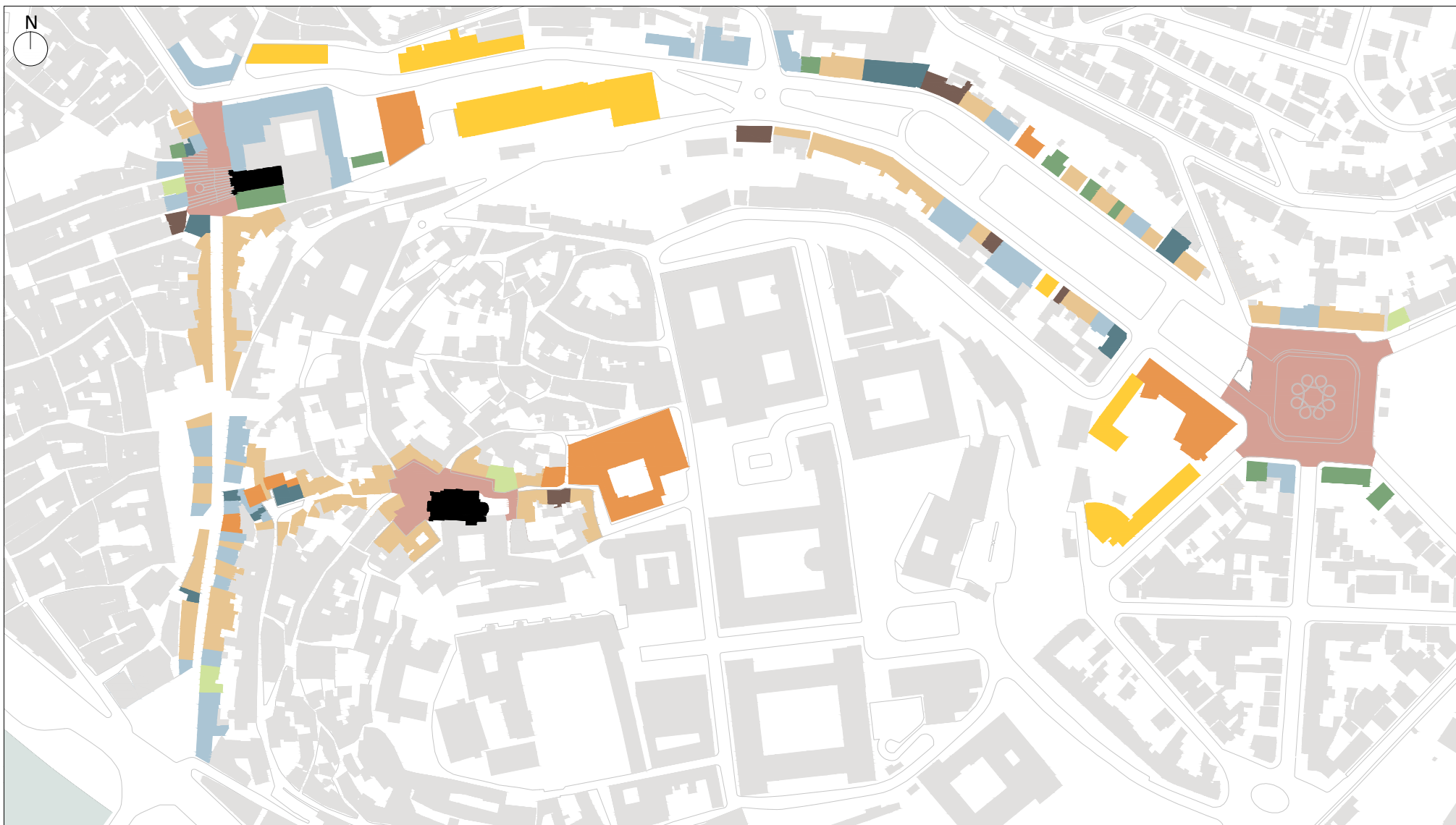


*Desenho e Morfologia*

- |                                                                                                                        |                                                                                                              |                                                                                                              |                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Habitação                          |  Equipamentos           |  Restauração            |  Serviços  |
|  Possíveis Arquitecturas de Relação |  Sem Ocupação / Devolutos |  Equipamentos Culturais |  Hotelaria |
|                                                                                                                        |                                                                                                              |                                                                                                              |  Comércio  |

Mapa 3 | Escala de Aproximação Funções do Piso Térreo. Escala 1/4 000





*Desenho e Morfologia*

■ Possíveis Arquitecturas de Relação

■ Habitação

■ Sem Ocupação / Devolutos

■ Equipamentos

■ Equipamentos Culturais

■ Restauração

■ Hotelaria

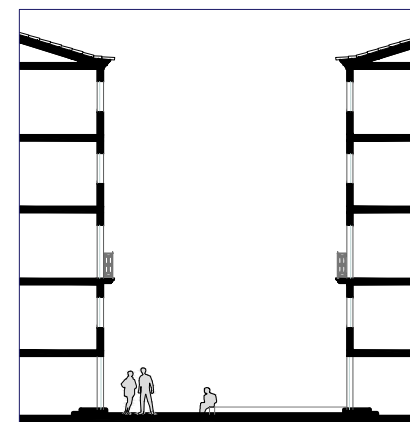
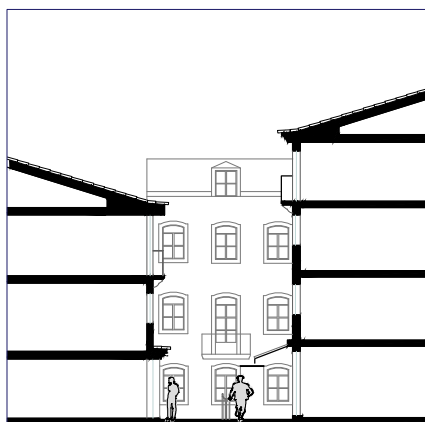
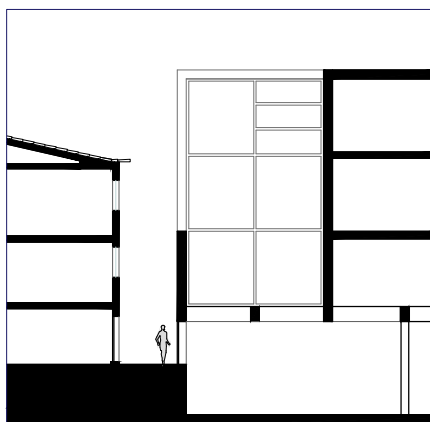
■ Serviços

■ Comércio

*Mapa 3 | Escala de Aproximação Funções do Primeiro Piso. Escala 1/4 000*







C1 *Rua Borges Carneiro*, acesso poente ao Largo da Sé Velha | C2 *Rua do Quebra Costas*, acesso nascente ao Largo da Sé Velha | C3 *Rua Visconde da Luz*, acesso principal à Praça 8 de Maio | C4 *Avenida Sá da Bandeira*, acesso principal à Praça da República

A indicação precisa das zonas de corte é indicado no Mapa de Contextualização. Ver página ii

*Mapa 4 | Escala de Aproximação Cortes transversais pelos principais acessos.*





*Fluxos e Movimentos*

— Linhas paralelas ao Rio Mondego

— Linhas que partem da Praça da República

— Linhas que chegam à Praça da República

— Linha que atravessa a Alta e a Baixa

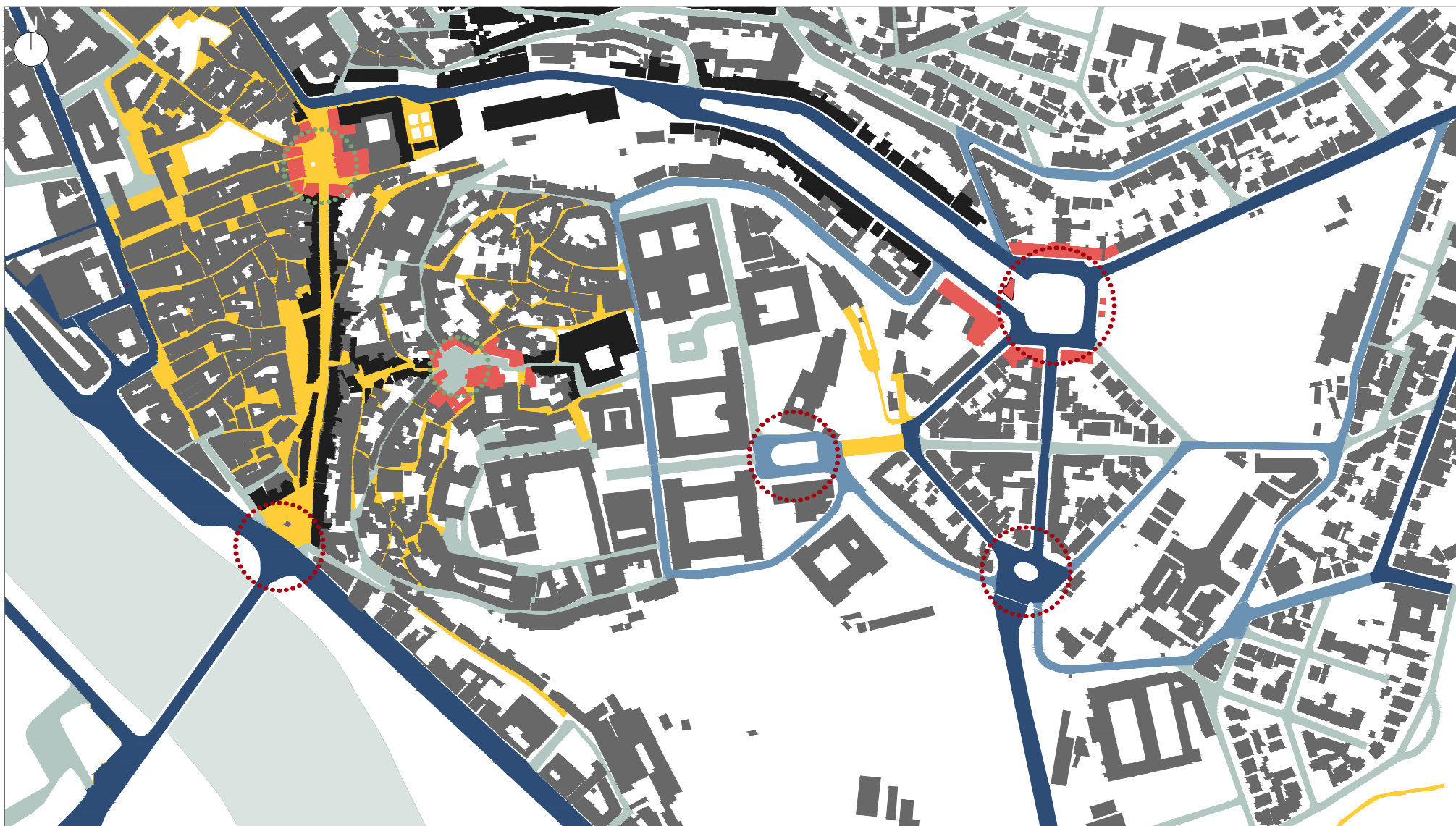
— Elevador que liga a Alta à Av.Sá da Bandeira

— Linha que atravessa a Alta

▭ Paragens de Autocarro

⚡ Barreiras





*Fluxos e Movimentos*

■ Intensidade de tráfego elevado

■ Intensidade de tráfego média

■ Intensidade de tráfego baixa

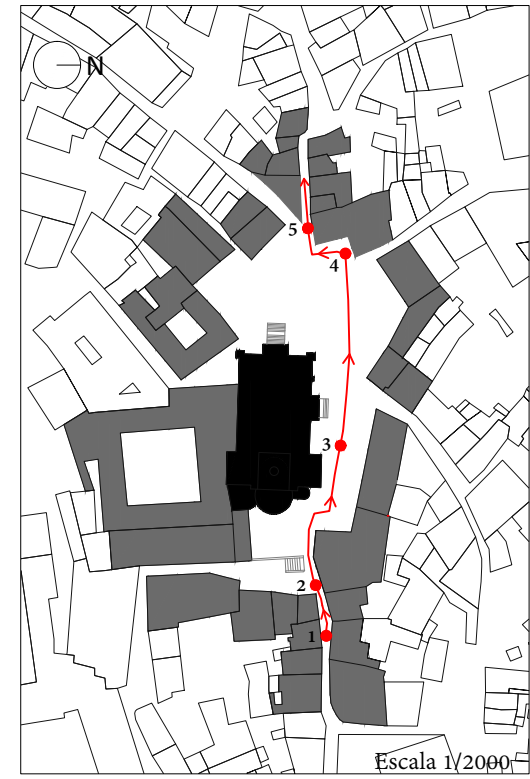
■ Vias de tráfego exclusivamente pedonais

○ Pontos de Distribuição do Tráfego Automóvel

○ Pontos de Distribuição do Tráfego Pedonal

Mapa 5 | Escala de Aproximação A circulação nas imediações dos lugares: tráfego, transportes públicos e barreiras à movimentação do sujeito. Escala 1/6 000

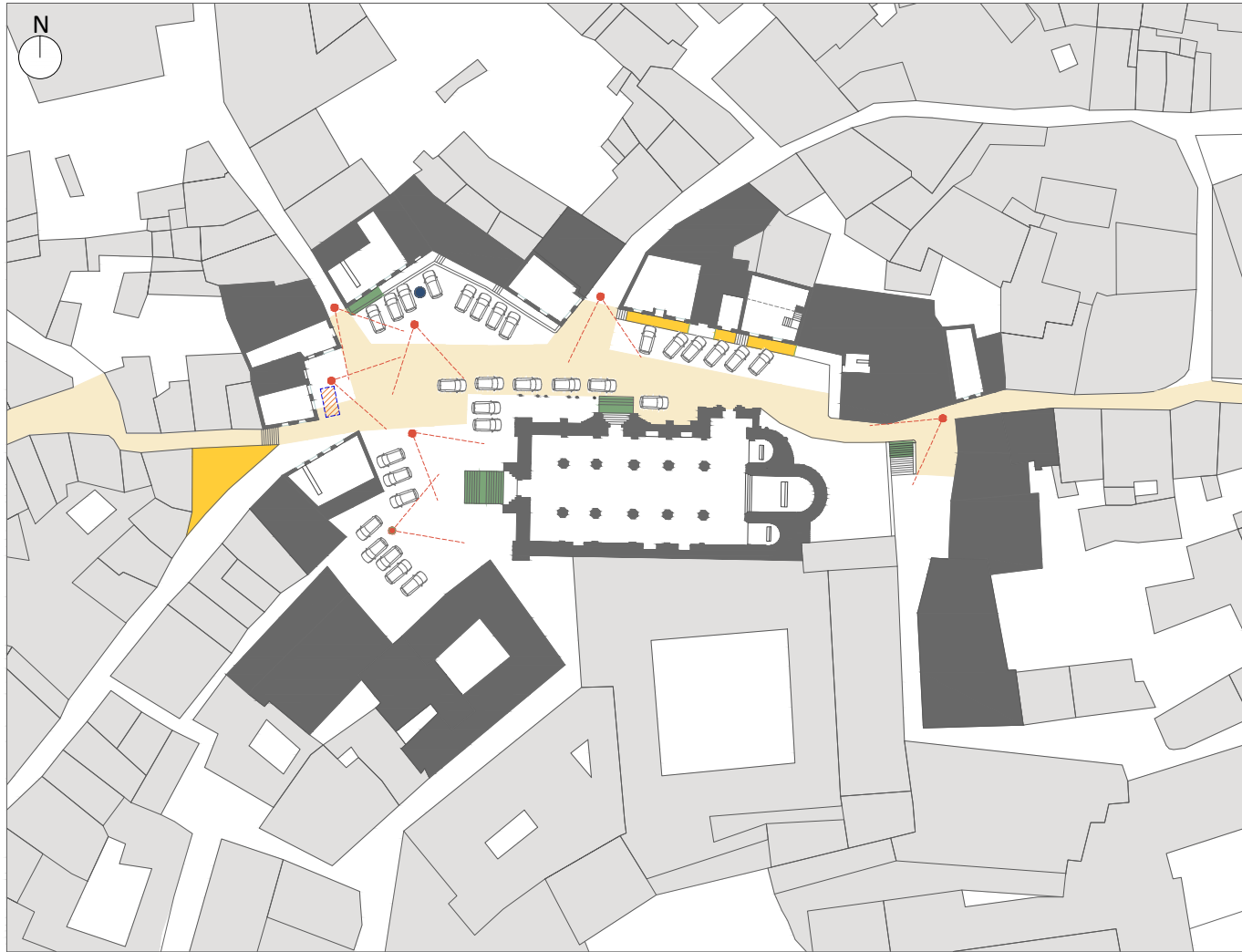




*Percurso realizado pelo Largo da Sé Velha*







**Desenho e Morfologia**

- Espaços penetráveis pelo sujeito
- Espaços impenetráveis

**Fluxos e Movimentos**

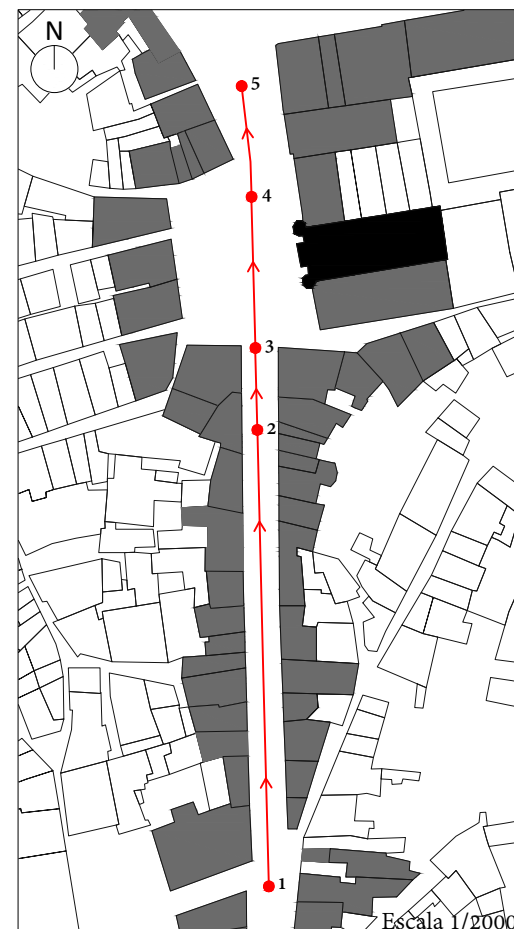
- Zona de passagem
- Zona de estar informal
- Zona de estar convencional
- 🚗 Estacionamentos

- ▨ Paragem de Autocarro não assinalada
- Pontos de vista mais praticados

- Bebedouro

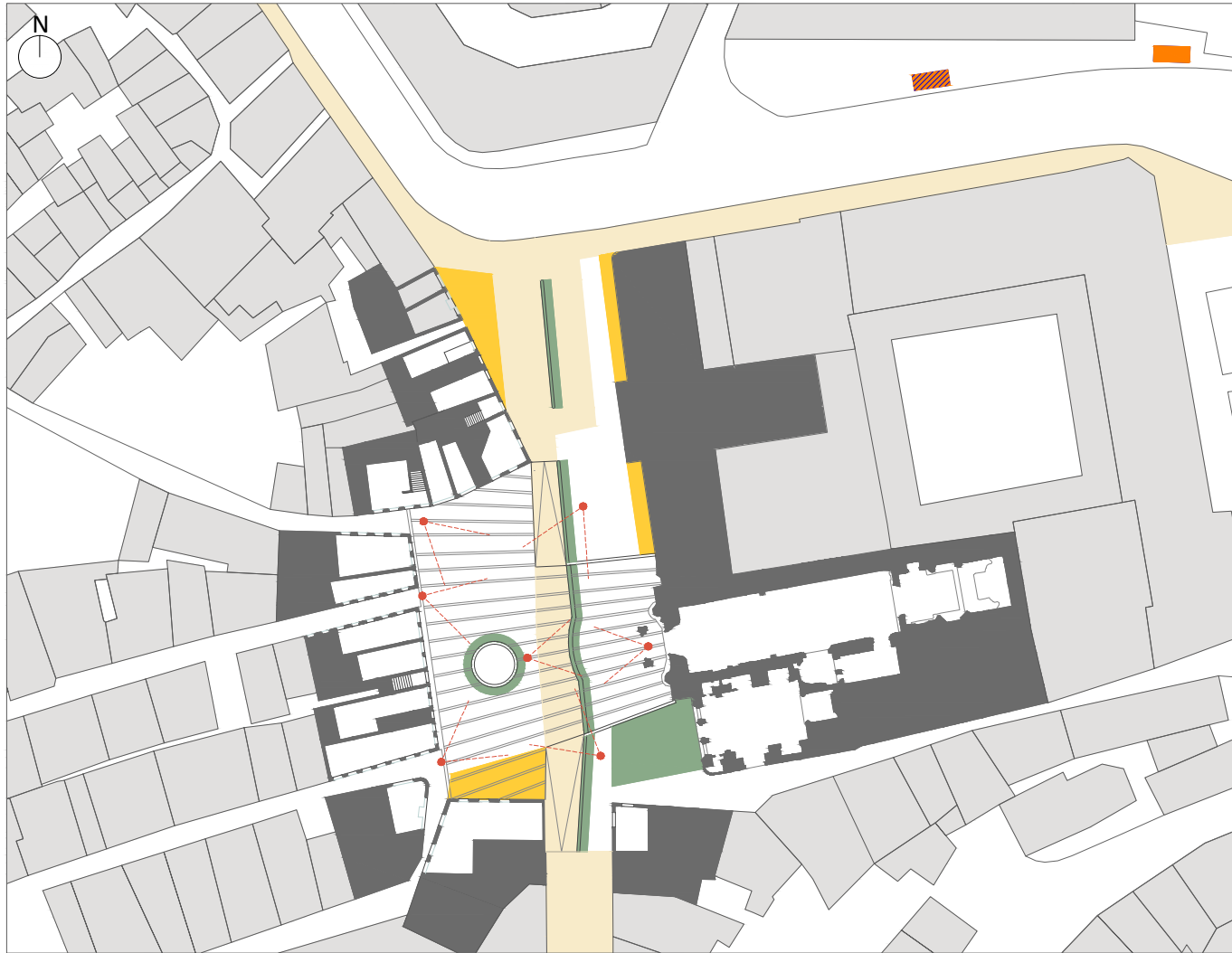
Mapa 7.1 | Escala de Detalhe Análise do lugar do Largo da Sé Velha. Escala 1/1000





*Percurso realizado pela Praça 8 de Maio*





**Desenho e Morfologia**

- Espaços penetráveis pelo sujeito
- Espaços impenetráveis

**Fluxos e Movimentos**

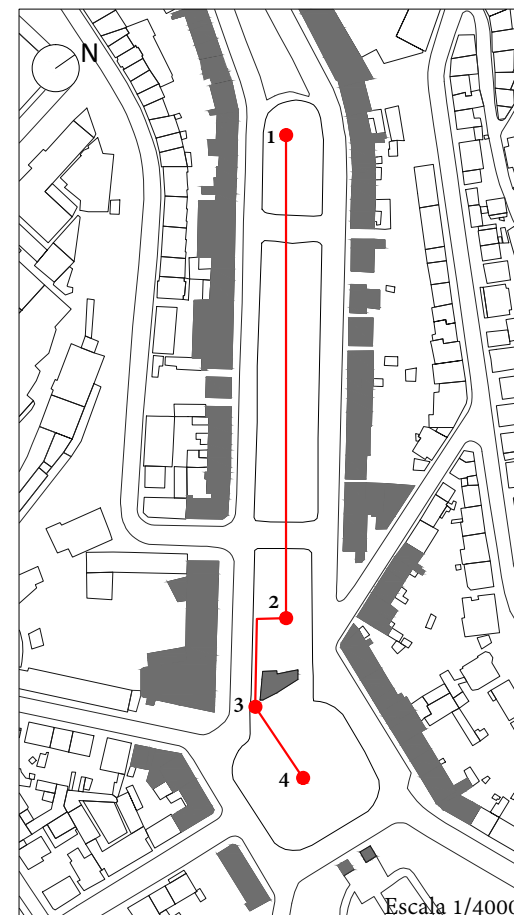
- Zona de passagem
- Zona de estar informal
- Zona de estar convencional
- Estacionamentos

- Paragens de Autocarro
- Paragens de Taxis
- Pontos de vista mais praticados

Mapa 7.2 | Escala de Detalhe Análise do lugar da Praça 8 de Maio. Escala 1/1000



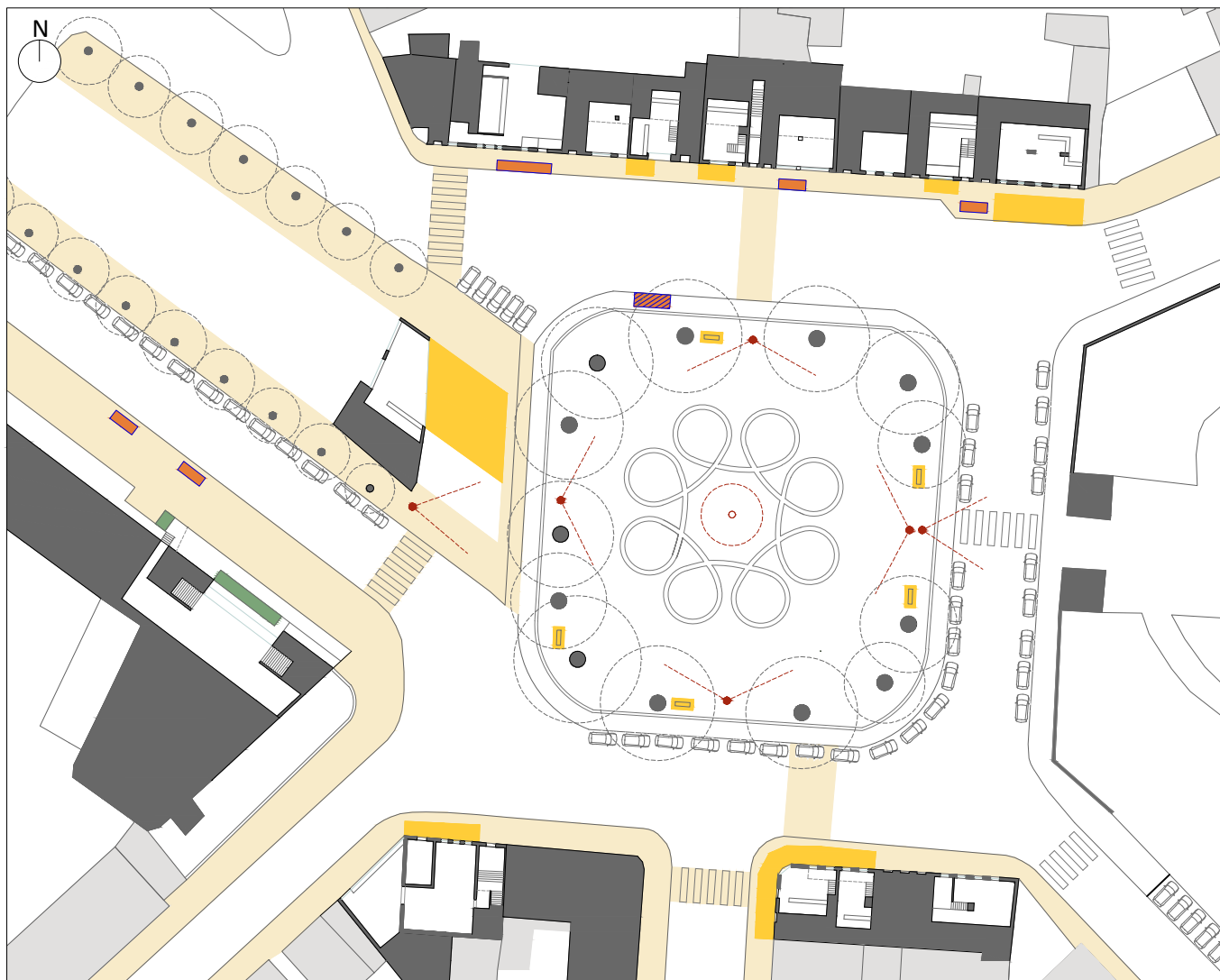




*Percurso realizado pela Praça da República*







**Desenho e Morfologia**

- Espaços penetráveis pelo sujeito
- Espaços impenetráveis

**Fluxos e Movimentos**

- Zona de passagem
- Zona de estar informal
- Paragens de Autocarro
- Paragens de Taxis
- Estacionamentos
- Zona de estar convencional
- Pontos de vista mais praticados

Mapa 7.2 | Escala de Detalhe Análise do lugar da Praça da República. Escala 1/1000



